

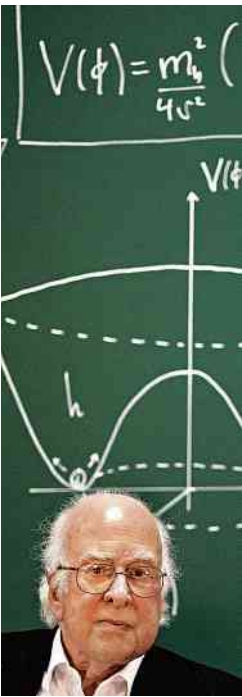


Operação mira
viações de SP
suspeitas de
elo com PCC

Alvo de ação do Ministério Público, duas empresas de ônibus de São Paulo, Transwolff e Upbus, são suspeitas de lavar dinheiro da facção criminosa. Quatro pessoas foram presas. As viações transportam 700 mil passageiros ao dia. A Justiça determinou que a prefeitura assuma as linhas de ambas, e interventores foram nomeados. As companhias não se pronunciaram. **Cotidiano B1**

Planeta se
habituou à fome
no Haiti, afirma
diretor da ONU

Mundo A13



Higgs, em encontro com estudantes em 2013, aos 84 anos **Miguel Riopa - 24.out.13/AFP**

Ilustrada C1

A herança
de Tarsila

Parentes da pintora brigam pelos direitos autorais da artista mais cara do Brasil

Equilíbrio B5

Mãe solo desenha as aventuras de criar filhos sozinha, na alegria e na tristeza

Ciência B5

Morre o físico
Peter Higgs

Prêmio Nobel pela descoberta da chamada “partícula de Deus”, cientista britânico faleceu anteontem, aos 94 anos, em sua casa.

Câmara volta ao
zero no PL das Fake
News após Musk

Lira propõe discussão de novo texto de regulação de redes sociais diante de avaliação de que atual não será aprovado

O projeto de lei das Fake News voltará à estaca zero na Câmara dos Deputados. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), sugeriu ontem a discussão de nova proposta de regulação das redes sociais. A mudança de rumo acontece em meio aos atritos entre o empresário Elon Musk, dono do X (ex-Twitter), e o ministro Alexandre de Moraes, do STF.

O bilionário acusou Moraes de censura e ameaçou descumprir ordens judiciais; o ministro, por sua vez, incluiu Musk em inquéritos.

Segundo parlamentares, a ofensiva do empresário fortaleceu o discurso crítico de aliados de Jair Bolsonaro (PL) à proposta. A avaliação é que o parecer de Orlando Silva (PC do B-RJ) não teria votos para avançar.

O projeto visa responsabilizar as big techs por conteúdos criminosos nas plataformas. O texto foi aprovado no Senado, mas travou na Câmara há quase um ano. “Ele estava fadado, não ia a canto algum”, afirmou Lira.

Ontem, em recado a Musk, o presidente Lula (PT) disse que os bilionários do mundo têm de aprender a proteger as florestas. **Política A4 e A6**



Gabriela Biló/Folhapress

TRIBUNAL ELEITORAL DO PARANÁ REJEITA CASSAÇÃO DE SERGIO MORO; CASO DEVE IR AO TSE

O senador (União Brasil) deixa gabinete ao lado da mulher, Rosângela, após decisão por placar de 5 a 2; para ele, julgamento foi “técnico e impecável” **Política A8**

Jairo Marques

Uma afronta à
educação inclusiva

O governo de São Paulo liberou a entrada de assistentes pessoais de alunos com deficiências severas na rede estadual, parente ou bancados pela família. A solução é uma afronta ao que se entende como educação inclusiva e como direitos da pessoa com deficiência. **Cotidiano B3**



Reprodução/Deic de Piracicaba

CARROS-FORTES SÃO ATACADOS NO INTERIOR DE SP

Dois veículos destruídos (à dir.) na rodovia Washington Luís, em Cordeirópolis; mesmo grupo criminoso explodiu outro carro-forte em Piracicaba e assaltou banco em São Pedro **Cotidiano B1**

Municípios com
desmatamento
aderem a fundo

Cidades responsáveis por 59% do desmatamento da Amazônia entraram em programa do governo federal que inclui fundo de R\$ 730 milhões. Os 53 municípios terão metas, e os recursos serão liberados a partir da redução da destruição ou da preservação da floresta. **Ambiente B4**

Adaptação a carro
elétrico será longa,
diz CEO da Renault

O presidente da Renault no Brasil, Ricardo Gondo, afirmou que a transição para os carros elétricos será longa no país e ocorrerá por meio dos veículos híbridos flex. O executivo disse ser “saúdável” a competição travada com marcas chinesas no mercado nacional. **Mercado p.4**

EDITORIAIS A2

Bondade de Lula com a conta de luz é populista
Sobre MP que permite redução imediata das tarifas.

Dengue mortífera

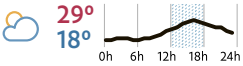
Acerca de casos fatais no Brasil e na América do Sul.

Governo recua
em projeto para
motorista de app

Mercado p.8

ATMOSFERA

São Paulo hoje



	Hoje	Amanhã
Rio	22° 34°	23° 32°
Brasília	19° 29°	19° 29°
Ribeirão	20° 31°	21° 32°

Fonte: www.climatempo.com.br



opinião

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartzman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luíza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pêrsio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (financeiro, planejamento e novos negócios), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benez (comercial)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Bondade de Lula com a conta de luz é populista

Governo promove redução imediata das tarifas, mas distorções do sistema ficam intocadas; conta será paga com tributos de quem se quer beneficiar

Por meio de uma medida provisória assinada nesta terça (9), o governo aplicou não mais que um remendo populista nos portentosos problemas do setor elétrico. De prático, a MP deve permitir em breve uma redução do preço da energia para residências e empresas menores, evitar um grande aumento de tarifa no Amapá e conceder mais três anos de subsídios para produtores de energia com fontes renováveis. A prorrogação dos subsídios será repassada aos consumidores. O texto também não lida com os problemas fundamentais do custo da energia na Amazônia. O sistema continuará a funcionar de modo caótico, ineficiente, opaco e caro. A medida tem como objetivos principais criar uma boa notícia para um governo preocupado com a popularidade, atender a aliados no Congresso e ao lobby de empresas. O abatimento das tarifas de energia para consumidores será possível com a antecipação de pagamentos devidos pela Eletrobras ao Tesouro, determinados pela lei da privatização da empresa, em 2021. O governo venderá no mercado o direito de receber tais recursos. Com o dinheiro, pagará dívidas das distribuidoras, que levantarão empréstimos a fim de cobrir rombos causados pelas crises da pandemia (2020) e da escassez de água (2021). A conta desses em-

préstimos era paga pelo consumidor final de eletricidade. A depender das negociações, a tarifa pode ser reduzida em torno de 4%. Na prática, com custo que se promete ser baixo, o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) antecipa uma contenção de tarifas. Especialistas já alertam, contudo, que a redução agora resultará em mais pressões sobre as contas de luz no futuro. Tudo voltará ao que era quando acabar o dinheiro para financiar o novo subsídio. Permanecem intocadas distorções do sistema. Entre elas, subsídios para empresas e consumidores que custaram cerca de R\$ 40 bilhões em 2023, segundo a Aneel, com impacto de mais de 13% sobre o valor médio da tarifa residencial. Alguns deles bancam programas meritórios, como os de eletrificação rural. Mas, na prática, são impostos disfarçados que não constam do Orçamento nem são discutidos de acordo com critérios de eficiência ou de justiça social. O Congresso concede mais e mais favores a empresas, piorando a desordem. Há outros aspectos problemáticos a debater, como diferenças questionáveis entre os mercados de preços regulados e livres, além de risco de desequilíbrios financeiros. Entretanto não há sinal de reforma ampla do setor elétrico. O governo Lula optou por um saída voluntarista e de curto prazo.

Dengue mortífera

Doença bate recordes de óbitos no Brasil e na América do Sul; é preciso mitigar a próxima crise

Nas 13 primeiras semanas de 2024, o número de mortes por dengue no Brasil quebrou o recorde da série histórica iniciada em 2000. De 1º de janeiro a 8 de abril, a doença ceifou 1.116 vidas, ante 1.094 em todo o ano passado. Os casos prováveis chegaram a 2,96 milhões —1,66 milhão em 2023. Parte da crise sanitária se deve à inação do governo federal, embora as responsabilidades se estendam aos estados e municípios. As mudanças climáticas intensificadas pelo fenômeno El Niño contribuíram para a calamidade —como a Organização Mundial da Saúde projetou em dois alertas desde o início do ano passado. Mas o Ministério da Saúde pouco fez para se preparar para o problema. Poderia ter agilizado a burocracia para distribuição da vacina Qdenga pelo SUS ainda em 2023, já que são necessárias duas doses num intervalo de três meses, assim como criado ampla campanha informativa; deveria ter alocado mais recursos para as redes de saúde. Também era premente uma atenção especial às populações de Sul e Sudeste que, por historicamente terem tido menos contato com os

quatro sorotipos do vírus ao longo dos anos devido ao clima mais temperado, estariam mais vulneráveis. Entre os 10 estados com maior coeficiente de incidência (casos por 100 mil habitantes), 6 são de Sul e Sudeste, 2 do Centro-Oeste, e os outros 2 de Norte e Nordeste. O flagelo também atinge nossos vizinhos. A OMS declarou que, neste ano, a epidemia de dengue na América do Sul será a pior da história, e o Brasil puxa as estatísticas. Até 26 de março, foram registrados 3,5 milhões de casos —1 milhão a mais do que todo o ano 2023. Com 92% dos casos e 87% das mortes, Brasil, Paraguai e Argentina estão em pior situação. Nesta última, entre dezembro e março, foram 233 mil pessoas contaminadas e 161 óbitos Os números, históricos, são 9 vezes o verificado no mesmo período em 2019 e 2020. A contaminação tende a arrefecer a partir de maio, mas recomeçará no próximo verão. Considerando que, até lá, o mundo ainda estará sob os efeitos das mudanças climáticas, os três níveis de governo precisam estar preparados. Não se pode mais culpar a natureza quando a falha é de gestão.



Leandro Assis e Triscila Oliveira

Ver para não crer

Hélio Schwartzman

A ciência tem um problema de relações públicas. Algumas de suas maiores realizações, como a vacinação e o fornecimento de água tratada, produzem efeitos que só ficam visíveis quando recorremos a contrafactuais, isto é, a uma comparação com o mundo ficaria na ausência dessas intervenções. Frequentemente, para vislumbrar essas realidades alternativas são necessários cálculos estatísticos sofisticados. Assistimos nos últimos dias a uma rara situação em que uma tecnologia que depende de contrafactuais para mostrar sua utilidade ficou mais evidente. Falo do terremoto em Taiwan. Foi um sismo considerável, de magnitude estimada entre 7,2 e 7,4 na escala Richter, e bem raso, o que tende a aumentar seu poder destrutivo. Atingiu área densamente habitada e, ainda assim, produziu um número reduzido de perdas humanas: nove mortos e poucas dezenas de desaparecidos. O baixo número de vítimas é atribuído ao emprego intensivo de engenharia antitermor. Vimos fotos

de edifícios que foram arrancados de sua base, mas não ruíram. Não é preciso mais que doses mínimas de imaginação para perceber que um terremoto com as mesmas características numa região que não faz uso das melhores técnicas de construção teria provocado milhares de mortos. Tivemos há pouco um outro momento em que contrafactuais ficaram evidentes. Foi na pandemia. As curvas de mortalidade iam caindo à medida que os países vacinavam proporções maiores de sua população, o que ocorreu em velocidades variadas, permitindo a comparação. Em minha ingenuidade, achei que esse sucesso transparente faria com que a população recobrasse a confiança em imunizantes. Mas não é o que vemos. No Brasil, as coberturas vacinais continuam a ficar bem abaixo da meta —mesmo agora durante a emergência da dengue. É uma falha tão catastrófica na capacidade coletiva de aprendizado que às vezes me pergunto como a humanidade chegou até aqui.

helio@uol.com.br

Musk desqualifica Musk

Bruno Boghossian

O chilleque de Elon Musk é o pior ponto de partida para qualquer discussão sobre o poder do STF no controle das redes. A estatura moral, o compadrio político e os interesses empresariais fazem do bilionário um ator de baixa credibilidade nesse debate. O que desqualifica de verdade o dono do X, no entanto, são seus métodos e argumentos. Assim que entrou na briga, Musk sacou uma arma habitual de sujeitos com delírios de grandeza e ameaçou descumprir decisões judiciais. Depois, o X apelou para a malandragem ao alegar que seu escritório no Brasil não tem poder de remoção de conteúdo, o que criaria embaraços a ordens de bloqueio na plataforma. Foi um desafio endereçado a Alexandre de Moraes e pensado para fazer barulho. Se a ideia era denunciar medidas consideradas abusivas, pode-se dizer que Musk conseguiu o que queria. Mas o comportamento do empresário também expôs mais uma vez a complacência de sua plataforma com delinquentes abrigados e promovidos pelo X.

O ministro dança

Mariliz Pereira Jorge

O ministro Alexandre de Moraes caiu feito pato na provocação de um lunático, passivo-agressivo, narcisista. Elon Musk é tudo isso, mas foi infinitamente mais inteligente ao jogar uma isca manjada nas redes sociais, a provocação, mordida em pleno domingo por um dos integrantes do STF. A regra não escrita na etiqueta do X (ex-Twitter) para lidar com haters, biscoiteiros e desocupados é simples: ignore. Por mais que tenha razão, por mais que esteja amparado na lei, por melhor que sejam seus argumentos, jamais dê palco para maluco dançar, em hipótese alguma amplie a voz de baderneiros. É o que Moraes fez ao responder, ainda que judicialmente, à incitação feita por Musk, que, agora, dá o baile que gostaria. E o ministro dança. Integrantes do STF não deveriam nem ter conta em redes sociais. A distância evitaria que se deixassem seduzir pela bajulação, que fossem influenciados pelos ânimos dos usuá-rios das plataformas e pela falsa sensação de poder inquestionável ou, pi-

or, que caíssem em armadilhas plantadas por quem é muito mais hábil nas artimanhas do mundo digital. A maioria de nós, ao tropeçar na virulência da internet, talvez troque grosserias de que se arrependa. Moraes se atropelou, incendiou o debate num lugar em que ele é impossível e deu munição à extrema direita, sem avançar um milímetro nas discussões sobre fake news, discurso de ódio e a responsabilidade das big techs, incluindo o cercadinho de Musk. A regulamentação das redes é urgente, ao contrário da treta com o anarquista cibernético. O resultado é que o STF está tomando pau da opinião pública, como atesta pesquisa da Quaest, com 68% de críticas à Corte. Se o ministro tivesse ignorado a provocação de Musk, o assunto teria rendido algumas horas nos trendings topics do X e só. Zé fini, como diria um amigo. C'est fini, em bom francês. Em pouco tempo a pauta seria uma subcelebridade qualquer. A vaidade é muito traiçoeira.

Problema social?

Deirdre McCloskey

Economista, é professora emérita de economia e história na Universidade de Illinois, em Chicago. Escreve às quartas

A expressão “problema social” não teria sentido para as pessoas antes da era moderna liberal ou estatista. Nos anos 1700 e antes, se você tivesse um problema, como pobreza, escravidão ou poluição, a resposta que receberia seria: “Do que você está reclamando? Se você for uma pessoa boa, mesmo pobre, terá uma vida infinita no céu. Então carregue a sua cruz”. Entretanto, nos últimos dois séculos, o “problema social” explodiu. Hoje vemos problemas sociais por toda parte. A ruptura da família. O mau comportamento dos jovens. O último furacão. Um dos primeiros problemas sociais a chamar a atenção, tanto no seu país como no meu, foi a escravidura. Anteriormente, ninguém pensava na escravidura, enquanto sistema, como um “problema”. Se você fosse escravizado, o problema era seu, aquele era o destino dado por Deus. Muito ruim. Mas o sistema em si não era criticado. Afinal, como poderemos ter luxos se não tivermos escravos para fornecê-los? O terceiro presidente norte-americano, Thomas Jefferson (1743-1826), famoso por ter feito a declaração de que “Todos os homens são criados iguais”, manteve ele mesmo seus escravos, incluindo seus próprios filhos com uma escrava, mesmo após a sua morte. O presidente dizia que odiava aquele sistema. Mas ele queria os seus vinhos franceses, e de que outra maneira poderia conseguí-los? Ah, Tom... Eu disse que isso mudou em nossa “era liberal ou estatista”. Na visão liberal existente no século 18, o “Grande Problema” era a hierarquia tradicional herdada. A velha regra era “Os reis sempre ganham e as mulheres sempre perdem”. Qualquer tipo de liberal no sentido europeu quer derrubar essa regra e substituí-la por uma regra de igualdade entre todos os homens —e mulheres, querido Tom. A maneira de conseguir chegar a isso é retirando os reis do caminho. Dê permissão para as pessoas, uma igualdade de permissão, deixando uma mulher participar da disputa para se tornar, digamos, piloto de avião. Como Moisés e Arão disseram ao faraó sobre os judeus escravizados: “Deixe o meu povo ir”. O estatista moderno e esclarecido desde o século 18, em contraste, não quer igualdade de permissão. Ele anseia por fazer com que todos comecem a partir da mesma linha na corrida da vida, ou mesmo que todos alcancem a linha de chegada ao mesmo tempo. Oh-oh... Ao contrário da igualdade de permissão, nenhuma das duas opções é possível. Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Democracia e foro privilegiado

Após idas e vindas, passou da hora de o próprio Congresso enfrentar a matéria

Alberto Zacharias Toron

Advogado criminalista e doutor em direito penal (USP), é especialista em direito constitucional (Universidade de Salamanca), professor de processo penal (Faap) e conselheiro federal da OAB

Há uma ideia bastante difundida segundo a qual é inadmissível que numa sociedade fundada sob o dogma da igualdade de todos perante a lei permita-se que alguns agentes públicos tenham como juiz não o de primeira instância, que julga a todos os reles mortais (“ordinary people”), mas tribunais — e, pior, propiciando a impunidade.

Juízes de direito, quando acusados da prática de um crime, são julgados diretamente pelo Tribunal de Justiça. Desembargadores e governadores de estados e do Distrito Federal, pelo Superior Tribunal de Justiça. Ministros dos tribunais superiores e de Estado, além de parlamentares federais, são processados e julgados diretamente pelo Supremo Tribunal Federal.

Essas competências estão definidas na Constituição e atinam com a própria correção do funcionamento da Justiça. É dizer não no interesse pessoal do ocupante do cargo, mas visam a “proteger a Justiça contra ingerências de poder na própria Justiça” (Moreira Alves).

Essa ideia, já nos idos de 1962, foi captada pelo ministro Victor Nunes Leal e immortalizada no livro “Coronelismo, Enxada e Voto”, ao dizer: “Presume o legislador que os tribunais de maior categoria tenham mais isenção para julgar os ocupantes de determinadas funções públicas, por sua capacidade de resistir, seja à eventual influência do próprio acusado, seja às influências que atuarem contra ele”. É “uma garantia bilateral, garantia contra e a favor do acusado”. Imaginem se um juiz pudesse julgar um desembargador, autoridade hierarquicamente superior. A aplicação da lei seria uma quimera.

Portanto, ao desequiparar certos cidadãos, a Constituição busca o

bom funcionamento do sistema de justiça. Mas há temas espinhosos.

Cometido o crime durante o exercício do cargo, cessa a competência do tribunal para julgar o ex-agente público? Durante mais de 36 anos, vigorou a súmula 394, do Supremo Tribunal Federal, de modo a permitir o foro por prerrogativa de função. Em 1999, diante do grande número de inquéritos e processos em trâmite na corte, o STF, para reduzir sua competência, cancelou-a.

O que a muitos pareceu salutar e democrático acabou por trazer problemas como o do parlamentar que, às vésperas do julgamento, renunciava ao mandato para subtrair a competência do STF e ser julgado pelo juiz de primeiro grau, postergando

[...]

O curioso, para não dizer paradoxal, é que antes se achava que o foro privilegiado garantiria a impunidade. Hoje, porém, a Câmara dos Deputados cogita suprimi-lo, ao menos para parlamentares, porque percebe o STF como uma corte punitiva e que priva o condenado da possibilidade de recorrer

a solução do caso. Essa faculdade lhe permitia, anormalmente, escolher quem seria o seu juiz e, eventualmente, contar com a prescrição.

Já em 2018, ao julgar uma questão de ordem na ação penal 937, o plenário do Supremo, por proposta do ministro Luís Roberto Barroso, restringiu o foro por prerrogativa “apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas”. Certo, mas a Constituição não faz essa distinção quando confere ao parlamentar o direito de, desde a diplomação, ser julgado pelo STF (art. 53, §1º).

A Suprema Corte restringiu sua competência onde a Constituição a outorga sem qualquer distinção, mas a ampliou quando estivesse finalizada a instrução do processo, se, por renúncia ou não reeleição, o parlamentar não mais ocupasse o cargo. Seguindo a lógica do cancelamento da súmula 394, isso não é permitido pela Carta.

Agora, em primoroso voto no julgamento de um habeas corpus, o ministro Gilmar Mendes propõe uma espécie de retorno mitigado aos termos da súmula 394, mas só quando o crime tenha sido praticado no cargo e em razão das funções. Na verdade, a proposta visa corrigir disfunções criadas com o cancelamento dessa súmula.

O curioso, para não dizer paradoxal, é que antes se achava que o foro privilegiado garantiria a impunidade. Hoje, porém, a Câmara dos Deputados cogita suprimi-lo, ao menos para parlamentares, porque percebe o STF como uma corte punitiva e que priva o condenado da possibilidade de recorrer. Seja como for, passou da hora de o próprio Congresso, democraticamente, enfrentar a matéria.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



O ex-presidente Jair Bolsonaro durante café da manhã com a bancada evangélica do Congresso Nacional, em 2021 Marcos Corrêa - 12.mai.21/Divulgação

Estratégia eleitoral

“Vice evangélico pode ser bala de prata do PT para 2026” (Juliano Spyer, 8/4). Como marketing eleitoral de curto prazo até pode ser uma boa ideia. Porém, num contexto mais amplo de evolução da democracia no país, seria uma evidência de retrocesso. Depois de um ministro do STF receber a toga pelo fato de ser “terrivelmente evangélico”, introduzindo na Corte Suprema um viés contra o Estado laico, uma chapa presidencial que coloque a religião como atrativo principal para eleitores só reforça essa caminhada rumo ao obscurantismo.

Jonas Nunes dos Santos
(Juiz de Fora, MG)

*

Péssima ideia. Espero que não seja pela mão de Lula que algo assim aconteça e espero que nunca aconteça. O cinismo da proposta se enquadra no velho “se não pode vencer o inimigo, una-se a ele”. Mas o inimigo trata-se do atraso, que vem num pacote com costumes, ciência, política e tudo o mais.

Vera Maria da Costa Dias
(Porto Alegre, RS)

*

Considerado o crescimento do número de evangélicos, Lula tem que se preocupar, sim, com este segmento e não apenas em manter os votos evangélicos conquistados. Certamente escolher um vice evangélico pode ser entendido como um gesto efetivo de boa vontade para com os evangélicos.

Lorena Cristina Oliveira
(São Caetano do Sul, SP)

Revisão dos mínimos

“Flexibilizar pisos de Saúde e Educação pode liberar R\$ 131 bi para outros gastos até 2033” (Mercado, 6/4). Mais uma medida que trava pelo aumento das desigualdades. Não há a mínima chance de um país decente que entregue metade do seu Orçamento aos acumuladores gananciosos através da dívida pública, que mantenha uma bolsa empresário de R\$ 600 bilhões. Matematicamente é um teto de gastos que atua sobre o piso, não pode ser implementado.

Marcelo Magalhães (Rio de Janeiro, RJ)

*

Falta de coragem e crueldade na veia. Os caras querem “flexificar” com os pisos, mas não mexem com o teto salarial. Só pode ser brincadeira.

Nilton Silva (Brasília, DF)

Envelhecimento da população

“Com mais idosos, será preciso fortalecer o SUS” (Editoriais, 7/4). Ajudaria muito na queda de despesa se tivéssemos uma população vivendo em condições sanitárias melhores.

Deborah Teixeira (Recife, PE)

*

Política pública séria é estimular bons hábitos para população. Cobrar impostos elevados em bebidas e tabaco. Tudo gera e onera o Estado. Assim, sobra uma janela para investir mais e mais em infraestrutura da saúde pública, cultura, educação e bem-estar. Nenhum país prosperou sem levar seu povo junto. O Brasil prosperou economicamente, mas nós, a grande massa, não participamos dos benefícios dessa riqueza. Nós pagamos para a classe política prosperar com nosso dinheiro.

Paulo Roberto Sahium
(Joinville, SC)

Maternidade real

“Mãe solo desenha a aventura de criar filhos sozinha, na alegria e na tristeza” (Equilíbrio, 6/4). Muito comovente e, ao mesmo tempo, singelo o trabalho artístico dessa mãe, que conseguiu, em meio a muitas batalhas, colocar as dores e alegrias num livro. Independentemente do nome que se dê, é uma crueldade para a mulher estar nesta condição de ter de se esquecer por um bom tempo para assumir sozinha um (ou mais) filho(s) que não fez sozinha e que, muitas vezes, foi desejado também pelo pai. Só quem passou ou passa por isso sabe exatamente como os cacós da gente vão ficando pelo caminho.

Lea Marta Geaquinto dos Santos
(Brasília, DF)

Fim de relação

“Deixar de amar alguém é motivo suficiente para se divorciar?” (Equilíbrio, 7/4). Cada um é cada um! A construção da felicidade é diferente entre as pessoas, assim como o que é importante para elas. Não tem como uniformizar as atitudes e os sentimentos. Essas escolhas são individuais!

Petrônio Alves Corrêa Filho
(Três Lagoas, MS)

*

Incrível esse pessoal se preocupar tanto com a vida dos outros. Não é obrigação nem direito do Estado interferir no casamento ou divórcio e seus motivos para acontecer. O Estado deve se limitar em garantir que os filhos gerados sejam amparados pelas duas partes.

Anderson Costa (São Paulo, SP)

*

Pode uma pessoa ser obrigada a conviver com outra se já não quer fazê-lo? Acabar com o divórcio por livre e espontânea vontade de uma das partes se equivale a obrigar a alguém a estar casado.

Maria de Felipe Martinez
(Brasília, DF)

Memórias

“Uma menina pede um autógrafo” (Ruy Castro, 7/4). Este autógrafo, testemunha silenciosa do último ato de generosidade de Carmen, é mais do que uma recordação. É um elo entre gerações, um símbolo da luz que ela foi e que se perpetuou na memória coletiva. A menina que o recebeu carregou para sempre um pedaço dessa história, desse último brilho de uma estrela que, mesmo na iminência de se apagar, ainda encontrava forças para iluminar.

Alexandre Marcos Pereira
(Ribeirão Preto, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

POLÍTICA (9.ABR., PÁG. A10) Diferentemente do afirmado em “Veja pré-candidatos a prefeituras de capitais”, Igor Normando e Thiago Araújo, de Belém (PA), são do MDB e do Republicanos, respectivamente, não do Podemos e do Cidadania.

CIÊNCIA (9.ABR., PÁG. B5) Por erro da edição, o título da reportagem “Brasileiros terão que esperar até março de 2045 para ver fenômeno”, divulgou erroneamente a data do próximo eclipse solar total no Brasil. O mês correto é outubro de 2045.

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Por um fio

Coordenadora do Comitê Gestor da Internet, Renata Mielli vê nos ataques de Elon Musk ao ministro Alexandre de Moraes (STF) uma tentativa de ampliar o tom da extrema direita no Brasil. “Ele está esgarçando a corda para gerar uma decisão que leve à suspensão do X”, afirma. Vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, o órgão é composto por governo, empresários e representantes do setor tecnológico e estabelece diretrizes estratégicas sobre a internet no Brasil.

PROJETO DE PODER A coordenadora do Comitê avalia que as declarações de Musk não podem ser encaradas como um ato isolado e são parte de um contexto em que a rede social apresenta resultados financeiros ruins e demite funcionários no mundo. “O Musk tem claramente um desejo de se posicionar como uma liderança política da extrema direita no mundo”, diz. Segundo ela, atos de desafio aberto à legislação precisam ser punidos.

START Os ministros das Comunicações, Juscelino Filho, e da Fazenda, Fernando Haddad, tiveram nesta terça (9) uma primeira reunião para discutir a taxação das chamadas “big techs”. Eles ficaram de seguir discutindo o tema para viabilizar um formato, que depois deve ser enviado ao Congresso como projeto de lei.

URGENTE Como mostrou a Folha, o governo Lula trabalha em quatro frentes diferentes para taxar as grandes plataformas de tecnologia e quer iniciar a cobrança ainda neste ano.

RODA PRESA O governo sinalizou a interlocutores no Congresso que abre mão da urgência do projeto de lei que regula o trabalho de motoristas de aplicativos, desde que seja negociado um prazo para votar o texto, que enfrenta resistência entre os parlamentares. Até agora, a proposta não teve relator designado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), primeiro passo para que comece a ser discutido entre as bancadas.

BANDEIRA 2 Nesta terça (9), a bancada do PT se reuniu com os ministros Paulo Pimenta (Secom) e Luiz Marinho (Trabalho) para tratar do tema, entre outros pontos. No encontro, Marinho também defendeu o projeto do que considera “fake news”, ofensivas de grupos interessados em manter o trabalho por aplicativo sem regulamentação.

SÉRIE B Podemos, PDT e PSDB oficializaram nesta terça (9) a decisão de deixar o bloco que formavam com União Brasil e MDB e criar uma estrutura independente, em medida que ameaça a permanência do senador Renan Calheiros (MDB-AL) como líder da Maioria no Senado. O bloco de Renan caiu de 28 para 18 senadores, ficando agora menor do que o composto por PT, PSD e PSB.

Com Guilherme Seto, Danielle Brant e Rogério Pagnan

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★ ★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado		Digital Premium
PLANO MENSAL	R\$ 29,90		R\$ 44,90
EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa		Assinatura semestral*
MG, PR, RJ, SP DF, SC ES, GO, MT, MS, RS AL, BA, PE, SE, TO Outros estados	seg. a sáb.	dom.	Todos os dias
	R\$ 6,90	R\$ 9,90	R\$ 1.085,90
	R\$ 8	R\$ 11	R\$ 1.374,90
	R\$ 8,50	R\$ 12	R\$ 1.729,90
	R\$ 13	R\$ 15,50	R\$ 1.868,90
	R\$ 13,50	R\$ 16,50	R\$ 2.315,90
*A vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%			

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
794.195 exemplares (fevereiro de 2024)

MÃO DUPLA Empresários do setor de transporte de SP que foram alvo de operação do Ministério Público nesta terça (9), sob suspeita de elo com o PCC, fizeram doações para aliados dos dois principais candidatos a prefeito da capital.

CORREDOR Robson Pontes, que foi preso, além de Edimar Silva, Jeová Silva e Moisés Pinto, alvos de outras medidas, doaram no total R\$ 145 mil para o antigo DEM da capital, em 2020. O partido, atual União Brasil é controlado pelo presidente da Câmara, Milton Leite, apoiador de Ricardo Nunes (MDB). Já Luiz Carlos Pacheco, também preso, doou no mesmo ano R\$ 75 mil para Antonio Donato (PT), que coordena o programa de governo de Guilherme Boulos (PSOL).

OUTRO LADO Em nota, Milton Leite disse que “todas as doações foram feitas legalmente e declaradas à Justiça Eleitoral, que julgou regulares as contas. Portanto, não há nenhuma irregularidade”. Donato afirmou que foi procurado pelo empresário, que queria ajudar alguém da oposição. “Eu disse que sendo doação oficial, não haveria problema”.

DEUS É MAIS O procurador José Carlos Bonilha marcou uma missa para que “seja feita a melhor escolha quando da eleição ao cargo de procurador-geral de Justiça” de SP, segundo convite enviado a colegas. Ele é um dos candidatos. O culto foi marcado para sexta (12), na capital, um dia antes da votação dos procuradores que vai resultar em uma lista triplíce.

SEM MORDAÇA O presidente da CPI da Braskem, senador Omar Aziz (PSD-AM), recorreu da decisão do ministro do STF Dias Toffoli, que deu habeas corpus ao vice-presidente da empresa, Marcelo Arantes de Carvalho, autorizando-o a permanecer calado em depoimento nesta quarta (10). A defesa do executivo diz que ele pretende responder às perguntas e só querer o direito de silenciar sobre o que não souber.

VOO INAUGURAL A Embratur fará seu primeiro concurso público desde que virou agência, em 2020, e prevê oferecer um total de 80 vagas, sendo metade para formação de cadastro de reserva. O concurso terá contratação via CLT, como acontece nas estatais.



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), durante sessão Mário Agra - 26.mar.24/Divulgação Câmara

Câmara enterra PL das Fake News e discutirá novo projeto após caso Musk

Arthur Lira sugere criação de grupo de trabalho; já ministro do STF Dias Toffoli põe pressão ao indicar julgamento sobre plataformas

Victoria Azevedo e
Matheus Teixeira

BRASÍLIA A Câmara dos Deputados criará um grupo de trabalho para discutir uma nova proposta para o PL das Fake News. A ideia foi sugerida pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), em reunião com líderes partidários na tarde desta terça-feira (9).

Dessa forma, o processo de discussão em torno da regulamentação das redes sociais começará praticamente do zero, com a construção de uma nova proposta.

Segundo relatos, há uma avaliação de que o parecer elaborado por Orlando Silva (PC do B-RJ) foi contaminado pela polarização política e não teria votos para avançar. Isso não significa, no entanto, que o parlamentar não participará do novo processo ou que não possam ser aproveitados pontos de seu relatório.

Lira afirmou nesta terça que houve um “esforço gigantesco” dos líderes, relator e da própria presidência da Câmara para votar o projeto, mas que “nunca foi possível conseguir um consenso”. “Ele estava fadado, não ia a canto algum”, completou.

“Quando um texto ganha uma narrativa como essa, ele simplesmente não ganha apoio. Não há uma questão de governo ou de oposição, é uma questão de posição individual de cada parlamentar. Perdermos tempo com uma discussão que não vai a frente será muito pior do que reunir-mos, fazermos como sempre fizemos, com muita tranquilidade e transparência, grupos de trabalho para assuntos delicados na Casa que sempre tiveram êxito. E esse será um que eu espero também que tenha”, disse Lira.

A proposta de Orlando está travada há quase um ano, sem consenso sobre o tema. Agora, a ideia é que os líderes possam indicar nomes para compor o grupo de trabalho nos próximos dias para, num segundo momento, ser escolhido quem será o novo relator e o novo coordenador.

O autor do projeto, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), reagiu à decisão da Câmara e disse que a ideia anunciada por Lira — a quem chamou de rei — “é a receita perfeita para não votar nada e esperar o Supremo”.

“De onde não se espera nada é que não vem nada mes-

mo! Rei Lira declara que não vai votar o 2630, mas vai criar um GT para discutir o assunto, que já não é simples, e ainda vai incluir Inteligência Artificial no debate. É a receita perfeita para não votar nada e esperar o Supremo”, escreveu pelas redes sociais.

O projeto de lei visa, entre outros pontos, responsabilizar as big techs por conteúdos criminosos publicados nas plataformas. Após ser aprovado no Senado, o texto teve a tramitação travada na Câmara no primeiro semestre do ano passado depois de a oposição ganhar terreno no debate e o cenário de derrubada da proposta ganhar força.

Lira afirmou que o grupo de trabalho deverá ter duração de 30 a 40 dias para “chegar um texto mais maduro ao plenário”. Ele disse que essa alternativa é “o caminho mais hábil e mais tranquilo”.

Segundo o presidente da Câmara, também será avaliada a possibilidade de tratar da regulamentação da IA (inteligência artificial) no âmbito do grupo de trabalho. Ele indicou que os líderes vão entrar em contato com o senador Eduardo Gomes (PL-TO), que é relator de proposta de marco regulatório da inteligência artificial que tramita no Senado, para tentar incluir a proposta na discussão.

Membros do governo e parlamentares defendiam retomar a análise da regulamentação das redes sociais diante do atrito entre o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes e o empresário Elon Musk, dono do X (ex-Twitter).

Musk acusou Moraes de censura e ameaçou descumprir ordens judiciais brasileiras. O ministro, por sua vez, incluiu o empresário como investigado em inquéritos do Supremo.

Segundo parlamentares, a ofensiva de Musk contra o magistrado fortaleceu o discurso crítico de aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em relação à proposta e dificultou a articulação de governistas em favor do texto.

A necessidade do avanço na tramitação do projeto foi ressaltada na segunda (8) tanto pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), quanto por integrantes do governo Lula (PT). Ao ser questionado sobre o atrito ao chegar à Câmara, Lira disse que não iria comentar.

Também nesta terça, o mi-

“Quando um texto ganha uma narrativa como essa, ele simplesmente não ganha apoio. [...] Perdermos tempo com uma discussão que não vai a frente será muito pior do que reunirmos, fazermos como sempre fizemos, com muita tranquilidade e transparência, grupos de trabalho para assuntos delicados na Casa que sempre tiveram êxito

Arthur Lira
(PP-AL)
presidente da Câmara

“Rei Lira declara que não vai votar o 2630, mas vai criar um GT para discutir o assunto, que já não é simples, e ainda vai incluir Inteligência Artificial no debate. É a receita perfeita para não votar nada e esperar o Supremo

Alessandro
Vieira
(MDB-SE)
senador relator do PL das Fake News

nistro Dias Toffoli, do STF, afirmou que seguiu o julgamento da ação do Marco Civil da Internet por causa da Câmara, mas que os autos serão encaminhados para julgamento até o final de junho — a data ainda precisa ser marcada pelo presidente da corte, ministro Luís Roberto Barroso, que sinalizou pautar o julgamento logo após liberação de Toffoli.

A ação condiciona a responsabilidade civil dos provedores de internet por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros à necessidade de ordem judicial prévia e específica que determine a remoção do conteúdo ilícito.

Ao ser questionado da decisão de Toffoli, Lira afirmou que “uma coisa não tem a ver com a outra” e que ele discutiu o projeto da fake news com líderes da Câmara, não com os ministros do STF.

“Nós temos diversas questões que simplesmente permeiam esse assunto. Não é só por causa da polêmica atual que ele vai mudar ou não de posicionamento para os deputados que já se posicionaram com relação a esses assuntos na Casa.”

Líder do PP na Câmara, Doutor Luizinho (RJ) também disse que a Casa não será pautada por “uma discussão dessas”, referindo-se ao embate entre Musk e Moraes, e afirmou ser necessário consenso sobre o tema antes de levá-lo ao plenário.

Segundo relatos, não foi firmado nenhum compromisso sobre quando o texto deverá ser votado, apesar da criação do grupo de trabalho — há uma expectativa que os membros possam ser indicados pelos líderes até a próxima semana. Há uma avaliação entre líderes, no entanto, que se a Câmara não der celeridade ao tema, o Judiciário acabará legislando sobre ele.

Mais cedo, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE) afirmou que iria trabalhar para que o projeto fosse aprovado ainda neste primeiro semestre, reforçando a importância de concluir esse processo antes das eleições municipais de outubro.

“É preciso ter diálogo, buscar todo mundo e entender que o que está em jogo é a democracia, é a soberania do país. Não é para beneficiar esse ou aquele. O país precisa de uma regulamentação”, afirmou Guimarães.

Leia mais em Mercado pág. 16



RECICLE-ME
Coloque-me no cesto



O presidente Lula (PT) participa de lançamento de programa contra o desmatamento, em Brasília Gabriela Biló/Folhapress

Lula dá recado a Musk, e Moraes cita má-fé ao negar pedido do X

Filial brasileira queria se eximir de responsabilidade em medidas judiciais

BRASÍLIA O presidente Lula (PT) disse nesta terça-feira (9) que bilionários do mundo precisam aprender a preservar a floresta, em uma referência a Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), autor de ataques ao ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), e ao atual governo.

No início da semana, a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, já havia criticado Musk pelas recentes declarações relacionadas ao Brasil, afirmando que o empresário atenta contra a soberania do país. Integrantes do Executivo e do PT também se manifestaram contra o empresário.

“Hoje temos gente que não acredita que o desmatamento, as queimadas, prejudicam o planeta Terra, e muita gente não leva a sério o que significa manutenção das florestas, da vida no planeta e que não tem para onde fugir. Tem até bilionário tentando fazer foguete, viagem, para ver se encontra lugar lá fora”, disse Lula, sem citar nominalmente Musk.

“Ele vai ter que aprender a viver aqui, utilizar o muito do dinheiro que ele tem para ajudar a preservar isso aqui, melhorar a vida das pessoas.”

A declaração foi dada durante cerimônia do lançamento do Programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia.

Do outro lado da praça dos Três Poderes, também nesta terça, Moraes negou um pedi-

do do braço brasileiro da rede comandada por Musk para que a responsabilidade por medidas judiciais recaia sobre a X internacional. Moraes afirmou que a postulação “beira a litigância de má-fé”.

“A empresa requerente busca uma verdadeira cláusula de imunidade jurisdicional, para a qual não há qualquer previsão na ordem jurídica”, disse.

“O fato de que uma das chamadas operadoras internacionais compõe o seu quadro social sugere um abuso da personalidade jurídica, pois poderia optar por não atender às determinações da Justiça brasileira sem sofrer qualquer consequência, encoberta por sua representante no Brasil.”

Em petição enviada ao magistrado, os advogados da filial brasileira da plataforma alegaram que o escritório não detém “capacidade alguma para interferir na administração e operação da plataforma, tampouco autoridade para a tomada de decisões relativas ao cumprimento de ordens judiciais nesse sentido”.

Moraes lembrou que a plataforma se submeteu a determinações judiciais brasileira por anos, além de participar de reuniões tanto no STF como TSE (Tribunal Superior Eleitoral), a respeito da instrumentalização das redes sociais no processo eleitoral.

A decisão do magistrado fez menção ainda ao fato de que, em processos judiciais que tramitam junto ao STJ (Superior Tribunal de Justiça), há inúmeros recursos que tratam da remoção de conteúdos da rede sem que a X Brasil tenha alegado que não possui poder decisório para tal.

No domingo (7), Moraes incluiu Musk como investigado no inquérito das milícias digitais, apuração que mira o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e aliados, por “dolosa instrumentalização criminosa” do X e ainda proibiu a plataforma de desobedecer decisões judiciais e reativar perfis antes bloqueados pela Justiça.

Em resposta a outra determinação de Moraes dessa mesma decisão, a abriu inquérito para apurar se o dono da rede social cometeu o crime de obstrução à Justiça, inclusive em organização criminosa e incitação ao crime.

De acordo com o ministro do STF, Musk iniciou no sábado (6) “uma campanha de de-

sinformação sobre a atuação do STF e do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), que foi reiterada no dia 7 de abril, instigando a desobediência e obstrução à Justiça”.

Investigadores da Polícia Federal planejam chamar representantes da plataforma no Brasil para depor e explicar os eventuais ilícitos.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, concordou com a determinação de Moraes, em parecer assinado nesta terça, de que é pertinente que os representantes legais da rede X no Brasil sejam ouvidos sobre o tema.

Segundo o PGR, isso deve

ser feito para esclarecer se Musk detém, nos termos dos estatutos da empresa, atribuição para determinar a publicação de postagens e se o fez, efetivamente, com relação a perfis vedados por determinação judicial brasileira.

O órgão também quer saber se a empresa realizou algum levantamento do bloqueio de perfil suspenso por determinação judicial e, se isso ocorreu, que informe quem determinou o ato. Além de dizer quais os perfis que voltaram a se tornar operantes.

A Comissão de Segurança Pública do Senado aprovou nesta terça um convite ao bilionário, sugerido pelo senador Jorge Kajuru (GO), líder do PSB e vice-líder do governo Lula, como complemento a um requerimento de audiência pública apresentado pelo opositorista Eduardo Girão (Novo-CE).

O colegiado também aprovou, a pedido de Girão, um convite a Michael Shellenberger, um dos responsáveis pelo que chama de “Twitter Files Brazil” —que ajudou a espalhar a versão de que está em curso no país a implantação de uma ditadura pelo STF.

As opiniões de Shellenberger, baseadas apenas em trocas de emails entre 2020 e 2022 com reclamações de empregados da rede social no Brasil, antecederam na última semana o embate entre Musk e Alexandre de Moraes.

Enquanto políticos conservadores reproduzem as denúncias de Shellenberger, críticos dizem que os emails são descontextualizados, reque- tidos e pouco consistentes, servindo apenas aos interesses da extrema direita.

No requerimento em que pede a audiência pública, Girão diz que o conteúdo do “Twitter Files Brazil” é gravíssimo e faz um esforço para enquadrar o debate na comissão de Segurança Pública alegando que é preciso garantir a “proteção dos direitos individuais”.

A audiência pública foi aprovada pelo grupo sem resistências. A lista de convidados inclui também, entre outros, Rafael Batista, então conselheiro jurídico sênior do Twitter para a América Latina.

Marianna Holanda, João Gabriel, Marcelo Rocha, Constança Rezende, Julia Chaib e Thaísa Oliveira

Empresário sobe o tom, e diz que ministro virou o ‘ditador do Brasil’

SÃO PAULO O empresário Elon Musk, dono da rede social X, voltou a criticar o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes em postagens nesta segunda-feira (8) e o chamou de ditador.

Musk tem reclamado das decisões do Supremo que tiraram do ar perfis na rede social X (antigo Twitter) e chegou a afirmar que vai derrubar as restrições impostas pelo Judiciário do país.

“Como Alexandre de Moraes se tornou o ditador do Brasil? Ele tem Lula em uma coleira”, escreveu o empresário, na rede social, junto com um emoji de risada.

Mais cedo, ele também tinha republicado declaração crítica a Moraes do deputado federal Marcel Van Hattem (Novo-RS). “A lei vale para todos, inclusive Alexandre de Moraes. Ele deveria ser julgado por seus crimes”, acrescentou Musk, comentando a fala do parlamentar.

Ele disse ainda que Moraes tirou “Lula da prisão” e influenciou na eleição, ecoando discurso de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e que por isso o atual mandatário não se opõe ao magistrado.

Também em seu perfil na rede social, Musk afirmou que, se o governo brasileiro romper contrato com a sua empresa, a Starlink, vai providenciar “internet gratuita para escolas” no país.

Em outra publicação, o empresário também ironizou o ministro: “[Cena: Alexandre de Moraes e Elon Musk em psicanálise] Eu digo: ‘Diga, Alexandre, a desinformação está na sala conosco agora?’”

O empresário também repostou publicação sobre ter sido reconhecido por “contribuições excepcionais” ao Brasil, “considerando-o um verdadeiro e querido amigo da nação”, fazendo referência a episódio em que recebeu a Ordem do Mérito da Defesa, no grau de comendador, em portaria publicada no Diário Oficial de maio de 2022.

A homenagem foi feita pelo então ministro da Defesa, o general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, durante visita do bilionário ao Brasil. Atualmente, Oliveira é investigado em suposta trama golpista envolvendo o ex-presidente Bolsonaro.

Musk fez ainda postagem dizendo que quem apoia

aqueles que censuram a “liberdade de expressão e os fatos” não são “woke” (termo utilizado para se referir a pessoas alinhadas a pautas identitárias) ou “progressistas”, e sim tiranos.

No domingo (7), Moraes determinou a inclusão de Musk como investigado no inquérito que apura a existência de milícias digitais antidemocráticas.

Naquele dia, o empresário havia dito que o magistrado deveria renunciar ou sofrer impeachment. Um dia antes, um perfil oficial da plataforma havia declarado que bloqueou “determinadas contas populares no Brasil”, e Musk retuitou mensagem em que disse que “estamos levantando todas as restrições” e que “princípios importam mais que o lucro”.

Na decisão de domingo, Moraes escreveu em letras maiúsculas: “As redes sociais não são terra sem lei! As redes sociais não são terra de ninguém!”

A ofensiva do dono da rede social levou integrantes do governo Lula e magistrados a virem a público criticar a atuação das plataformas. O presidente do STF, Luís Roberto Barroso, disse que “decisões judiciais podem ser objetos de recursos, mas jamais de descumprimento deliberado”.

“O inconformismo contra a prevalência da democracia continua a se manifestar na instrumentalização criminosa das redes sociais”, afirmou.

“Como Alexandre de Moraes se tornou o ditador do Brasil? Ele tem Lula em uma coleira

Elon Musk
empresário e dono do X

Impeachment do juiz não é caminho, diz Flávio Bolsonaro

SÃO PAULO O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) afirmou nesta segunda (8) não acreditar na possibilidade de prisão de Jair Bolsonaro (PL). Ele falou ainda sobre o embate entre Elon Musk e o STF (Supremo Tribunal Federal) e afirmou ser contra impeachment do ministro Alexandre de Moraes.

Em referência a Moraes, disse que o assunto da prisão do pai é discutido porque uma pessoa teria “carta branca” para fazer o que bem entender na corte.

“Há essa especulação por que parece que tem uma pessoa que tem a carta branca para fazer o que quiser, independente do que está escrito na Constituição”, disse em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura.

Flávio afirmou ainda que a população tem percebido uma perseguição ao ex-presidente e que isso o tem conferido maior apoio popular.

“A percepção da população é de que está havendo

uma perseguição e a consequência óbvia disso é o que está acontecendo agora: on-de Bolsonaro vai, ele é recebido como se fosse o Brasil retornando da Copa do Mundo de 2002”, argumentou.

O senador negou que o ex-presidente estivesse procurando um asilo político ao permanecer por dois dias na embaixada da Hungria no Brasil quatro dias após ter seu passaporte retido pela Polícia Federal, em fevereiro. Disse não saber o que o pai foi fazer no local.

Questionado sobre destituição de Moraes, Flávio disse ser a favor do diálogo e que o pedido para o impeachment do ministro “não é o caminho certo”.

Nas redes, bolsonaristas criticaram a entrevista e alguns chamaram Flávio de “frouxonaro”, principalmente pelo fato de ele declarar ser contra o impeachment de Moraes.

Colaborou o UOL
Matheus Tupina



CIDADE DE SÃO PAULO

Estúdio**FOLHA**

Prefeitura de SP entrega Vila Reencontro no extremo leste da cidade



Aponte a câmera de seu celular ou tablet e saiba mais



RECYCLE-ME
Coloque-me no cesto

Tribunal do Paraná rejeita cassação de Moro; decisão final caberá ao TSE

Placar no TRE é de 5 votos a 2; senador é acusado de abuso de poder econômico na eleição de 2022

Catarina Scortecchi e Renata Galf

CURITIBA E SÃO PAULO O TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Paraná rejeitou, nesta terça-feira (9), as ações do PL e do PT que pedem a cassação do mandato do senador Sérgio Moro (União Brasil) e alegam a ocorrência de abuso de poder econômico na campanha de 2022. O placar foi de 5 a 2.

Todos os juízes rejeitaram a acusação de uso indevido dos meios de comunicação social. Eles também não reconheceram indícios de caixa dois e triangulação de recursos.

O desfecho do caso, entretanto, só deve se dar no TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Depois de formada a maioria, os advogados que representam o PT e o PL nos processos já disseram que recorrerão à corte superior.

Devido aos pedidos de vista (mais tempo para análise), foram ao todo quatro dias de julgamento do caso.

A sessão desta terça começou com a manifestação do juiz Julio Jacob Junior, que proferiu um voto longo de mais de duas horas. Ele considerou que houve abuso de poder e votou a favor da cassação.

Após uma pausa, a sessão foi retomada com o voto de Anderson Ricardo Fogaça, que votou contra a cassação de Moro. “Não configura abu-

so de poder econômico porque não houve desequilíbrio no pleito”, diz ele.

Por fim, votou Sigurd Roberto Bengtsson, que é o presidente do TRE e também se manifestou contrário à procedência dos pedidos. “Não se justifica a perda do mandato. Não houve comprometimento das eleições ao Senado do Paraná”, afirmou.

As representações do PT e PL, que tramitam em conjunto, apontam que Moro teria feito gastos excessivos no período da pré-campanha eleitoral do pleito de 2022, o que a defesa do senador nega. Para as siglas autoras, a campanha dele ao Senado se beneficiou da pré-campanha à Presidência da República, quando o ex-juiz da Operação Lava Jato estava no Podemos.

Fogaça iniciou seu voto destacando que a legislação não exige mais que os fatos precisam interferir no resultado do pleito para configurar abuso: “Requer apenas a comprovação da gravidade dos fatos, com provas robustas e incontestáveis”, diz ele.

O juiz frisou ainda que há uma zona cinzenta na análise sobre atividades de pré-campanha. “A ausência de limites claros na lei deixa margem para interpretações variadas, como estamos vendo”, diz.

Primeiro a votar, no dia 1º de abril, o relator, o juiz Luciano

Carrasco Falavinha, foi contra a cassação de Moro e entendeu que não houve abuso de poder econômico. Também a juíza Cláudia Cristina Cristofani e o juiz Guilherme Frederico Hernandes Denz votaram contra a cassação de Moro.

O juiz José Rodrigo Sade, por sua vez, abriu divergência na semana passada. Nesta terça, Jacob Junior foi o segundo a apontar o abuso de poder e a votar favoravelmente à cassação. Ele listou, entretanto, argumentos diferentes dos apresentados por Sade.

Uma das controvérsias ao longo do processo é a definição sobre quais despesas seriam ou não de pré-campanha, para avaliar se houve ou não desequilíbrio na disputa.

Ao contrário de Falavinha, que calcula um gasto de quase R\$ 225 mil na pré-campanha de Moro, Sade leva em consideração a soma do Ministério Público, que aponta para uma quantia aproximada de R\$ 2 milhões, e também defende a cassação de Moro.

Apesar de concordar com o relator quanto à inexistência de abuso de poder, Denz discordou sobre as despesas a serem contabilizadas para análise do caso —chegando a um soma maior, de R\$ 714 mil.

Fogaça, que também não viu abuso, chegou ao valor de cerca de R\$ 1,2 milhão.

Jacob Junior, por sua vez,

chegou ao montante de R\$ 918 mil, representando 20,65% do teto da campanha. Para ele, houve abuso. Ele considera que, seguindo a doutrina eleitoral, caberia falar em gastos de pré-campanha de até 20%, indicando o valor correspondente de cerca de R\$ 890 mil.

As diferenças nos cálculos ocorrem porque os juízes discordam sobre diversas premissas. Fogaça entende, por exemplo, que todo o período da pré-campanha deve ser considerado na análise, ao contrário do que entendeu o relator —que defendeu que as pré-campanhas aos diferentes cargos (presidente e senador) deveriam ser entendidas separadamente. Ele também considerou atos fora do Paraná.

Falavinha defende que não poderiam se somar indistintamente os valores de pré-campanha a diferentes cargos —o que impossibilitaria, por exemplo, contabilizar o ato de filiação de Moro ao Podemos, quando Moro buscava ser candidato a presidente. Ele também avaliou que só poderiam ser contabilizados atos da pré-campanha que ocorreram no Paraná.

Jacob Junior afirma que também considerou apenas as despesas no Paraná, partindo de 7 de junho de 2022 até o início da campanha oficial.

Denz, por outro lado, discorda de que apenas atos no

Paraná podem ser considerados e contabilizou, por exemplo, o ato de filiação de Moro ao Podemos. Por outro lado também discorda que deva se fazer uma simples soma de todos os gastos.

Sade, por sua vez, argumenta que o montante que concretamente foi investido para promover a imagem do candidato é o que deve ser considerado, não importando se houve alteração do cargo almejado. Ele também avalia que, com a internet, gastos fora do estado têm impacto na eleição paranaense.

Outro ponto que gerou discordância entre os magistrados é se os gastos de segurança de Moro devem ou não ser computados como gasto de pré-campanha. O relator entendeu que não, enquanto Sade e Jacob Junior, por exemplo, entenderam que sim.

Além disso, discordando dos votos que foram contrários à cassação, Jacob Junior afirmou que nenhuma das justificativas trazidas para não aplicar o precedente de 2019 da senadora cassada Selma Arruda são plausíveis.

Se for condenado no TSE, Moro perderá o mandato e se tornará inelegível a partir de 2022, o que o impossibilitaria de concorrer a cargos eletivos até 2030. Além disso, seriam realizadas novas eleições para a cadeira do Senado.

+
Entenda decisão sobre caso de Moro, que deve ir ao TSE

Quem votou a favor O tribunal considerou por maioria os pedidos improcedentes, assim como defendeu o relator, o juiz Luciano Falavinha. Ele entendeu que não houve abuso de poder econômico. Também a juíza Cláudia Cristina Cristofani, o juiz Guilherme Frederico Hernandes Denz, o juiz Anderson Ricardo Fogaça e o juiz Sigurd Roberto Bengtsson votaram contra a cassação de Moro

Quem se manifestou contra O juiz José Rodrigo Sade abriu divergência, pedindo a cassação. Jacob Junior também considerou o caso procedente, apesar de ter apontado argumentos diferentes dos de Sade. Na primeira sessão de julgamento também se manifestou o representante do Ministério Público — que em parecer considerou que houve abuso de poder econômico e defendeu a cassação de Moro

O que ocorre após o julgamento As partes ainda podem apresentar embargos ao próprio TRE, espécie de recurso que, de modo geral, busca esclarecer pontos da decisão já tomada e não o seu mérito. Após, podem apresentar interpeleção ao TSE, o que suspenderia os efeitos do que ficar decidido no tribunal eleitoral paranaense até o trânsito em julgado na corte superior

Quais efeitos de eventual condenação no TSE Se em recurso ao TSE a ação contra Moro for julgada procedente, as consequências seriam a cassação da chapa (ou seja, a perda do mandato) e a inelegibilidade por oito anos a partir de 2022, impedindo o ex-juiz da Lava Jato de concorrer a eleições até 2030. Também haveria a realização de um novo pleito no Paraná para a cadeira no Senado, o que tem movimentado a política paranaense nos últimos meses, com os principais partidos estudando possíveis candidaturas para a disputa

O que pediam as ações As representações do PT e do PL, que tramitam em conjunto, apontam que Moro teria realizado gastos excessivos na pré-campanha eleitoral do pleito de 2022, o que a defesa do senador nega. Para as siglas, a campanha do parlamentar ao Senado se beneficiou da pré-campanha à Presidência da República, quando o ex-juiz da Lava Jato estava no Podemos. Eles afirmam ainda que estes gastos teriam “suprimido as chances dos demais concorrentes” ao Senado paranaense



O senador Sergio Moro (União Brasil-PR) dá entrevista coletiva em Brasília após sua absolvição no TRE-PR
Gabriela Biló/Folhapress

Senador afirma que julgamento preservou a soberania do voto; PT e PL irão recorrer

CURITIBA, BRASÍLIA E SÃO PAULO O senador Sérgio Moro (União Brasil-PR) afirmou que o julgamento no TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Paraná que o manteve no mandato foi “técnico e impecável” e “representa um farol para a independência da magistratura frente ao poder político”. Em pronunciamento à imprensa ao final do julgamento, na noite desta terça-feira (9), o ex-juiz da Operação Lava Jato afirmou que “há juiz em Curitiba”, que sempre teve a consciência tranquila e que o tribunal “preservou a soberania popular”, respeitando os votos do eleitor paranaense. Os advogados que repre-

sentam o PT e o PL nas ações que acusam a chapa de Moro de abuso de poder econômico na campanha de 2022 disseram que recorrerão ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) da decisão tomada pela Justiça Eleitoral paranaense.

“Aguardaremos a publicação dos votos para preparar o recurso para o TSE, onde esperamos a reforma da decisão, conforme já julgou o tribunal no caso ‘Selma Arruda’”, disse o advogado Luiz Eduardo Peccinin, que representa o PT.

“Respeitamos a decisão do TRE-PR, mas discordamos. Até mesmo os votos contrários à cassação deixaram clara a vultosidade da pré-campa-

nha de Moro. A conclusão desconsidera o montante global e sua gravidade no desequilíbrio da disputa, como entende há muito a jurisprudência.”

O advogado Bruno Cristaldi, do PL, confirmou que a legenda vai recorrer. “Os votos divergentes —e até mesmo alguns dos convergentes— cederam excelente argumentação para o recurso. Nós seguimos certos que o resultado será revertido no TSE”, afirmou.

“O TSE dificilmente validará uma decisão que abre caminho para candidatos se lançarem a um cargo com maior teto e depois registrarem candidatura a outro, de menor expressão —burlando as-

sim a verificação de eventual abuso de poder econômico em pré-campanha”, argumentou ele.

Cristaldi destacou voto que considerou que os gastos de pré-campanha de Moro foram de pouco mais de R\$ 1,2 milhão, dizendo que o juiz concluiu “equivocadamente pela ausência de abuso do poder econômico”.

O TRE rejeitou, por 5 votos a 2, os processos que pedem a cassação do mandato de Moro.

As representações do PT e PL, que tramitam em conjunto, apontam que o parlamentar teria feito gastos excessivos no período da pré-campa-

nha eleitoral ligada ao pleito de 2022, o que a defesa do senador nega. Para as siglas autoras, a campanha de Moro ao Senado se beneficiou da pré-campanha à Presidência da República, quando o ex-juiz da Operação Lava Jato estava no Podemos.

Se ao final a Justiça Eleitoral julgar procedente a ação contra Moro, as consequências seriam a cassação da chapa (ou seja, a perda do mandato) e a inelegibilidade por oito anos, contados desde o pleito de 2022.

Nessa hipótese, conforme as regras eleitorais em vigor, em 2030 Moro já estaria apto a se candidatar novamente, isso porque, o período de inelegibilidade começa a contar em 2 de outubro de 2022 (a data da eleição), e se encerra no “dia de igual número no oitavo ano seguinte”, que, no

caso, seria 2 de outubro de 2030. Realizado no primeiro domingo do mês de outubro, o primeiro turno das eleições 2030 deve acontecer quatro dias depois desta data, no dia 6 de outubro.

Também haveria a realização de uma nova eleição no Paraná para a cadeira no Senado. A possibilidade de novo pleito para a vaga tem movimentado a política paranaense nos últimos meses, com os principais partidos estudando possíveis candidaturas para a disputa.

Senadores de oposição cumprimentaram Sérgio Moro pelo resultado obtido no julgamento do TRE. Líder do PL, o senador Carlos Portinho (RJ) disse que a decisão era uma “boa notícia”.

Catarina Scortecchi, Paulo Saldaña, Thaís Oliveira e Renata Galf



RECYCLE-ME

Coloque-me no cesto

Elon Musk, o bilionário retrógrado

O modelo do doutor está no século 19

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada".

Elon Musk é um visionário bem-sucedido. Do nada, virou um dos homens mais ricos do mundo, acreditando no carro elétrico e em variantes da revolução tecnológica. Não inovou, como Thomas Edison, Henry Ford ou Steve Jobs. Prosperou com invenções alheias, como Cornelius Vanderbilt e Bill Gates, o que não é pouca coisa. À diferença de outros magnatas americanos, decidiu pôr um pé na História com a arrogância chinfrim do filibusteiro William Walker,

que invadiu a Nicarágua com uma tropa de mercenários e acabou fuzilado em 1860. Musk decidiu desafiar o Supremo Tribunal Federal, descumprindo na sua plataforma X as decisões da Justiça brasileira. O ministro Alexandre de Moraes revideou incluindo-o no inquérito que investiga as milícias digitais. Há alguma fanfarronice nas bandeiras políticas hasteadas por Musk. É um homem de direita e flertou com Jair Bolsonaro. Durante a pandemia, na-

morou a cloroquina. Tropeçou com falas antisemitas, mas Henry Ford também caiu nessa. Musk é uma versão tardia do filibusteiro Walker porque em julho de 2020 reconheceu publicamente que apoiou o golpe contra o presidente boliviano Evo Morales: “Nós vamos dar golpe em quem quisermos. Lidem com isso.” Num caso raro de sinceridade, Musk admitiu que ajudou o golpe porque tinha interesse em ex-

plorar o lítio boliviano, matéria-prima para as baterias de seus automóveis. Faz tempo que empresários americanos apoiavam golpes para proteger seus bananais; Musk quer golpes para garantir o fornecimento de lítio. Musk não defende a liberdade de expressão. Se essa bandeira fosse do seu agrado, ele teria desafiado a China de Xi Jinping. Ele gosta de holofotes e, por algum motivo, resolveu encrascar com a Justiça brasileira. Deu um mau passo, pois

associou a defesa das plataformas de redes sociais ao golpe: “Lidem com isso.” Lidando com isso, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, pediu ao seu colega Arthur Lira que saia de cima do projeto que regula as plataformas digitais. Votado no Senado, ele dorme há três anos na Câmara. As big techs lutam contra essa regulamentação associando levandade à arrogância. Musk pode ter ajudado a destravar o debate. Junto com ele virão inevitavelmente propostas disfarçadas de censura. Uma agência do governo já se ofereceu para o papel de fiscal das redes. É meio caminho para a censura, mas deve-se reconhecer que em janeiro de 2023, as redes sociais eram usadas para convocar golpistas para a “Festa da Selma”, explicitamente para incentivar a invasão do Palácio do Planal-

to. Centenas de pessoas foram presas, mas nenhum diretor de big tech viu-se responsabilizado. Se a “Festa da Selma” tivesse prevalecido, Elon Musk poderia ter dito: “Nós vamos dar golpe em quem quisermos.” O doutor levou água para o monjolo de quem quer regulamentar as redes no interesse do governo. Pena, porque no limite, entre um fanfarrão como Musk e um comissário de olho nas limitações da liberdade de expressão, fortaleceu-se o comissário. Nem todo defensor da liberdade das redes é um golpista como Elon Musk, e nem todo golpista está de olho apenas nos próprios negócios. O doutor, como os americanos que azucrinaram a vida dos latino-americanos no fim do século 19 e início do 20, é um golpista tardio, exibicionista primitivo.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Deborah Bizarria, Camila Rocha | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | **QUI. Conrado H. Mendes** | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | SÁB. Demétrio Magnoli



Jair Bolsonaro durante jantar em Diamantino (MT) com Francisco Mendes (de verde, à esquerda), irmão de Gilmar Mendes (STF)

Victor Zaiden/Divulgação

Bolsonaro sela apoio a pré-candidatura de irmão de Gilmar

Francisco Mendes será candidato em Diamantino (MT); aliado afirma que ex-presidente buscou apagar arestas

João Pedro Pitombo e Pablo Rodrigo

SALVADOR E CUIABÁ O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) selou apoio à candidatura do irmão do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes à Prefeitura de Diamantino (182 km de Cuiabá). Prefeito da cidade de 2001 a 2008, Francisco Mendes (União Brasil) tentará voltar ao

cargo nas eleições de outubro em aliança com o PL, partido que deve indicar o candidato a vice-prefeito. A iniciativa de visitar Diamantino, município com apenas 22 mil habitantes, partiu de Bolsonaro. O ex-presidente desembarcou na cidade na tarde desta segunda-feira (8), horas após participar de um ato político na capital mato-grossense.

A aliança foi firmada em um encontro na casa de Francisco Mendes, em Diamantino, que incluiu uma rápida conversa por telefone entre Bolsonaro e Gilmar Mendes. Aliados de Bolsonaro afirmam que a visita foi um gesto para apagar arestas com o ministro. Nas últimas semanas, Gilmar fez comentários sobre ações que envolvem o ex-presidente na corte e falou

em provas contra Bolsonaro no caso que apura a falsificação de certificados de vacinas contra a Covid-19. As falas antecederam a abertura no tribunal de processos contra Bolsonaro e levantam questionamentos sobre possível prejulgamento e quebra da imparcialidade. “Se houve alguma aresta entre os dois, acredito que isso [a aliança] representa uma aproximação”, afirma o senador Wellington Fagundes (PL-MT), que intermediou a conversa entre Bolsonaro e Gilmar ao telefone. Nas últimas semanas, Fagundes foi o responsável por articular uma agenda entre o ministro do STF e o senador Sérgio Moro (União Brasil-PR), que enfrenta um processo de cassação de seu mandato no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná por suposto abuso de poder econômico. Bolsonaro e Francisco Mendes participaram de um ato conjunto no aeroporto da cidade, onde o ex-presidente

“ Não acredito nisso [apoio visando aproximação com Gilmar], até porque não tem nada a ver. Eu atuo apenas na política e não no Judiciário. O ex-presidente estava por aqui em agenda política e decidiu me visitar. Apenas isso”, disse. Francisco também afirmou que o pedido partiu do ex-presidente: “Foi uma visita tranquila. A assessoria dele me ligou e perguntou se podia passar aqui em casa, e eu aceitei.” A cidade de Diamantino, que também já foi governada pelo pai e pelo avô de Gilmar, se tornou um reduto bolsonarista nos últimos anos. Em 2022, Bolsonaro teve 62,9% dos votos válidos contra 37,1% de Lula no município. Em 2000 e em 2004, o irmão do ministro foi eleito, respectivamente, pelo PSB e pelo PPS (atual Cidadania). Depois do encontro na casa do irmão de Gilmar, Bolsonaro participou de um jantar e pernoitou na fazenda do empresário Reinaldo Moraes, conhecido como o “Rei do Porco”. O empresário coordenou a campanha do ex-presidente no Mato Grosso em 2022. Dois anos antes, disputou a eleição suplementar ao Senado pelo PSC e ficou em penúltimo.

Francisco Mendes pré-candidato a prefeito de Diamantino (MT) e irmão do ministro Gilmar Mendes

PGR descarta pedir prisão de ex-presidente por ida a embaixada

José Marques

BRASÍLIA O procurador-geral da República, Paulo Gonet, se manifestou de forma contrária à imposição de medidas mais duras ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pela hospedagem na embaixada da Hungria em Brasília de 12 a 14 de fevereiro, quatro dias após ter o seu passaporte retido pela Polícia Federal. A manifestação, sem pedido de prisão, foi enviada na última semana ao ministro Alexandre de Moraes, do STF (Su-

premo Tribunal Federal), que ainda não apresentou uma decisão sobre o tema. A informação sobre a ausência de pedidos de sanções maiores foi divulgada pela CNN e confirmada pela Folha por pessoas com acesso ao processo. Na manifestação, a PGR (Procuradoria Geral da República) disse que a estadia não infringe as medidas que ele já cumpre e que a suposta tentativa de busca de refúgio esbarraria “na evidente falta de pressupostos do instituto

de asilo diplomático dadas as características do evento”. Bolsonaro teve o passaporte apreendido pela Polícia Federal por ordem de Moraes em fevereiro na operação Tempus Veritatis, que teve como alvo o ex-presidente, ex-assessores e aliados, incluindo militares de alta patente. O ministro também proibiu o ex-presidente de manter contato com outros investigados —entre eles, o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto. A informação da estadia

de Bolsonaro na embaixada estrangeira foi revelada pelo jornal The New York Times. Na ocasião, o Ministério das Relações Exteriores convocou para explicações o embaixador da Hungria, Miklós Halmai, em um sinal de contrariedade do governo brasileiro com a situação. O gesto de hospedar Bolsonaro, segundo auxiliares do Executivo, tem sido lido como uma interferência do Governo da Hungria, liderado por Viktor Orbán, em assuntos internos do Brasil.

Caso permanecesse dentro da missão diplomática, Bolsonaro não poderia, em tese, ser alvo de uma ordem de prisão por se tratar de prédio protegido pelas convenções diplomáticas. O ex-presidente disse no último dia 25 em discurso em São Paulo que frequenta embaixadas pelo país, conversa com embaixadores e mantém relações com chefes de Estado. “Muitas vezes esse chefe [de Estado] liga para mim, para que eu possa prestar infor-

mações precisas sobre o que acontece no Brasil”, afirmou o ex-presidente em evento do PL, seu partido, na capital paulista. “Temos boas relações internacionais, como até hoje mantenho relação com alguns chefes de Estado pelo mundo. Frequento embaixadas pelo Brasil, converso com embaixadores. Tenho passaporte retido, se não estaria com [os governadores] Tarcísio [de Freitas] e [Ronaldo] Caiado em viagem a Israel”, completou.

Câmara vota prisão de Brazão em meio a irritação com Moraes

Clima é de críticas ao ministro, mas comoção do caso Marielle pode pesar

Matheus Teixeira e Victoria Azevedo

BRASÍLIA A Câmara dos Deputados deve votar nesta quarta-feira (10) a manutenção da prisão do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) em meio a um clima de revolta com o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes, relator do caso, e a indefinição de líderes das bancadas sobre o tema. A prisão será votada na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) pela manhã e a previsão é que o plenário analise a situação do parlamentar acusado de mandar matar a vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) no mesmo dia. A votação ocorre porque qualquer prisão de parlamentares ocorrida no exercício do mandato precisa ser referendada pelo Congresso. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), informou na reunião de líderes que a detenção de Brazão será pautada e deixou cada partido decidir como se posicionará. “A CCJ vota amanhã o relatório e vem ao plenário na

tarde de amanhã mesmo. Sobre mérito, ninguém falou absolutamente nada”, afirmou. Deputados do centrão e de direita ouvidos pela *Folha* entendem que a avaliação crítica da atuação de Moraes tornou o cenário do caso Brazão indefinido. Por um lado, a maioria da Casa deseja mandar um recado ao magistrado por ver violações de prerrogativas de parlamentares em decisões recentes. Por outro, reconhecem que a brutalidade e a comoção social envolvidas na morte de Marielle dificultam a formação de maioria para libertar o acusado de ordenar a morte da vereadora. Os defensores da derrubada da prisão dizem que manter a decisão fortaleceria o magistrado, enquanto a articulação na Casa nos últimos meses vai no sentido oposto, de impor freios a Moraes. Um dos principais líderes do centrão afirmou sob reserva que há chances de não manter a prisão, mas reconhece o potencial constrangimento em tomar uma decisão nesse sentido.

Parlamentares alegam, ainda, receio de que essa situação possa abrir um precedente para casos no futuro e que, por isso, é necessário cautela. Ainda assim, a aposta é que a prisão será mantida, ainda mais pelo fato de se tratar de votação aberta. A previsão é que as bancadas se reúnam para debater o tema, mas muitas não devem fechar questão, liberando os deputados para votarem como quiserem. Uma estratégia estudada seria derrubar a prisão e, na sequência, cassar o mandato do deputado, como forma de mostrar que a Casa não é condescendente com a impunidade, mas também não tolera ofensivas do Judiciário contra os parlamentares. A Comissão de Ética irá instaurar o processo de cassação do mandato do deputado também nesta quarta-feira (10). A insatisfação em relação a Moraes tem sido a tônica de reuniões sobre o tema. O ministro determinou recentemente busca e apreensão em gabinetes dos deputados Carlos Jordy (PL-RJ) e

Alexandre Ramagem (PL-RJ), no âmbito das investigações que apuram se o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e pessoas próximas tentaram dar um golpe para impedir a posse de Lula (PT). O magistrado também é criticado por dar ordens judiciais na contramão de pareceres da PGR (Procuradoria-Geral da República) e por não dar acesso aos autos dos processos a investigados. Até mesmo os críticos da atuação desses parlamentares consideram exageradas algumas decisões de Moraes e violadoras das prerrogativas de parlamentares. Além disso, há deputados que não veem no caso de Brazão os requisitos para prisão de deputado no curso do mandato: pego em flagrante e por crime inafiançável. Outro ponto é que não teriam provas suficientes contra o deputado e que seria um equívoco respaldar a prisão que teria sido decretada apenas com base em delação premiada. O referendo à decisão chegou a ser pautado na CCJ, mas os deputados Gilson Mar-

ques (Novo-SC), Fausto Pinato (PP-SP) e Roberto Duarte (Republicanos-AC) pediram vista (mais tempo para analisar o caso) e adiaram a definição no colegiado, o que atrasou também a análise em plenário. Na semana seguinte, a Câmara estava esvaziada devido ao fim do prazo de filiações para concorrer no pleito municipal e, mais uma vez, foi remarcada a votação do tema. A demora já indica a resistência de parte da Casa com a atuação de Moraes. Agora, no entanto, Lira decidiu levar o caso adiante. Após ser preso em 24 de março, Brazão foi expulso do União Brasil. O deputado, porém, já estava com migração certa para o Republicanos, partido que, na prática, já comandava no Rio de Janeiro. Brazão já apresentou sua defesa perante a CCJ e afirmou que tinha “ótima relação” com Marielle. Ele citou projeto de lei que a Polícia Federal apontou em seu inquérito como um dos indícios da motivação para o crime, em março de 2018. Os investigadores afirmaram que Marielle foi assassinada “por ser vista como um obstáculo aos interesses” da família. No inquérito, a polícia destacou divergência entre Marielle e Chiquinho Brazão em uma discussão na Câmara carioca sobre projeto. Brazão, porém, disse que isso é uma “coisa simples demais para tomar uma dimensão tão louca”.



O ex-ministro Antonio Palocci, em Curitiba
Rodolfo Buhrer - 26.set.16/Reuters

Justiça libera imóveis e carros de Palocci retidos na Lava Jato

SÃO PAULO A Justiça Federal suspendeu o bloqueio de imóveis e veículos do ex-ministro Antonio Palocci e de sua empresa, a Projeto Consultoria, que haviam sido confiscados durante a Operação Lava Jato. A decisão foi assinada pelo juiz Danilo Pereira Júnior, da 13ª Vara Federal de Curitiba, em 21 de março. No documento, o juiz diz não haver mais qualquer obstáculo para o bloqueio dos bens. “No processo criminal que teve curso perante a 10.ª Vara Federal de Brasília-DF, trancado por força de habeas corpus concedido de ofício pelo Supremo Tribunal Federal, o réu Antonio Palocci Filho obteve o levantamento de todos os bloqueios sobre seu patrimônio. Em vista da exclusão daquele processo, encontra-se removido qualquer potencial obstáculo ao integral cumprimento da decisão do juízo da 1.ª Zona Eleitoral de Brasília/DF”, escreveu o juiz.

A reportagem procurou a defesa de Palocci, mas ainda não obteve retorno. Palocci ficou mais de dois anos preso no Paraná no bojo de ações penais da Lava Jato. Chegou a ser condenado em 2017 por corrupção passiva e lavagem de dinheiro pelo então juiz Sergio Moro a mais de 12 anos de prisão, mas a sentença foi anulada pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça) em 2021. Os crimes, segundo a denúncia do Ministério Público Federal, envolviam contratos com a Odebrecht na construção das sondas da empresa Sete Brasil e o estaleiro Enseada do Paraguaçu, na Bahia. Palocci foi descrito pelo MPF (Ministério Público Federal) como “principal administrador da conta-corrente geral de propinas” entre a construtora e o PT. Ele negava as acusações, mas depois acabou firmando acordo de colaboração premiada com a Polícia Federal e pedindo desfiliação do PT. Em 2017, Palocci afirmou em depoimento que Lula (PT) havia feito um “pacto de sangue” com a empreiteira Odebrecht. Na época, a defesa de Lula disse que Palocci falava “mentiras sem provas para tentar obter benefícios judiciais e sair da prisão”. Na sua delação, o ex-ministro abordou supostas irregularidades na Petrobras e em fundos de pensão nos governos Lula e Dilma Rousseff (PT), de quem também foi ministro.



Chiquinho Brazão, acusado de ser mandante do assassinato de Marielle Franco, se defende em sessão da CCJ por videoconferência
Pedro Ladeira - 26.mar.24/Folhapress

PT prioriza ex-filiado ao PDT para enfrentar bolsonarista e aliado de Ciro em Fortaleza

João Pedro Pitombo e José Matheus Santos

SALVADOR E RECIFE O presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, deputado Evandro Leitão, saiu na frente na disputa interna do PT em Fortaleza e deve ser confirmado como pré-candidato à prefeitura da capital cearense nas próximas semanas. Com o apoio do ministro da Educação, Camilo Santana (PT), governador do Ceará de 2015 a 2022, Leitão conquistou a maioria dos delegados que vão escolher o candidato do partido no próximo dia 21 de abril. Ele se filiou ao PT em dezembro passado após romper com o PDT em meio ao racha na sigla que opôs os irmãos Cid e Ciro Gomes, ambos ex-governadores do estado. Caso seja confirmado candidato do PT, Leitão terá como desafio unir o partido e construir uma aliança am-

pla para enfrentar um antigo aliado: o prefeito e candidato à reeleição José Sarto (PDT), que vai para as urnas com o apoio de Ciro. PT e PDT romperam no estado antes das eleições de 2022, mas o racha escalou ao longo do ano passado. O cenário consolidou o afastamento político e pessoal entre Ciro com o irmão e senador Cid Gomes, que deixou o PDT, se filiou ao PSB e segue aliado ao governador Elmano de Freitas (PT). Em meio a um clima de tensão, Evandro Leitão se desfiliou do PDT e enfrentou questionamentos na Justiça Eleitoral por infidelidade partidária. A ação foi extinta pelo TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Ceará no fim de março, mas o PDT recorreu ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Além de Evandro Leitão e José Sarto, também devem concorrer à prefeitura o ex-

-deputado federal Capitão Wagner (União Brasil), o deputado federal bolsonarista André Fernandes (PL), o senador Eduardo Girão (Novo) e o produtor cultural Técnico Nunes (PSOL). Fortaleza é uma das prioridades do PT nas eleições deste ano e vista como a cidade onde o partido deve ter a candidatura mais competitiva dentre as maiores capitais brasileiras. Em 2020, o partido não elegeu nenhum prefeito das 26 capitais estaduais. Ao todo, cinco pré-candidatos pleiteiam concorrer à Prefeitura de Fortaleza pelo PT. Além de Leitão, disputam a vaga a deputada federal Luizianne Lins, que foi prefeita de 2005 a 2012, os deputados estaduais Larissa Gaspar e Guilherme Sampaio e o ex-deputado federal Artur Bruno. O partido definiu que escolherá o seu candidato por meio de um colégio eleitoral formado por 200 delegados,

escolhidos neste domingo (7) em votação pela militância do partido em Fortaleza. Ao todo, 5.813 filiados ao partido participaram da votação. Dos delegados eleitos, 59% fazem parte das quatro chapas que apoiam a candidatura de Leitão à prefeitura. Outros 29% são apoiadores de Luizianne, 10% são aliados de Guilherme Sampaio e 2% de Larissa Gaspar. Artur Bruno não foi apoiado por nenhuma das chapas que concorreram. O resultado aponta para um favoritismo de Evandro Leitão na votação que acontecerá em 21 de abril. Em discurso após a divulgação do resultado, o deputado elogiou os quatro adversários na disputa interna e defendeu a unidade do partido para as eleições de outubro. “Aqui não tem nem vencedores, nem derrotados. Aqui o maior vencedor chama-se Partido dos Trabalhadores. A

unidade é fundamental para o partido enfrentar o fascismo, o bolsonarismo e máquina da prefeitura”, disse. Principal adversária de Evandro na disputa interna, Luizianne Lins celebrou o fato de sua chapa ter sido a mais votada –ela lançou uma única chapa, enquanto aliados de Leitão se dividiram em quatro. Sem citar nomes, a ex-prefeita ainda reclamou das “influências externas” na disputa. “São preocupantes as influências externas que invadiram a integridade dos processos internos do PT. Nossa democracia interna sempre foi um pilar essencial para a credibilidade e representatividade do partido”, afirmou. O governador Elmano de Freitas se manteve neutro na disputa e não participou da eleição, já que o seu domicílio eleitoral fica em Caucaia, cidade da Grande Fortaleza. Evandro teve aval de Camilo Santana, que atuou nos bastidores da disputa interna, e o apoio público do deputado federal José Guimarães (PT-CE), líder do governo Lula na Câmara dos Deputados.

política



Público lota a praça da Candelária para comício das Diretas Já no Rio de Janeiro, realizado há 40 anos Folhapress - 10.abr.1984

Comício na Candelária superou tensões para se tornar histórico

Ato das Diretas no Rio, há 40 anos, foi considerado o maior até aquele momento

40 ANOS DAS DIRETAS

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO Horas antes do início oficial do ato da campanha das Diretas Já marcada para a Candelária, no centro do Rio de Janeiro, há exatos 40 anos, o então governador Leonel Brizola (PDT) subiu ao palanque para checar os preparativos.

Do alto, avistou próximo ao palanque uma faixa de cerca de 30 metros com a defesa de uma greve geral para o dia 25 de abril de 1984, data em que estava marcada a votação da emenda à Constituição para o retorno da eleição direta no país.

Ao microfone, Brizola tentou por três vezes convencer os militantes do Alicerce da Juventude Socialista a retirar a faixa. Na quarta, insultou apoiadores a rasgar o material. O grupo recebeu apoio da Polícia Militar.

O episódio resume as tensões externas e internas à campanha que cercaram o comício que transformou as Diretas Já num “monstro” que surpreendeu até políticos experientes que a organizaram. “O que preocupa é saber como vamos administrar isto que está aí. Creio que se está criando um fato desgastante para o governo”, disse o então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, após o ato.

O comício na Candelária reuniu centenas de milhares de pessoas no centro do Rio de Janeiro em favor da emenda proposta pelo deputado Dante de Oliveira pela votação direta para presidente da República. Os organizadores falaram em um público de mais de 1 milhão, mas é bastante provável que esse número tenha sido superestimado.

De qualquer forma, o ato foi considerado o maior da história do país até aquele momento.

A avenida Presidente Vargas já estava lotada antes do início, previsto para 16h. Nas

palavras do jornalista Ricardo Kotscho, em texto publicado no dia seguinte na **Folha**, “o Brasil já não era o mesmo antes do primeiro discurso do primeiro líder nacional”.

O encontro juntou os juristas Sobral Pinto e Afonso Arinos, quatro governadores, políticos de diferentes espectros e artista que iam de Xuxa a Chico Buarque, passando por Fafá de Belém, Erasmo Carlos e Milton Nascimento.

O clima de festa ficou por conta de diferentes blocos que tocavam marchinhas de Carnaval nas esquinas em que a multidão se concentrou. Um canhão de raio laser projetava num balão suspenso atrás do palanque o nome dos 52 oradores à medida que subiam no púlpito para falar à multidão, intercalados por palavras de ordem.

Ônibus e a barca Rio-Niterói eram gratuitos, o que ajudou a lotar a avenida Presidente Vargas. O preço do cachorro-quente, porém, subiu ao lon-

go do comício: de Cr\$ 350 para Cr\$ 800, com fila, após os discursos.

O país ainda vivia a ditadura militar, mas experimentava a abertura política. Novos partidos já tinham recebido autorização para serem criados e, dois anos antes, nomes da oposição haviam vencido eleições para governador nos principais estados.

A eleição direta para presidente, no entanto, não estava no horizonte próximo. O último presidente da ditadura, general João Figueiredo, defendia o pleito indireto, pelo Colégio Eleitoral, em 1985.

A emenda Dante de Oliveira foi apresentada em março de 1983. A campanha pela sua aprovação foi ganhando força política ao longo daquele ano, mas recebeu apoio popular mais expressivo a partir do início do seguinte. O primeiro grande comício ocorreu em 25 de janeiro de 1984 na praça da Sé, em São Paulo. Brizola tomou a frente da or-

ganização do ato previsto para o Rio de Janeiro. A primeira data firmada era 21 de março, mas o então governador decidiu adiá-lo para 10 de abril.

A primeira tensão foi exposta nesse momento. O PT e outros partidos de esquerda decidiram manter o ato do dia 21. Brizola acompanhou a movimentação do hospital, onde se recuperava de uma crise renal.

Na passeata de 21 de março, Lula falou em discurso sobre a situação dos camelôs. O tema foi visto por Brizola como uma crítica a seu governo. Os dois já travavam uma disputa pelo papel de liderança de esquerda na futura democracia brasileira.

Nas vésperas do comício de 10 de abril, Brizola alertou que acompanharia o discurso de Lula com outro microfone nas mãos. A intenção era interrompê-lo em caso de falas consideradas ofensivas ao seu governo. O petista respondeu: “Quem vai nos vigiar

“

A gente não estava acostumado a ver manifestações tão grandes. Essa passagem da história foi um jogo de expectativa, animação e frustração, com a derrota da emenda depois

Maria Paula Araújo
historiadora

“

O que preocupa é saber como vamos administrar isto que está aí. Creio que se está criando um fato desgastante para o governo

Tancredo Neves
então governador de Minas Gerais



Auge do movimento das Diretas completa 40 anos

Em março de 1983, a emenda que propunha a restauração de eleições diretas para a Presidência obteve assinaturas suficientes para ser apresentada no Congresso e, aos poucos, a campanha das Diretas passou a atrair o apoio de políticos da oposição à ditadura e da população. O movimento atingiu seu ápice em abril de 1984, com grandes comícios em São Paulo, Rio de Janeiro e Goiânia, tornando-se a maior mobilização popular da história do país. Mesmo derrotada na Câmara, a campanha pelas Diretas impulsionou o processo de redemocratização e de conquistas da Constituição de 1988.

são todas as pessoas que estiverem nas ruas”.

“O Lula estava com um discurso radicalizado nessa época, até para se diferenciar das demais lideranças [de esquerda]. Esse confronto já estava ali”, lembrou Vivaldo Barbosa, à época secretário de Justiça no governo Brizola.

Vivaldo conta que uma preocupação de Brizola durante a organização do comício era evitar ampliar as tensões com os militares. Por essa razão, o governador procurou dificultar a participação dos partidos comunistas, ainda clandestinos — só retornariam à legalidade em 1985.

Em seu discurso, ele buscou desvincular o comício das bandeiras vermelhas em meio à multidão. Brizola referiu-se a “certos relatórios” que falaria, segundo ele, da presença na manifestação de partidos não legalizados. “O povo do Rio de Janeiro repele estas insinuações. O que prevalece nesta manifestação é o verde e amarelo de nossa bandeira”.

O veto foi objeto de crítica de Luiz Carlos Prestes, que se recusou a participar do comício —ele havia ido a outros atos da Diretas. “Deixei de ir por uma razão bem simples, que é a de não concordar com a conotação anticomunista que o Brizola deu ao comício, proibindo espaços aos partidos clandestinos”.

Segundo Vivaldo, o objetivo era também não entrar em confronto com o setor conservador, que começou a aderir à campanha. “Havia muita gente favorável que não era de esquerda”.

Apesar das preocupações, lideranças das siglas clandestinas acabaram autorizadas a subir no palanque. Carlos Alberto Muniz, à época presidente do PCB-RJ, disse que Brizola sempre teve “implicância com organizações clandestinas”, mas que mantinha diálogo com esses grupos.

“Prestes tinha uma posição esquerdista. Ele foi mais para demarcação de posição antiparlamentar. Olhava para nós como se fôssemos iludidos. Mas nós achávamos que o principal era organizar grandes mobilizações para chegar a um patamar de avanço maiores”, afirmou Muniz.

Vivaldo afirma que havia também a preocupação com a presença de provocadores dentro do ato com o objetivo de gerar tumultos que afetariam a campanha das Diretas.

O comício, no entanto, terminou sem intercorrências. Lula e Brizola discursaram sem alfinetadas. Coube a Sobral Pinto, aos 90 anos, emocionar a multidão ao falar com a voz já marcada pela idade trecho do artigo 1º da Constituição: “Todo poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido”.

A cobertura da TV Globo, até então distante da campanha, começou nesse comício, ampliando o alcance da mobilização pelo país. Jornalistas entraram ao vivo ao longo da programação para relatar a movimentação e os discursos. A novela “Champanhe” foi interrompida para transmissão da última fala, de Brizola.

O único episódio violento se resumiu ao ataque a um boneco gigante que representava o ministro Delfim Netto. A alegoria havia sido usada no desfile da Mangueira naquele ano e foi comprada por um manifestante.

“A gente não estava acostumado a ver manifestações tão grandes. Essa passagem da história foi um jogo de expectativa, animação e frustração, com a derrota da emenda depois”, disse a historiadora Maria Paula Araújo.

“Essa frente que se consagrou nas Diretas foi, aos poucos, se desmantelando e deu nas polarizações. Essa campanha é um exemplo para voltarmos a pensar em frentes não apenas eleitorais, mas com conteúdo político.”

Alguns políticos encerraram a noite acompanhados de Brizola no Scala, casa noturna que realizava apresentações de Carnaval.



Fafá de Belém solta pomba durante comício na Candelária Sebastião Marinho - 10.abr.1984/Agência O Globo

mundo

Mundo se acostumou à fome no Haiti, diz representante da ONU

Diretor do Programa Mundial de Alimentos, Jean-Martin Bauer avalia que missão armada não resolveria problema

ENTREVISTA
JEAN-MARTIN BAUER

Mayara Paixão

BUENOS AIRES Assolado pela violência e pela falta de governo, o Haiti vê crescer também a fome. Hoje, metade da população vive em um nível grave de insegurança alimentar. Os mais recentes dados divulgados pelo IPC, o chamado índice global de classificação da fase da insegurança alimentar, mostraram que, no mês passado, ao menos 5 milhões de haitianos viviam com fome. Para o americano Jean-Martin Bauer, 45, o cenário contrasta com o de sua infância. Diretor no Haiti do Programa Mundial de Alimentos (PMA), agência da ONU laureada com o Nobel da Paz, ele é filho de mãe haitiana e pai francês. Quando criança, passou longas temporadas no país convivendo com um tio que plantava arroz. À época, os haitianos eram considerados autossuficientes em oferta de alimentos. “Os grupos armados têm atacado os agricultores e sequestrado as mulheres que levam produtos agrícolas do campo para as cidades”, relata Bauer,

baseado no escritório da organização em Porto Príncipe. À Folha ele detalha como o país chegou a esse atual cenário, critica o subfinanciamento das ações humanitárias no Haiti — “uma completa tragédia” —, diz ver no Fome Zero e no Programa de Alimentação Escolar do Brasil bons exemplos e se mostra contrário a uma nova missão armada no país. “Tropas em solo, sozinhas, não resolverão o problema.”

* O foco sobre a fome parece mais voltado a Gaza que ao Haiti. Por quê? Em Gaza, o nível de insegurança alimentar era bastante baixo antes da guerra. Aqui no Haiti, a fome, antes de março, quando os problemas mais recentes começaram, já era bastante alta. No início deste ano, estávamos com 4,35 milhões de pessoas enfrentando insegurança alimentar aguda. Agora chegamos a 5 milhões. As coisas pioraram, mas já estavam bastante ruins antes. Sim, há uma atenção dedicada a Gaza, à Ucrânia, e isso é um problema porque os orçamentos disponíveis para as-

Raio-X do Haiti

Área: 27.750 km² (semelhante à de Alagoas)
População: 11,7 milhões (semelhante à do Paraná)
PIB (nominal): US\$ 20,3 bi (ante US\$ 1,9 tri no Brasil)
PIB per capita*: US\$ 3,3 mil (ante US\$ 17.821 no Brasil)
IDH: 158ª posição no ranking de 193 países (Brasil é o 89º)

* Com paridade do poder de compra
Fontes: CIA World Factbook, IBGE, ONU, Banco Mundial e PNUD

Brasil afirma que Equador fez pior que ditaduras ao invadir missão do México

BUENOS AIRES Em sua repri-menda mais dura até aqui, o Brasil afirmou que o Equador cruzou uma linha vermelha ao invadir a embaixada do México em Quito na semana passada para prender o ex-vice-presidente Jorge Glas. “Nem nos piores e nos mais sombrios tempos das ditaduras militares em nosso continente o direito à inviolabilidade dos locais de missão diplomática foi violado”, disse a diplomacia brasileira em um debate nesta terça-feira (6) na OEA (Organização dos Estados Americanos). Os países-membros da organização negociam uma resolução simbólica que condene a ação do governo do presidente Daniel Noboa contra o serviço diplomático mexicano — um movimento que surpreendeu a vizinhança e despertou uma onda de condenações. O discurso da posição brasileira, lido pelo embaixador Benoni Belli ao Conselho Permanente da OEA em Washington, diz que “a medida levada a cabo pelo governo equatoriano constitui grave precedente, atinge em cheio um princípio fundamental das relações internacionais, e merece enérgico repúdio pelos efeitos nocivos que tende a gerar”. A delegação brasileira também defendeu o direito ao asilo político, que o México concedeu a Glas pouco antes de ele ser retirado da embaixada em Quito por policiais fortemente armados que o carregaram pelas mãos e pelos pés sob amplo protesto de diplomatas mexicanos. Vice do ex-presidente de esquerda Rafael Correa, condenado por corrupção e hoje morando na Bélgica, Glas estava desde dezembro passado abrigado na embaixada mexicana. Naquele mês, pediu asilo político alegando ser perseguido pela Justiça equatoriana. Ele já havia sido condenado a oito anos de prisão em 2017, época em que era vice do su-

cessor de Correa, Lenin Moreno, por corrupção após receber subornos da construtora Odebrecht, envolvida em escândalos na América Latina e na Ásia. Em novembro de 2022, conseguiu liberdade condicional e deixou a prisão. Mas no final de 2023, antes de se refugiar na embaixada do México, Glas virou novamente alvo da Justiça ao ser investigado em outro caso de corrupção, dessa vez envolvendo a utilização de dinheiro público para mitigar os efeitos de um grave em 2016. A diplomacia brasileira já havia condenado as ações do Equador, mas em manifestação de menor escala. Horas após a invasão da embaixada em Quito, o Itamaraty disse em nota que as ação “constitui grave precedente”. No X, o presidente Lula (PT) prestou solidariedade a seu homólogo mexicano, Andrés Manuel López Obrador. Também nesta terça, desta vez em conversa com López Obrador, o petista disse que a invasão é “grave ruptura do direito internacional”. Ele ainda sinalizou que Brasília acompanhará o tema na Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), que ainda nesta semana debaterá o assunto.

“ Nem nos mais sombrios tempos das ditaduras militares em nosso continente o direito à inviolabilidade dos locais de missão diplomática foi violado

Benoni Belli
embaixador do Brasil na OEA

AMLO, acrônimo pelo qual o mexicano é conhecido, rompeu as relações diplomáticas com o Equador após a ação, também uma medida muito pouco comum nas relações internacionais. Em breve, o mexicano deixa o cargo: o México vai às urnas em 2 de junho nas maiores eleições de sua história, com mais de 20 mil cargos em jogo. Diversas autoridades mexicanas condenaram a invasão de sua embaixada. Um dos principais nomes do debate político local, no entanto, também criticou a ação de conceder asilo a Glas. Principal nome opositor e candidata de uma importante coalizão, a ex-senadora Xóchitl Gálvez disse nesta terça-feira que em um possível governo seu “as embaixadas não serão antros de delinquentes”. A inviolabilidade das embaixadas mencionada por Brasil e muitos outros países em meio a esse debate está fundamentada na chamada Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961, uma das pedras fundamentais da diplomacia. Seu artigo 22 diz que locais de uma missão diplomática são invioláveis, podendo ser acessados por agentes do Estado onde se encontram somente com o consentimento do chefe dessa missão. Não foi o que ocorreu em Quito. Na ocasião da invasão do espaço, o chefe da missão e segundo na hierarquia, o diplomata Roberto Canseco, tentou impedir os policiais, que o ignoraram e chegaram a apontar armas para ele, como mostra um vídeo divulgado por AMLO nesta terça. Jorge Glas chegou a ser levado ao hospital após fazer greve de fome na prisão de segurança máxima em Guayaquil — a sua cidade natal —, mas já retornou à penitenciária. Na segunda (8), Noboa disse que era sua obrigação cumprir decisões da Justiça. **MP**

sistência humanitária são menores. Eles aumentaram bastante durante os anos da Covid, mas agora diminuíram. O que não diminuíram foram as necessidades. O resultado é que não há financiamento suficiente para todas as necessidades que estão por aí, e o Haiti está sofrendo com isso. O plano de resposta humanitária da ONU para o Haiti está orçado em US\$ 674 milhões [R\$ 3,3 bilhões]. Apenas 6,6% disso está financiado. É uma tragédia. No PMA ainda precisamos de US\$ 100 milhões [R\$ 500 milhões] para os próximos seis meses. Se não conseguirmos, simplesmente não conseguiremos continuar fazendo o esforço de salvar vidas.

Como a agricultura local tem sido impactada pelas gangues? Grupos armados têm atacado agricultores e sequestrado as mulheres que levam produtos agrícolas do campo para as cidades. Enquanto houver conflito, não teremos um Haiti com segurança alimentar. Mas, se o Haiti está passando fome, é realmente difícil estabilizá-lo. É uma via de mão dupla. Eu me pergunto como conseguiremos encontrar paz em um país no qual metade de seus cidadãos enfrenta fome aguda.

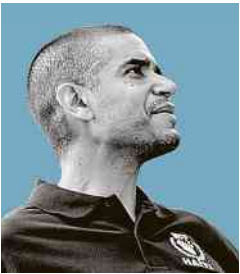
Como a comunidade global pode ajudar? Atualmente, em Porto Príncipe, não há voos. O aeroporto está fechado há um mês. O porto também. Nenhum navio chega. A comunidade internacional poderia tentar favorecer a retomada do tráfego. E um dos riscos que quero alertar às pessoas é o de que tropas em solo, sozinhas, não resolverão o problema aqui. Este país pode se alimentar. Precisamos investir nos pequenos agricultores, e acho que o Brasil tem programas muito interessantes que mostram como isso pode ser feito. Precisamos apoiar os pequenos agricultores deste país para que possam alimentar seu próprio povo.

O Brasil, então, tem sido uma inspiração? Sim, absolutamente. O Brasil mostra que é possível, com o programa Fome Zero e ajudando pequenos produtores a fornecerem para escolas públicas no Brasil. O PMA tem um programa de alimentação escolar. Comparamos de 170 organizações de pequenos agricultores, de agricultores familiares, e levamos para quase 250 mil crianças haitianas todos os dias.

Como a agricultura local tem sido impactada pelas gangues? Grupos armados têm atacado agricultores e sequestrado as mulheres que levam produtos agrícolas do campo para as cidades. Enquanto houver conflito, não teremos um Haiti com segurança alimentar. Mas, se o Haiti está passando fome, é realmente difícil estabilizá-lo. É uma via de mão dupla. Eu me pergunto como conseguiremos encontrar paz em um país no qual metade de seus cidadãos enfrenta fome aguda.

Como a comunidade global pode ajudar? Atualmente, em Porto Príncipe, não há voos. O aeroporto está fechado há um mês. O porto também. Nenhum navio chega. A comunidade internacional poderia tentar favorecer a retomada do tráfego. E um dos riscos que quero alertar às pessoas é o de que tropas em solo, sozinhas, não resolverão o problema aqui. Este país pode se alimentar. Precisamos investir nos pequenos agricultores, e acho que o Brasil tem programas muito interessantes que mostram como isso pode ser feito. Precisamos apoiar os pequenos agricultores deste país para que possam alimentar seu próprio povo.

O Brasil, então, tem sido uma inspiração? Sim, absolutamente. O Brasil mostra que é possível, com o programa Fome Zero e ajudando pequenos produtores a fornecerem para escolas públicas no Brasil. O PMA tem um programa de alimentação escolar. Comparamos de 170 organizações de pequenos agricultores, de agricultores familiares, e levamos para quase 250 mil crianças haitianas todos os dias.



Jean-Martin Bauer, 45
Nascido em Washington, formou-se na London School of Economics e em Harvard. Desde o início dos anos 2000 trabalha no Programa Mundial de Alimentos da ONU. Já passou por escritórios como os de Níger, Guiné-Bissau, Senegal e República Democrática do Congo. Desde 2022 coordena as ações no Haiti.

“ Enquanto houver conflito, não teremos um Haiti com segurança alimentar. Mas, se o Haiti está passando fome, é realmente difícil estabilizá-lo

Tropas em solo, sozinhas, não resolverão o problema aqui

FRONTEIRAS DO PENSAMENTO '24

Ideias inspiradoras para um mundo em evolução

O MULTIPREMIADO HISTORIADOR BRITÂNICO QUE MAPEOU A EVOLUÇÃO DO PODER NO MUNDO

> 28/10

+5 ENCONTROS IMPERDÍVEIS: De maio a outubro, no Teatro B32

Stuart RUSSELL ▶ 02/05
 Muriel BARBERI ▶ 03/06
 Yascha MOUNK ▶ 08/07
 Nouriel ROUBINI ▶ 05/08
 Anna LEMBEKE ▶ 16/09

Apresentação: PRIO, Petrocinata: Unimed ft, pwc, Parceira Acadêmica: Mackenzie, Parceira Organizadora: Colégio Bandeirantes, Parceira de Mídia: mills, piauí, FOLHA, Realização: DelosBureau, DCS&T

ASSINANTE FOLHA TEM 45% DESCONTO

INFORMAÇÕES: ☎ 11 98775 5762
 Vagas limitadas | fronteiras.com

Agência de espião russo já foi investigada por outros países

Na mira da Abin, Rossotrudnichestvo acendeu alerta em EUA, Alemanha e UE

Renato Machado
e Fabio Serapião

BRASÍLIA A entidade cultural que abrigava o espião Serguei Chumilov no Brasil e agência à qual ela é ligada já foram acusadas nos Estados Unidos e na Europa de usar sua estrutura e funcionários em ações de espionagem —tal como no caso de Chumilov, revelado pela Folha.

Ainda em 2013, o FBI, a polícia federal americana, passou a investigar um diplomata russo que era o diretor em Washington de um programa de intercâmbio da Rossotrudnichestvo, agência federal que busca difundir a cultura russa e aumentar a “influência humanitária” do país, segundo o site da entidade.

Ele estaria recrutando jovens americanos que viajavam à Rússia para supostos fins acadêmicos, mas que na volta atuariam como espiões.

Os agentes iniciaram uma série de interrogatórios com americanos que teriam participado desses programas de estudo oferecidos pelo representante local da Rossotrudnichestvo, Iuri Zaitsev. A Rús-

sia, à época, negou as acusações de espionagem.

A agência também deixou em alerta a União Europeia por sua suposta interferência em eleições de países membros do bloco, como a Holanda.

Em janeiro de 2023, uma investigação da agência de notícia Reuters indicou que ativistas pró-Moscou em Berlim seriam financiados pelos órgãos culturais e estudantes russos no país. Eles organizavam manifestações em algumas cidades alemãs.

Também foi mostrado que a Rossotrudnichestvo pagou a passagem de avião de um dos ativistas para que ele viajasse a uma conferência em Moscou em que o principal palestrante seria o presidente Vladimir Putin. Esse mesmo agente teria viajado para áreas controladas pela Rússia em território ucraniano.

Procuradores alemães abriram uma investigação sobre a atuação da Rossotrudnichestvo no país.

A entidade já foi alvo de sanções da União Europeia por causa da Guerra da Ucrânia. Em 2022, após a invasão russa, o Conselho Europeu

aprovou uma regulamentação na qual aumentou a lista de pessoas russas e entidades sancionadas —a primeira relação datava de 2014, quando a Rússia anexou a Crimeia. O novo documento incluiu a Rossotrudnichestvo.

O documento descreve a agência como o principal instrumento de “soft power” e “influência híbrida” para promover o conceito de Russkiy Mir: a unificação da população de língua russa em todo o mundo.

“Por muitos anos, ela tem atuado como uma organização ‘guarda-chuva’ que reúne uma rede de compatriotas russos e influenciadores, além de financiar vários projetos de diplomacia e propaganda, consolidando as atividades de agentes pró-Rússia e disseminando as narrativas do Kremlin”, afirma o texto.

A regulamentação ainda acrescenta que a agência organiza eventos para consolidar a visão de que as áreas da Ucrânia ocupadas são territórios russos.

“Assim, a Rossotrudnichestvo é responsável por apoi-

“
Por muitos anos, ela [Rossotrudnichestvo] tem atuado como uma organização ‘guarda-chuva’ que reúne uma rede de compatriotas russos e influenciadores, além de financiar vários projetos de diplomacia e propaganda, consolidando as atividades de agentes pró-Rússia e disseminando as narrativas do Kremlin

Conselho Europeu
em documento de 2022

ar ou implementar ações ou políticas que minam ou ameçam a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia ou a estabilidade do país”.

Em 2016, o Parlamento Europeu já havia aprovado uma resolução na qual associava a agência federal a desinformação e guerra de propaganda. O texto criou uma estratégia de comunicação para a União Europeia reagir à propaganda contra o bloco executada por terceiros.

Procurada, a embaixada da Rússia em Brasília não respondeu aos questionamentos.

A Rossotrudnichestvo administra as Russky Dom (Casas Russas), entidades culturais que Moscou mantém em diversos países para difundir a cultura e o idioma russos. São as equivalentes russas ao British Council, do Reino Unido. Como a agência gerencia cursos de idioma, programas de cooperação e intercâmbios culturais, seus representantes costumam circular em universidades nos países onde atuam.

Governos ocidentais suspeitam que essa movimentação seja usada justamente para recrutar jovens espiões estrangeiros, como era o caso de Serguei Chumilov no Brasil. Após a Abin “queimar” o agente —descobrir a sua atuação clandestina—, houve uma articulação política, e a própria embaixada russa solicitou a retirada de sua acreditação diplomática ao Ministério das Relações Exteriores no Brasil.

Justiça dos EUA condena à prisão pais de atirador adolescente

REUTERS A mãe e o pai de um adolescente que matou a tiros quatro colegas de classe em Michigan, nos Estados Unidos, foram condenados de 10 a 15 anos de prisão nesta terça-feira (9), em decisão inédita no país, assolado por ataques do tipo a escolas.

O júri os considerou culpados de homicídio culposo pelo massacre cometido pelo filho usando uma pistola que ele havia ganhado de presente de Natal dos pais. Eles já estavam presos há dois anos aguardando o julgamento.

Jennifer e James Crumpley, pais do atirador, ouviram declarações emocionadas de pais das vítimas em um tribunal do condado de Oakland em Pontiac, no estado de Michigan, antes de escutarem a sentença.

“Não apenas seu filho matou minha filha, mas vocês dois também”, disse Nicole Beausoleil, mãe de Madsyn Baldwin, 17, ao tribunal. James Crumpley permaneceu impassível enquanto sua esposa, Jennifer, abaixava a cabeça.

O atirador tinha 15 anos quando entrou na Oxford High School, em 2021, matou quatro colegas, feriu outros seis e um professor. Ele se declarou culpado no ano seguinte de quatro acusações de homicídio, entre outras, e foi condenado à prisão perpétua sem possibilidade de liberdade condicional em dezembro.

Em suas declarações ao tribunal antes da sentença, Jennifer, 46, expressou seu “maior pesar” e disse que não tinha ideia de que seu filho era capaz de matar. “Meu marido e eu costumávamos dizer que tínhamos o filho perfeito. Eu realmente acreditava nisso”, afirmou ela. “Eu não tinha motivo para fazer nada diferente. Isso não era algo que eu previa.”

Dirigindo-se ao tribunal, seu marido afirmou: “Sinto muito por suas perdas como resultado do que meu filho fez. Meu coração se compadece de cada um de vocês.”

Arizona retoma lei do século 19 para banir aborto

BOA VISTA A Suprema Corte do Arizona, nos Estados Unidos, revalidou nesta terça-feira (9) uma lei de 1864 que proíbe o aborto em quase todos os casos.

O tribunal afirmou que, uma vez que foi revogado o direito em âmbito federal ao aborto, garantido até 2022 pela decisão Roe versus Wade, da década de 1970, não há lei que impeça o Arizona de aplicar uma proibição quase total do aborto que estava inativa havia décadas no estado.

A decisão do tribunal teve quatro votos favoráveis à revalidação da lei do século 19 e dois contrários. A corte, no entanto, também suspendeu por ora sua própria decisão e enviou o caso de volta a um tribunal de instância inferior para ouvir argumentos adicionais, o que deve fazer com que a lei entre de fato em vigor em algumas semanas.

O texto proíbe o aborto a partir do momento da concepção e não faz exceções para estupro. A procuradora-geral do estado, Kris Mayes, chamou a decisão de “ultraje à liberdade”.

Com The New York Times e Reuters



Área atingida por enchentes em Orenburg, na Rússia Divulgação Ministério de Situações de Emergência da Rússia/AFP

Rússia e Cazaquistão retiram 100 mil pessoas em meio às piores enchentes em sete décadas

ORSK (RÚSSIA) | AFP E REUTERS A Rússia e o Cazaquistão ordenaram a retirada de cerca de 100 mil pessoas nas últimas duas semanas depois que a neve derretida fez com que rios transbordassem rapidamente, anunciaram as autoridades de ambos os países nesta terça-feira (9). São as piores inundações nas regiões em pelo menos 70 anos.

As enchentes foram causadas por chuvas torrenciais e um rápido degelo devido às altas temperaturas. Operações de resgate ocorreram no oeste e no norte do Cazaquistão.

Autoridades russas anunciaram 6,500 retiradas e mais de 10,5 mil casas inundadas em re-

giões nos Urais e na Sibéria. Em cinco regiões do Cazaquistão, a água inundou mais de 3,700 residências e os rios continuaram a transbordar; mais de 86 mil pessoas foram orientadas a deixar suas casas.

O presidente do Cazaquistão, Kassym Jomart Tokayev, alertou para um dos piores desastres naturais dos últimos 80 anos e acusou autoridades locais de falta de preparação.

O dilúvio de água derretida sobrecarregou dezenas de assentamentos nos Montes Urais, na Sibéria e em áreas do Cazaquistão perto de rios como o Ural e o Tobol. Segundo as autoridades locais, foram os níveis mais altos já

registrados nesses locais.

Na Rússia, a região de Orenburg é a mais afetada, devido às cheias do rio Ural, o terceiro mais longo da Europa que rompeu uma barragem na última sexta-feira (5). O prefeito da cidade homônima mencionou inundações “sem precedentes” que poderão atingir níveis máximos na quarta (10).

Barragens e diques foram reforçados na cidade homônima de Orenburg, com mais de meio milhão de habitantes. À medida que o rio Ural subia até quase 10 metros de altura, os moradores remavam pelas estradas como se fossem rios.

O Kremlin disse que o presidente Vladimir Putin foi atu-



alizado sobre a situação, mas que não tinha planos imediatos de visitar a zona inundada. Manifestantes em Orsk gritaram “que vergonha” para os governantes que, segundo eles, tinham feito pouco.

O mês de março de 2024 foi o considerado mais quente para o período na história da humanidade, de acordo com dados divulgados pelo Serviço de Mudanças Climáticas Copernicus (C3S), financiado pela União Europeia.

Segundo o Copernicus, os recordes mensais de calor vêm ocorrendo desde junho de 2023. O serviço aponta que a temperatura média em março de 2024 foi 1,68°C acima de um março típico no período pré-industrial (1850-1900).

O observatório já tinha confirmado que 2023 foi o ano mais quente desde o começo da série histórica, em 1850.



Viaturas policiais preparadas para a Operação Fim da Linha, que prendeu quatro pessoas sob suspeita de elo com o PCC, nesta terça (9) Divulgação/Ministério Público

Operação mira empresas de ônibus de SP suspeitas de ligação com PCC

Promotoria afirma que Transwolff e Upbus lavavam dinheiro da facção; prefeitura assume linhas

SÃO PAULO Duas empresas de ônibus que atuam no transporte público de São Paulo foram alvo de uma operação do Ministério Público que apura suspeitas de ligação com a facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital).

A ação nesta terça-feira (9) cumpriu 3 de 4 mandados de prisão e visava cumprir outros 52 de busca e apreensão contra dirigentes das companhias Transwolff e Upbus, responsáveis pelo transporte de ao menos 700 mil passageiros diariamente na capital paulista e que receberam mais de R\$ 800 milhões de remuneração da Prefeitura de São Paulo em 2023, segundo a Promotoria.

A Justiça determinou que a SPTrans, empresa municipal de transporte, assumia a operação das linhas administradas pelas duas empresas. O prefeito Ricardo Nunes (MDB) nomeou dois diretores do órgão co-

mo interventores das companhias. Eles já estavam nas sedes das empresas pela manhã, e a segurança das garagens foi reforçada pela Polícia Militar.

A Folha acionou as empresas na manhã desta terça, mas até a conclusão desta edição não havia recebido resposta.

O objetivo da operação, chamada Fim da Linha, é desarticular duas organizações suspeitas de lavar dinheiro proveniente do tráfico de drogas, roubos e outros crimes.

Foram presos Luiz Carlos Efigênio Pacheco, o Pandora, dono da Transwolff, o sócio Joelson Santos da Silva e Robson Flares Lopes Pontes, dirigente da empresa. Elio Rodrigues dos Santos, secretário da empresa, foi preso em flagrante por porte ilegal de arma durante as buscas.

O quarto alvo da operação continua foragido. Silvio Luiz Ferreira, conhecido como Cebola, é considerado uma li-

derança do PCC. Em 2022, ele foi apontado como dono de 56 ônibus da Upbus.

A reportagem não conseguiu contato com a defesa dos presos.

O promotor Lincoln Gakiya, integrante do Gaeco (grupo do Ministério Público contra o crime organizado), que atuou na coordenação da operação, classificou o afastamento dos diretores das empresas por ordem judicial como uma “medida inédita”. Ele também ressaltou que Transwolff e Upbus não são as únicas empresas de ônibus investigadas.

“Existem, sim, outras empresas [sobre as quais] já há inquérito policial instaurado pela Polícia Civil, com acompanhamento do Gaeco, inclusive. Provavelmente chegarão ao mesmo desfecho quando as investigações chegarem a seu término”, disse Gakiya, durante entrevista coletiva.

O promotor afirmou que um

dos pontos mais graves encontrados pela investigação é a infiltração do PCC na prestação de serviços públicos, além de indícios de formação de cartel.

“Essas duas empresas detêm a exploração de linhas importantes, e só tinha um propo- nente nessas licitações”, disse.

Questionado, ele afirmou que a investigação não encontrou indícios de atuação criminosa de funcionários públicos ou de políticos.

Os 52 mandados de busca e apreensão tinham como alvo 39 pessoas físicas e 13 empresas. Do total, 41 alvos (entre empresas e pessoas suspeitas) estão na cidade de São Paulo. Os demais são de Barueri, Cotia, Guarujá, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itaquaquecetuba, Itu, Mauá, Santana de Parnaíba, São Bernardo do Campo e São José dos Campos. Foram bloqueados bens de 28 empresas, ao todo.

A operação foi realizada pe-

lo Gaeco em parceria com Polícia Militar, Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e Receita Federal.

Nas investigações preliminares que subsidiaram a atuação do Ministério Público no caso, a Receita identificou a utilização de diversos esquemas tributários para lavagem de dinheiro do crime organizado.

Os esquemas contaram com a participação de contadores experientes e métodos complexos. Eles disfarçavam a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores oriundos de atividades criminosas. Os contadores também são alvo da operação.

A Receita Federal verificou, por exemplo, realização de dezenas de operações de compra e venda de imóveis e de bens de luxo. Essas transações eram feitas por uma rede de holdings, empresas de

participação e revendedoras de veículos de propriedade de pessoas relacionadas aos contribuintes investigados.

Além disso, segundo a apuração, as empresas fraudavam suas prestações de contas para conseguir participar das licitações do serviço de ônibus. O órgão fiscal identificou que ao menos R\$ 25 milhões em débitos de tributos federais foram objeto de compensações tributárias fraudulentas realizadas por uma das empresas.

Após as compensações, a empresa conseguia obter Certidões Negativas de Débitos, documento indispensável para participar de licitações.

“Os contribuintes fiscalizados detêm, juntos, patrimônio total declarado de mais de R\$ 148 milhões e movimentaram, apenas entre 2020 e 2022, mais R\$ 732 milhões em suas contas correntes. A Receita Federal estima que serão lavrados autos de infração da ordem de R\$ 200 milhões.”

Ainda segundo a apuração, as empresas alvo da operação distribuíam dividendos milionários a seus sócios mesmo em anos em que registravam prejuízos. Citou como exemplo um dos sócios que teria recebido mais de R\$ 14,8 milhões em dividendos entre 2015 e 2022, período em que a empresa teve um prejuízo acumulado de mais de R\$ 5 milhões.

“A distribuição de dividendos, além de ‘esquentar’ o dinheiro ilícito, possibilitava o não pagamento de tributos pelos beneficiários, uma vez que esse tipo de rendimento é isento de Imposto de Renda”, explicou a Receita Federal.

A Justiça determinou o bloqueio de R\$ 600 milhões em patrimônio para garantir o pagamento a título de dano moral coletivo. Os mandados foram expedidos pela 1ª e pela 2ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Capital a partir de investigação do Ministério Público.

Segundo a prefeitura, a Trasnwolff opera 1.306 ônibus na capital, e a Upbus, 159. Em um decreto publicado nesta terça, Nunes nomeou Valdemar Gomes de Melo como interventor da Trasnwolff e Wagner Chagas Alves para a Upbus.

“A prefeitura faz a intervenção nas duas empresas para que os usuários possam ficar absolutamente tranquilos de que não haverá nenhuma intercorrência no transporte público”, disse o prefeito em vídeo publicado nas redes sociais.

Cristina Camargo, Francisco Lima Neto, Bruno Lucca, Tullio Kruse e Mariana Zylberkan

Criminosos atacam 3 carros-fortes no interior de SP após roubo a banco; 2 são presos e 1, morto

Aléxia Sousa

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO Criminosos roubaram uma agência bancária e explodiram três carros-fortes no interior de São Paulo na madrugada de segunda-feira (8).

Por volta das 3h, quatro homens armados com fuzis bloquearam ruas ao redor de uma agência do Banco do Brasil no município de São Pedro (a 190 km da capital) e, em seguida, explodiram caixas eletrônicos. Não houve registro de feridos. A ação levou cerca de 30 minutos, e os suspeitos fugiram.

Segundo a polícia, após o roubo, a quadrilha fez ataques a três carros-fortes em rodovias da região.

O primeiro aconteceu na rodovia Washington Luís, em Cordeirópolis (a 176 km da capital), sentido São Paulo. Armados com fuzis, os criminosos explodiram dois carros-fortes. O barulho dos tiros e das explosões assustou motoristas que trafegavam pela estrada. Alguns tentaram fugir na contramão e contaram ter ouvido um estrondo forte, seguido por muita fumaça.

Os ocupantes dos carros-



Carro-forte destruído após ataque em SP Reprodução/TV Record

fortes não ficaram feridos. Testemunhas disseram, contudo, ter visto manchas de sangue no local.

Segundo a Polícia Militar, o grupo ocupava dois carros e fugiu em direção à rodovia dos Bandeirantes. No início da noite, outro carro-forte foi atacado com explosivos na altura do km 143 da rodovia Luiz de Queiroz, em Piracicaba (a 157 km da capital).

De acordo com a SSP (Se-

cretaria da Segurança Pública), dois suspeitos de envolvimento nos ataques. Outro homem morreu em troca de tiros com policiais. Com eles, foram apreendidos fuzis, munição e explosivos, além de veículos usados nos crimes.

Os nomes dos suspeitos não foram divulgados. Eles devem responder pelos crimes de latrocínio tentado, organização criminosa, receptação, adulteração de sinal identificador

de veículo automotor e posse de armas de fogo de calibre restrito.

Com a Polícia Civil, os agentes do 1º Batalhão de Ações Especiais de Polícia identificaram parte dos veículos usados nos crimes e começaram as buscas. Equipes da PM também auxiliaram nas ações.

A primeira prisão aconteceu em um pedágio da rodovia dos Bandeirantes, em Hortolândia (SP). De acordo com os agentes, um ex-PM era o suspeito que dirigia o veículo. Dentro do carro havia dispositivos idênticos aos usados pelos criminosos na fuga após a explosão na agência bancária, segundo a polícia.

Foram identificados três endereços que tinham relação com o grupo criminoso, sendo um deles a casa do ex-PM, em Sumaré (SP). No local ocorreu uma troca de tiros com outro suspeito, que acabou atingido e morreu no local.

O segundo endereço era de uma casa em Indaiatuba (SP). O suspeito, que já era procurado por roubos a banco e carro-forte, se rendeu, diz a polícia. No local os agentes apreenderam uma moto furtada. As investigações continuam.

Tarcísio quer privatizar linha 1-azul do Metrô de SP até 2025

SÃO PAULO O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), tem planos para privatizar a linha 1-azul do Metrô até 2025.

A informação foi anunciada por ele nesta segunda-feira (8), durante evento sobre a construção da estação ABC da Linha 10-turquesa da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), em Santo André, que deve ocupar o lugar da parada Pirelli, desativada em 2006.

“Mobilidade é a bola da vez, virou uma prioridade para nós. No caso do metrô, estamos estudando a concessão da linha 1 para o ano que vem”, disse.

Tarcísio planeja conceder a operação de todas as linhas de metrô de São Paulo durante o seu mandato.

Atualmente, as linhas operadas por empresas privadas em São Paulo são a 4-amarela e a 5-lilás. Além delas, são concessionadas duas em obras, a 6-laranja e a 17-ouro (monotrilho do aeroporto de Congonhas). Da mesma forma, futuras linhas seriam feitas e administradas pela iniciativa privada.

A ideia de Tarcísio é conceder também as linhas 1-azul, 2-verde, 3-vermelha e 15-pra-

ta. Em um primeiro momento, a privatização da empresa em si não está nos planos.

As linhas a serem privatizadas são as que mais levam passageiros na cidade. A 3-vermelha transportou mais de 300 milhões em 2022, seguida da 1-azul (295,9 milhões) e da 2-verde (167 milhões). A 15-prata, um monotrilho na zona leste, é marcada por problemas constantes de operação.

Em abril, Tarcísio anunciou a contratação e a realização de estudos para a concessão de todas as linhas da CPTM. O estudo tratará da concessão das linhas 10-turquesa, 11-coral, 12-safira, 13-jade, além da futura linha 14-ônix, que fará a ligação com Guarulhos, na Grande São Paulo.

Assim como quando foi ministro da Infraestrutura de Jair Bolsonaro (PL), o governador defende o argumento de que a iniciativa privada atua com mais eficiência do que o setor público.

No caso da CPTM, no entanto, o primeiro ano de operação privada das linhas 8-diamante e 9-esmeralda, em 2022, foi marcado pela ocorrência de, em média, uma falha a cada três dias.

cotidiano



Radial Leste, onde obras previstas pela prefeitura para uma linha de BRT ainda não começaram
Bruno Santos - 13.nov.20 / Folhapress

Gestão Nunes cumpriu menos da metade das metas em SP

Prefeitura diz ter entregado 60% dos pontos; relatório mostra 32 de 86 concluídos

Tulio Kruse

SÃO PAULO A gestão Ricardo Nunes (MDB) entrou no ano de sua campanha pela reeleição à Prefeitura de São Paulo com menos da metade dos objetivos traçados em seu programa de metas concluídos. Os dados mais recentes publicados pela prefeitura mostram que 32 das 86 metas foram encerradas. O balanço traz dados atualizados até o fim de 2023 e foi publicado neste mês pela administração municipal. O relatório mostra também que a prefeitura ainda tem oito metas sem nenhum índice de execução.

O secretário-executivo de Planejamento e Entregas Prioritárias, Fernando Chucre, afirmou que há metas no programa que têm medições “binárias”, ou seja, a elaboração de projetos executivos e início das obras não contam para sua avaliação nos relatórios. Esse seria o caso dos oito pontos que aparecem com 0% de execução.

Segundo os relatórios da prefeitura, a maior parte das metas está em andamento e tem algum grau de execução entregue. Chucre apresentou à reportagem uma avaliação interna da prefeitura na qual há 12 metas “em atenção”, que precisam ser aceleradas para que sejam entregues neste ano, e 16 metas “comprometidas” —que a prefeitura avalia como de difícilima entrega.

Mesmo assim, o documento mostra uma avaliação positiva de 58 das 86 metas, porque foram atingidas, ampliadas ou estão dentro do cronograma. “As metas ampliadas significam que a prefeitura entendeu que tinha mais fôlego em determinadas áreas

Dez metas que estão entre as mais atrasadas

Meta	O que foi feito até agora	Em %
Implantar 10 salas de cinema nos CEUs	0	0
Implantar 10 territórios educadores	0	0
Implantar 4 distritos criativos	0	0
Viabilizar 40 km de novos corredores de ônibus	6,8	17
Viabilizar 4 novos terminais de ônibus	1	25
Realizar 260 obras de manutenção, recuperação ou reforço em pontes, pontilhões, viadutos, passarelas ou túneis	86	33
Implantar 12 novos CEUs	4	33
Integrar 20 mil câmeras de vigilância	6.766	34
Realizar 18 ações para reduzir índice de mortes no trânsito	8	44
Implantar 60 serviços de atendimento a idosos	42	70

e vai entregar mais do que o que estava previsto [na versão anterior do programa]”, disse o secretário.

Em nota, a prefeitura disse que mais de 60% dos compromissos estão concluídos ou acima de 75% de execução. As áreas em que a gestão Nunes enfrenta suas maiores dificuldades são educação, cultura e transporte. Essa já era a tendência na última atualização do programa, com dados de outubro.

O desempenho dos alunos da rede municipal, por exemplo, piorou. A cidade tem como meta melhorar os resultados no Idep (Índice de Desenvolvimento da Educação Paulista) e alcançar nota 5,7 nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), e 4,2 nas séries finais (6º ao 9º ano).

As notas caíram nos dois casos. Em 2021 (referente à prova realizada em 2020), a nota do Idep da primeira fase do fundamental era 4,7, e

no ano passado (referente a prova realizada em 2022) ficou em 4,3. Já o Idep dos anos finais do fundamental foram de 4,6 para 4,4 no período —mesmo que tenha se recuperado de uma nota ainda pior em 2022 (referente ao exame de 2021), quando ficou em 3,8.

“A cidade de São Paulo não está isolada neste quesito, 99% dos municípios tiveram piora nos índices de desempenho da educação por causa do impacto da pandemia”, afirmou Chucre. O secretário disse também disse que há metas que estão praticamente prontas para serem entregues.

Não foi implementado nenhum dos dez territórios educadores —áreas que garantam um trajeto seguro para crianças caminharem entre suas casas e a escola— previstos.

“Em 2023, foram definidos os dez locais prioritários para implantação do programa, realizadas reuniões e vistorias com o objetivo de enten-

der as necessidades das regiões. A prefeitura está em fase de desenvolvimento dos projetos básicos e executivo e contratação de obras. Além disso, está promovendo a participação da comunidade escolar envolvida nos projetos”, afirmou a gestão, em nota.

Também não foram entregues nenhuma das dez salas de cinema em CEUs (Centros Educacionais Unificados), e dos 12 novos CEUs projetados, foram entregues apenas 4.

Entre outras metas ainda sem execução estão a implantação de quatro distritos criativos (áreas que concentrem estúdios, oficinas e áreas para apresentação, por exemplo), a inauguração da Casa de Cultura Cidade Ademar e o lançamento do portal único de licenciamento da cidade.

A prefeitura afirmou que espera cumprir essas metas ainda este ano. O portal único também deve entrar em funcionamento até o final do ano.

O descompasso ocorre mesmo após o programa de metas sofrer uma revisão do atual prefeito, que modificou pelo menos 27 propostas em abril do ano passado. O documento para o quadriênio 2021/2024 havia sido elaborado sob a coordenação de Bruno Covas (PSDB), que morreu em maio de 2021.

Ao promover tal revisão, Nunes desistiu de inaugurar corredores BRT (Bus Rapid Transit) e piscinões em locais afetados por enchentes, entre outras mudanças.

Na área de mobilidade, a prefeitura sofreu um revés judicial que prejudicou uma das suas principais promessas: a de inaugurar uma linha de transporte aquático na represa Billings, na zona sul da capital —está entre as metas que ainda não têm nada entregue.

A inauguração estava prevista para o fim de março. A decisão judicial atendeu um pedido do Ministério Público sobre a necessidade de a prefeitura entregar mais estudos sobre o impacto ambiental do projeto na represa Billings. O temor é que a poluição no local seja agravada pela movimentação de embarcações.

Chucre afirmou que o ônibus aquático já está praticamente pronto para operar, e isso pode ocorrer nos próximos meses, se a questão jurídica for resolvida. Sobre as salas de cinema nos CEUs, ele diz que a instalação elétrica já está pronta em todos os casos.

Outra meta sem avanço é a promessa de uma linha de BRT nas avenidas Aricanduva e Radial Leste, na zona leste. A gestão afirmou que a licitação da primeira está em fase de análise, enquanto a segunda está em fase de contratação.

O programa também deve realizar 18 ações para a redução do índice de mortes no trânsito. Em três anos, segundo o relatório, foram realizadas 8 ações. Entre elas há campanhas de comunicação e ações de educação no trânsito, aumento do tempo de travessia em semáforos para pedestres e redução da velocidade máxima de 50 km/h para 40 km/h em 24 vias.

As estatísticas, por outro lado, pioraram. A capital registrou, entre janeiro e novembro de 2023, um total de 830 mortes no trânsito, de acordo com o Infosiga, sistema de monitoramento de acidentes do governo estadual. Isso significa que mais de duas pessoas morreram todos os dias nas ruas e avenidas da capital, em algum acidente envolvendo veículos.

Os motociclistas compõem o maior grupo entre as vítimas, com 354 óbitos em 11 meses, o equivalente a 42% do total. A quantidade de mortos no trânsito dos 11 primeiros meses foi a maior dos últimos sete anos.

Já entre as metas que a prefeitura informa ter concluído estão, por exemplo, a reforma ou reequipagem de 333 unidades de saúde (entre eles, 11 hospitais), o atendimento de mais de 1,9 milhão de pessoas em programas de transferência de renda e apoio nutricional, a criação do programa Reencontro (que atende pessoas em situação de rua) e a manutenção da fila por vagas em creche zerada.

Aneel rejeita recurso, e Enel terá de pagar multa de R\$ 165 mi

Lucas Marchesini

BRASÍLIA A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) rejeitou um recurso da Enel e manteve uma multa de R\$ 165 milhões aplicada à empresa.

A punição se deve às falhas da concessionária em restabelecer a energia em diversas regiões de São Paulo após as fortes chuvas de 3 de novembro de 2023.

A decisão de manutenção da penalidade foi tomada em sessão pública da diretoria da agência realizada nesta terça (9), em Brasília. “Os eventos climáticos adversos do dia 03/11/23 justificam a origem das interrupções no fornecimento de energia elétrica, no entanto, não eximem a distribuidora de sua responsabilidade de restabelecer o serviço de forma rápida e eficaz”, disse a Aneel, em nota.

“O plano de contingenciamento adotado pela distribuidora não foi suficiente para mitigar os impactos causados pelas chuvas, pois a concessionária não alocou pessoal, veículos e equipamentos necessários para o atendimento célere e eficaz da demanda, o que contribuiu para a majoração dos prejuízos aos consumidores e atraso no restabelecimento completo dos serviços”, acrescentou.

A agência reguladora apontou que “embora o evento climático tenha iniciado na sexta-feira (3) após as 16h, o aumento significativo da quantidade de equipes ocorreu apenas a partir da segunda-feira (6), acarretando assim em um período muito longo para atuação em contingência”.

O advogado da Enel, Fabiano Luz de Brito, negou que a empresa tenha demorado a atuar. “Nas primeiras 24 horas houve religiosamente de quase 1 milhão de usuários. Dentro de 48 horas houve mais 700 mil, que levou o número para 97% e em três dias 99,5% dos usuários tiveram a energia restabelecida”, disse na sua sustentação oral durante o julgamento.

Ele lembrou que a rede de distribuição de energia da companhia tem quase 39 mil quilômetros de linhas aéreas e 2,500 quilômetros de linhas subterrâneas.

“A concessionária agiu. Pode não ter sido o perfeito, não é isso que está sendo dito, pode-se sempre melhorar. Agora, ela efetivamente agiu e religou 1 milhão de usuários [em 24 horas]. Boa parte das concessionárias do país não tem sequer esse número de consumidores”, afirmou Brito.

A Enel buscava o arquivamento do processo administrativo. Agora, a companhia tem 20 dias para pagar a multa. Outra alternativa é recorrer ao Judiciário.

MORTES

coluna.obituuario@grupofolha.com.br

O menino de Limeira que conquistou o mundo

OSWALDO DE MUNNO JR (1964)

Nízan Guanaes

SÃO PAULO Nos últimos três, quatro anos, Oswaldo De Munno Jr. foi meu mestre e de toda a minha equipe. Quando o conheci, passamos um ano discutindo a fundo e bebendo online das maiores fontes do planeta sobre estratégia.

Depois, lhe pedi que me atualizasse nas tendências nascentes no mundo. E ele teceu uma teia de contatos para mim com algumas das maiores inteligências do planeta nos assuntos que provocaram uma verdadeira epifania em minha cabeça. E fez o mesmo com meu time. Mas o que era incrí-

vel era seu ânimo de ensinar e o quanto ele se deleitava com minha animação em aprender.

E assim ele fez essa extraordinária história da Trend, um sucesso que começou em 1989, conquistou mais de 300 das maiores empresas do país e treinou e atualizou mais de 10 mil profissionais. Uma história bonita de sucesso de um grande empreendedor que nasceu 59 anos atrás em Limeira (a 151 km de São Paulo)

Em 1989, ele fundou uma escola de inglês para altos executivos: a Trend School. Com

seu olhar aguçado, logo percebeu que, se podia ensinar inglês a esses altos executivos, podia ensiná-los e atualizá-los (e a suas empresas) em todos os campos do conhecimento nos quais eles precisassem se atualizar. E construiu para isso uma enorme rede de contatos com as principais universidades dos Estados Unidos, da Europa, da China, de Israel, de todos os cantos. A minha equipe e eu saíamos eletrizados de seus programas.

Para fazer tudo isso, ele construiu uma megaequipe de cra-

ques que conhecem bem e que estão mais do que preparados para levar adiante o sonho do sonhador empreendedor que ele era. Mas, para mim, pessoalmente, sua morte é um baque. Porque, além de ser um homem do mundo, com uma cabeça global, moderna, tinha os valores bonitos e tradicio-

nais de Limeira. Uma árvore forte, com a cabeça ao vento e os pés cheios de raiz. Fazia tudo com o coração. Coração que o traiu repentinamente. Viveu do coração, morreu dele. Deixa mulher, filha e centenas e centenas de admiradores para quem sempre foi uma fonte de água viva.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo:

tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Em nome da proteção, famílias sufocam avanços inclusivos

Decreto que libera assistente particular em sala de aula afronta educação inclusiva

Jairo Marques

Jornalista, é especialista em jornalismo social pela PUC-SP. Cadeirante desde a infância

Um dos temas mais áridos a respeito de diversidade e inclusão é o desenvolvimento de autonomia por pessoas com deficiência. É complexo reconhecer, mas fundamental externar, que famílias ainda sufocam seus entes com questões físicas, sensoriais e, principalmente, intelectuais, em nome do que defendem como cuidado, atenção e afeto. Escrevo à luz de um recente decreto do governo de São

Paulo que liberou a entrada de assistentes pessoais de alunos com deficiências severas dentro das salas de aula da rede estadual de ensino. O tal auxiliar tem de ser bancado pelos responsáveis do estudante ou ser ele o próprio parente, em bom dialeto tupiniquim, a mãe. Nos meandros da heterodoxa decisão, a alegação que o poder público é lento em cumprir a lei, que já determina a

presença de um profissional que zele por demandas específicas de alguns alunos, e também a preocupação de pais em darem aos filhos a atenção adequada, bem lavada, passada e engomada. De fato, há volume de queixas em torno de crianças com deficiência sem a devida atenção no ambiente escolar, mas a solução caseira para a questão é matar o mensageiro, é uma afronta ao que se entende como

educação pública, como educação inclusiva e como direitos da pessoa com deficiência. Levar a casa para dentro da escola, reduz a chance da construção de autonomia, seja ela como for, mesmo que na indicação, com o piscar dos olhos, de que o João quer ir ao banheiro. Desobriga e tira o sentido de envolvimento, da Maria, aluna sem deficiência, de ficar atenta às demandas de um colega com autismo e evoluir em suas per-

cepções de vida. O cada um por si é um modelo fracassado e distante do mundo mais plural. Esse ajudante caseiro, sem vínculo com a estrutura da escola, carrega em si “não me toques”, receios de permitir o novo e de interagir com o novo e uma voz frequente dentro de sua cabeça: “preciso protegê-lo”. O decreto do governador Tarcísio tem poder de inflamar iniciativas que avaliam ser “necessário e muito melhor” encarcerar meninos e meninas com deficiência em locais “próprios para eles”, onde serão zelados com muito carinho e nenhum contato com a re-a-li-da-de. Tem poder de atrasar as demandas que pressionam os governos por melhores condições de inclusão dentro das escolas públicas, além de dar coragem às instituições particulares de acharem que tudo é responsabilidade da própria família. Desde menino escuto os ou-

tros falarem que sabem o que é o melhor para mim, mesmo eu não tendo um comprometimento intelectual e tendo desenvolvido uma ampla autonomia ao longo de minha vida em uma cadeira de rodas. Isso demonstra que ver a pessoas com deficiência como um ser dependente é algo arraigado no coletivo e, fatalmente, dentro da maioria das famílias que, talvez, não consigam reparar que estão ocultando e anulando seus queridos. E isso não tem relação com o tipo de comprometimento e alcance de possibilidades. É óbvio que existem condições humanas muito desafiadoras e que seja natural querer fazer o melhor para os que as carregam e apurar o olhar aos seus lamentos. Mas a batalha da diversidade é feita com transformações coletivas, não ao gosto do individual.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | **QUI. Sérgio Rodrigues** | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Governo põe Prova São Paulo no ar antes da data da aplicação

Secretaria da gestão Tarcísio diz que acesso ao sistema é restrito a docentes e que gabaritos não foram divulgados

Isabela Palhares

SÃO PAULO A gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) disponibilizou na última sexta-feira (5) nas plataformas digitais de ensino os testes da Prova São Paulo cujo início da aplicação estava marcado para a segunda-feira (8). As provas acabaram sendo divulgadas, ainda no fim de semana, por professores e diretores a alunos, a fim de prepará-los para a avaliação estadual, que visa medir o desempenho dos estudantes a cada bimestre. Em nota, a Secretaria de Educação confirmou que a prova foi disponibilizada antecipadamente “apenas para os professores da rede e sem acesso ao gabarito”. A Prova São Paulo é uma avaliação padronizada da rede, e seu resultado não vale como nota. O objetivo é identi-

car ao longo do ano escolas ou regiões em que a aprendizagem está abaixo do esperado. Com receio de serem alvo de interferências ou cobranças, alguns diretores orientaram os professores a enviar as provas com antecedência para os alunos. Assim, eles evitariam ter resultados baixos. A Folha teve acesso a mensagens em que os diretores orientavam, por exemplo, que as questões das provas fossem trabalhadas com os alunos antes da aplicação. Questionada, a secretaria nega que a antecipação da prova possa interferir nos resultados obtidos. “Os resultados são usados para que o professor possa enxergar o nível de aprendizagem de cada estudante e traçar estratégias de recuperação, se necessárias.” Também diz que as alternativas da prova são alteradas a

cada acesso, o que impediria o uso de gabarito, por exemplo. “Sempre que a prova é acessada por um aluno, as questões e alternativas são apresentadas de forma aleatória. Mesmo assim, a secretaria monitora casos excepcionais de acertos muito discrepantes, que podem levantar a suspeita de cola”, disse em nota. Professores relataram à reportagem ter questionamentos sobre a função da avaliação, diante da antecipação das questões e da pressão por bons resultados dos alunos. “Que diagnóstico vai ser produzido dessa forma? Os alunos vão acertar tudo. Vai melhorar brutalmente o resultado. Porque, tirando aquelas escolas em que os estudantes boicotam, os demais vão ter tido acesso às questões da prova e isso vai melhorar artificialmente o desempenho”,



Estudantes durante a aplicação da Prova São Paulo do ano passado Divulgação

“Sempre que a prova é acessada por um aluno, as questões e alternativas são apresentadas de forma aleatória”
Secretaria de Educação em nota

diz Fernando Cássio, professor da Faculdade de Educação da USP. Desde que o início do governo Tarcísio, o secretário da Educação, Renato Feder, implementou um pacote de digitalização do ensino nas escolas paulistas. Nesse contexto, a Prova São Paulo passou a ser feita de forma digital. Para acessá-la, os alunos e professores precisam fazer login e entrar no Centro de Mídias de São Paulo, onde encontram as provas que foram liberadas. Até então, esse tipo de avaliação era feita pelos alunos no papel, como é o caso do Saresp (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo). As escolas recebiam os malotes fechados com os testes e só podiam abri-los na hora da aplicação. Segundo o cronograma da

própria secretaria, nesta segunda e nesta terça (9) a Prova São Paulo seria aplicada para os estudantes 5º e 9º ano do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio. No primeiro dia, eles deveriam realizar as questões de língua portuguesa, geografia e história. No segundo, de matemática e ciências da natureza. No entanto, já nesta segunda-feira, alunos tiveram acesso às provas dos dois dias. Essa não é a primeira vez que uma avaliação feita pela gestão Tarcísio sofre vazamento. Em dezembro, o tema da redação do Provão Paulista, vestibular seriado para alunos de escola pública, vazou um dia antes da aplicação. Em janeiro, o secretário Renato Feder confirmou que houve vazamento e erro na distribuição das provas, mas negou prejuízo aos candidatos.

Mortes de crianças indígenas são mais que o dobro da taxa no restante da população infantil

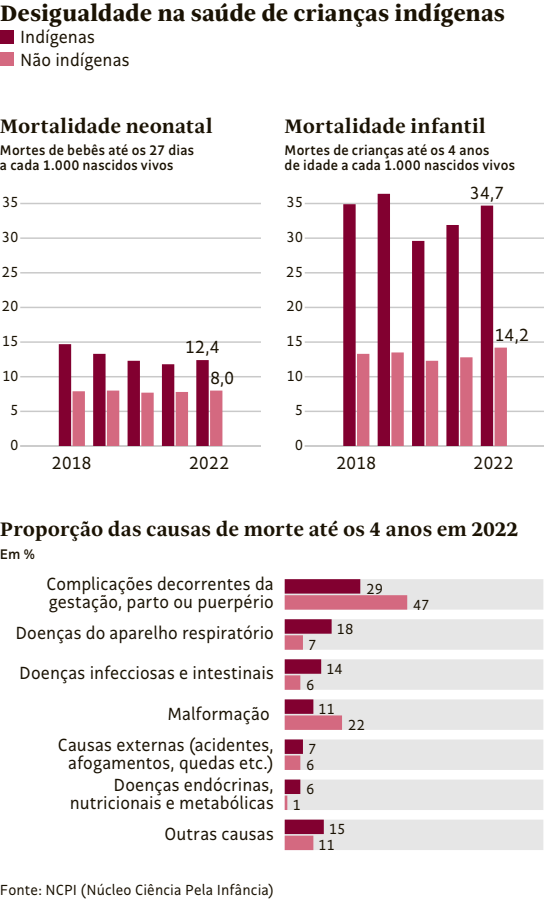
Isabela Palhares

SÃO PAULO A taxa de mortes de indígenas de até quatro anos de idade foi mais do que o dobro da encontrada entre as demais crianças do país de 2018 a 2022, segundo dados compilados pelo NCPI (Núcleo Ciência Pela Infância) e divulgados nesta terça-feira (9). O estudo mostra ainda que as causas mais frequentes de mortalidade entre as crianças indígenas são doenças evitáveis, o que alerta para a necessidade de políticas amplas de proteção a essas comunidades. As informações, extraídas do Datasus, mostram que em 2018 a cada 1.000 crianças indígenas nascidas vivas, 14,7 morreram no período neonatal, ou seja, antes de completar 27 dias. Entre as crianças não indígenas, essa taxa era de 7,9. Em 2022, o índice encontrado foi de 12,4 mortes para 1.000 nascidas vivas — um valor ainda 55% superior ao das crianças não indígenas, que permaneceu em 8. No caso da mortalidade de crianças com até quatro anos,

a cada 1.000 crianças indígenas nascidas vivas, 34,9 morreram em 2018. Em 2022, a taxa encontrada foi de 34,7. Entre as não indígenas, as taxas foram de 13,3 e 14,2, respectivamente. Ou seja, nesse período, a proporção de crianças indígenas mortas é mais que o dobro da registrada entre o restante da população infantil brasileira. Márcia Machado, uma das pesquisadoras responsáveis pelo estudo, diz ainda que, após uma sequência de quedas na taxa de mortalidade neonatal, o indicador voltou a subir em 2022. Na mortalidade infantil, a taxa também teve aumento nos últimos três anos analisados. “Além das taxas serem assustadoramente altas, elas voltaram a crescer depois de terem tido alguma queda. Ou seja, o país não só não conseguiu avançar, como regrediu na proteção às crianças indígenas”, diz Machado, que é professora de saúde pública da UFC (Universidade Federal do Ceará). “Esses resultados são refle-

xo das agressões ao meio ambiente em que vivem, com o aumento do desmatamento, do garimpo, da exploração da terra. Essas agressões impactam não só na saúde dessas crianças, mas no meio e forma de vida delas. Por isso, a melhoria desses resultados não depende apenas de políticas de saúde, mas do combate a essa exploração”, completa. A Fiocruz publicou uma pesquisa inédita que identificou que a contaminação por mercúrio em indígenas yanomamis tem provocado graves deficiências cognitivas nas crianças da etnia. O local onde elas vivem é alvo do garimpo ilegal há décadas, o que vem causando destruição ambiental, insegurança, violência e prejuízos à saúde dos indígenas. “A invasão e a exploração das terras indígenas provocam fenômenos que ficam praticamente invisíveis, mas que estão acabando com essas populações. Elas contam com a água e alimento, levam doenças, violências”, explica Machado. Ela destaca ainda a vulne-

rabilidade de saúde dessas populações, já que o levantamento identificou que, proporcionalmente, as crianças indígenas morrem mais por doenças evitáveis. Entre as crianças não indígenas, 70% das mortes infantis estão ligadas a complicações decorrentes da gestação, parto ou puerpério ou malformação. Na população indígena esse percentual fica em 40%. Já as causas relacionadas ao aparelho respiratório, doenças infecciosas e parasitárias ou doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, a proporção entre não indígenas é de apenas 14%, enquanto entre os indígenas sobe para 38%. “Essas crianças são expostas ainda na gestação à contaminação, escassez de alimentos. Elas desenvolvem doenças e não recebem assistência médica. A gente precisa melhorar o atendimento de saúde a elas, mas só isso não é suficiente. Precisamos combater de forma enérgica aqueles que agredem a vida das crianças indígenas.”



ambiente

53 cidades amazônicas aderem a fundo de R\$ 730 mi da União

Somados, esses municípios são responsáveis por 59% do desmate na região

João Gabriel e Marianna Holanda

BRASÍLIA Municípios responsáveis por 59% do desmatamento da Amazônia brasileira aderiram ao programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais, lançado pelo governo Lula (PT) nesta terça-feira (9) e que tem um fundo de R\$ 730 milhões à disposição, até 2027. Essas cidades receberão recursos a partir da redução do desmatamento ou da preservação da floresta, medida pelo sistema Prodes, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). O dinheiro deve ser destinado a criar e fortalecer estruturas de controle e combate

à destruição da floresta, regularização fundiária e apoio à agricultura familiar. Como metas, as gestões municipais devem implementar escritórios de governança, a regularização das terras públicas não destinadas e a criação de ao menos 30 brigadas de combate a incêndios. As ações precisam cumprir também com as diretrizes do PPCDam (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal), criado em 2004, paralisado pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) e reativado no terceiro mandato de Lula. Segundo a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a intenção é incentivar ações de combate e controle e também de estímulo à preservação e

às atividades produtivas sustentáveis na ponta, em diálogo com os municípios, e não apenas em nível federal. “Vamos conter o desmatamento quando manter a floresta em pé for mais rentável, mais vantajoso, que ela derrubada”, afirmou. “Não basta dizer o que não pode fazer, é preciso criar o como pode ser feito”, continuou. “Queremos estabelecer o como deve, para continuar gerando emprego, renda, melhorando a vida de cada pessoa que vive na Amazônia.” No evento desta terça, o presidente Lula também cobrou que países ricos ajudem a financiar o combate ao desmatamento e a preservação da Amazônia. “Precisamos do mundo ri-

co que se industrializou muito antes de nós e não tinha a consciência de preservação que não tem hoje. [Eles] têm que pagar pelo que fizeram no passado, têm uma dívida com o planeta Terra”, disse o presidente. “Têm que ajudar a financiar para que a gente possa dar aos prefeitos, às pessoas que moram [nesses lugares que desmatam] a certeza de que vai valer a pena preservar, ter uma agricultura sustentável, só plantar onde é possível plantar, sem destruir uma nascente, um rio. Ele tem que entender que vai valer a pena [preservar], não pode ser só discurso,” completou. O Ministério de Meio Ambiente selecionou 70 cidades prioritárias, que no total

representam quase 8 em cada 10 árvores derrubadas da Amazônia brasileira. Destes, 53 já aderiram ao programa —juntos, são responsáveis por quase 60% da destruição do bioma. Os restantes têm até o final de abril para entrar no programa. Para aderir, além da intenção da prefeitura, o município precisa da assinatura de pelo menos um vereador (preferencialmente, o presidente da Câmara), além de um deputado estadual, um federal e um senador. Dos R\$ 730 milhões, R\$ 600 milhões serão destinados via Fundo Amazônia. O restante, pelo programa Floresta+. Os alertas de desmatamento na Amazônia, que vêm caindo há meses, tiveram redução de 41,7% no primeiro trimestre de 2024, com perda de 491,8 km² de vegetação nativa, na comparação com 2023, quando a taxa foi de 844,6 km². No cerrado, por outro lado, o índice cresceu 2% no mesmo período e chegou ao patamar mais alto da série histórica, iniciada em 2019, para os primeiros três meses do ano: foi de 1.416,9 km² para 1.445,6 km². A área perdida no cerra-

do neste ano até agora equivale à da cidade São Paulo (1,521 km²). Os dados são do sistema Deter, do Inpe. Segundo a ministra Marina Silva, o programa representa uma mudança de paradigma de, ao invés de focar apenas programas de combate, de repressão ao desmatamento, passar à prevenção e ao financiamento de formas sustentáveis de exploração da floresta e de sua manutenção, o que chamou de “ações afirmativas”. Os municípios que não aderirem até 30 de abril terão de esperar a próxima chamada do programa se quiserem participar do fundo. Gilsinho Brandão (MDB), prefeito de Uruará (PA), um dos que entraram no programa, afirma que há também questões políticas para explicar a resistência de algumas cidades, que podem precisar agradar suas bases eleitorais na corrida pela reeleição. “Em alguns municípios da Amazônia, principalmente aqueles em que a dinâmica econômica ainda está ligada a atividades que tendem à ilegalidade, infelizmente, existem conflitos locais”, afirmou.

Idosas suíças vencem processo inédito sobre crise climática

Giuliana Miranda

SÃO PAULO Em uma decisão considerada histórica por ambientalistas, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos julgou que a falta de ações adequadas contra as mudanças climáticas pode constituir uma violação dos direitos humanos. A Grande Câmara da corte, que trata apenas dos casos que levantem grandes questionamentos à interpretação da convenção dos direitos humanos, considerou válidos os argumentos apresentados por um grupo de idosas da Suíça contra o governo de seu país. Com idade média de 73 anos entre seus membros, a associação KlimaSeniorinnen (Mulheres Sênior pela Proteção do Clima) recorreu ao tribunal europeu para pedir o reconhecimento de que são vítimas de violações de direitos humanos por conta da falta de políticas adequadas para limitar as consequências do aquecimento global. O grupo, que ficou conhecido como “vovós pelo clima”, usou argumentos científicos para justificar a queixa. Diversos trabalhos, incluindo as conclusões do IPCC, o painel de cientistas do clima da ONU (Organização das Nações Unidas), indicam que mulheres e pessoas idosas têm maior risco de mortalidade relacionada às ondas de calor, fenômenos que vêm se intensificando com as mudanças climáticas. Além de acusar o governo da Suíça de não fazer o suficien-



Anne Mahrer e Rosmarie Wydler-Walti, do grupo KlimaSeniorinnen, que venceu processo no Tribunal Europeu de Direitos Humanos nesta terça (9)

Christian Hartmann/Reuters

te para assegurar seu direito à vida, o grupo também afirma que teve empecilhos para recorrer à Justiça no país. Na manhã desta terça (9), a corte europeia deu razão aos argumentos das idosas, considerando que houve violação dos artigos 8º (direito ao respeito pela vida privada e familiar) e 6º (direito a um processo equitativo) da Convenção Europeia dos Direitos Humanos. Embora o caso envolva a Suíça, essa decisão inédita estabelece uma jurisdição

para todos os mais de 30 países que são signatários da convenção europeia. Advogada sênior do CIEL (Centro de Direito Ambiental Internacional), Joie Chowdhury diz que a decisão reforça a importância do aspecto judicial nas questões climáticas. “O julgamento histórico de hoje, o primeiro de um tribunal internacional de direitos humanos sobre a inadequação da ação climática dos Estados, não deixa dúvidas: a crise climática é uma crise de di-

reitos humanos, e os Estados têm obrigação de agir de forma urgente e eficaz, de acordo com a melhor ciência disponível, para prevenir mais devastação e danos às pessoas e ao meio ambiente”, disse. “A decisão reforça o papel vital dos tribunais —tanto internacionais quanto nacionais— em fazer com que os governos cumpram suas obrigações legais de proteger os direitos humanos contra danos ambientais”, completou. Ainda que o Tribunal Eu-

ropeu dos Direitos Humanos não tenha o poder de punir os governos que não cumpram suas decisões, o julgamento pode ser usado em processos nas cortes nacionais que peçam a responsabilização das autoridades que falham em seguir as determinações. Ambientalistas esperam que o resultado dê novo fôlego à litigância climática, tanto na Europa quanto em outras regiões. Na mesma audiência, a corte também se pronunciou sobre dois outros processos que pediam o reconhecimento da inação climática como violação e direitos humanos. O tribunal, no entanto, considerou que as outras duas ações não eram admissíveis para julgamento devido a questões processuais. O primeiro caso foi apresentado pelo eurodeputado francês Damien Carême, membro do Partido Verde de seu país, que contesta a decisão do governo da França em não adotar medidas mais ambiciosas para conter as mudanças climáticas. A ação mais abrangente, contudo, foi movida por seis jovens portugueses que processaram mais de 30 países —todos os membros da União Europeia, além de Rússia, Noruega, Suíça, Reino Unido, Turquia e Ucrânia. O grupo, atualmente com idades entre 11 anos e 24 anos, afirmou ter a saúde e o futuro afetados pelos efeitos nocivos do aquecimento global e acusou as nações europeias

de não agirem de forma contundente para reduzir as emissões de gases-estufa e conter os efeitos nocivos trazidos pela mudanças climáticas. Os jovens decidiram se unir para exigir ações legais nos tribunais após os grandes incêndios florestais ocorridos em Portugal em 2017, que fizeram mais de cem vítimas. O caso recebeu amplo apoio de ambientalistas de todo o mundo e foi viabilizado através de um financiamento coletivo na internet. Os juízes europeus consideraram o processo inadmissível no tribunal por duas razões formais. A primeira é que os jovens não recorrem inicialmente aos tribunais em Portugal, um requisito antes de apelar para uma instância superior. Além disso, os magistrados entenderam que os demais países não tinham obrigações extraterritoriais nesse caso. Apesar da derrota em seu processo, os portugueses se disseram satisfeitos com o desfecho da ação movida contra a Suíça. “Eu realmente esperava que venceríamos todos os países, então obviamente estou desapontada que isso não tenha acontecido”, disse Sofia Oliveira, 19. “Mas o mais importante é que o tribunal afirmou, no caso das mulheres suíças, que os governos devem reduzir mais as suas emissões para proteger os direitos humanos. Então, a vitória delas é uma vitória para nós também. É uma vitória para todos.”

classificados

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse folha.com/classificados

11 3224-4000

FORMAS DE PAGAMENTO Cartão de crédito, débito em conta, boleto bancário ou pagamento à vista

EMPREGOS

EMPREGADOS PROCURADOS

PSICOLOGO

M/F Processo Seletivo - As normas de participação estão descritas no Edital de Abertura de Processo Seletivo no site: www.fundacaoadibjnetene.com.br/selecao01162024 As inscrições devem ser efetuadas somente via internet no período das 15 horas do dia 10/04/2024 às 15 horas do dia 17/04/2024.

#Siga a **folha**

NEGÓCIOS

COMUNICADOS

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA

LIGUE AGORA 11/3224-4000

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA

LIGUE AGORA 11/3224-4000

COMUNICADO

GOSOLAR UFV I SPE LTDA. CNPJ: 48.697.805/0001-62. Torna público que recebeu da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE a alteração da Licença Ambiental Unica-LAU Nº 140/2023 para Atividade de Mineração distribuída de energia elétrica a partir de fontes renováveis (fotovoltaica) (Código 09.13). CCS Pacajus I e II, com total de 5,0 MW de potência instalada, localizada no município de Pacajus, na Fazenda Tabajara - acesso pela Rodovia BR-116, sentido Pacajus/Chorozinho. Margem esquerda do km52. Com validade de 31/07/2026. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMACE.

COMUNICADO

Solicitamos que o senhor VITÓRIO EVANGELISTA DOS SANTOS CTPS: 096938 série 0130 retorne ao trabalho ou informe eventual motivo de impedimento. Viação Campo Belo Ltda.

ACOMPANHANTES

HERCULES 11 9575-4052 ZCMI Ativo.

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA

LIGUE AGORA 11/3224-4000

A S S I N E A FOLHA

folha.com/assine

★

★

★

OS ANÚNCIOS COM ESTE SÍMBOLO TÊM FOTOS, PARA VÊ-LAS DIGITE O CÓDIGO QUE ACOMPANHA O SINAL NO SITE [FOLHA.COM/CLASSIFICADOS](https://folha.com/classificados)

CLASSIFICADOS@GRUPOFOLHA.COM.BR

equilíbrio



Detalhe da capa do livro 'Single Mothering', de Anna Härmälä - Reprodução

Mãe solo desenha a aventura de criar filhos sozinha, na alegria e na tristeza

Nos quadrinhos de ‘Single Mothering’, autora finlandesa Anna Härmälä dá forma aos cacos de caos e humor e compartilha experiências

TODAS

Alexandra Moraes

SÃO PAULO Nem no país apon-
tado pela sétima vez como o
mais feliz do mundo os per-
rengues da maternidade dão
trégua, e menos ainda os da
maternidade solo. Nos quadri-
nhos do livro “Single Mothe-
ring” (algo como “solomater-
nando” ou “mãessolteirando”,
em português), que é lançado
em inglês pela editora britâ-
nica Nobrow, a finlandesa An-
na Härmälä, 42, narra a ginca-
na de uma mãe que se vê so-
zinha com um bebê.

“A Finlândia foi novamen-
te declarada o país mais fe-
liz do mundo. Sempre ques-
tionamos isso... Mas, se for
mais como um sentimento
geral de estar satisfeito e ter
o que é necessário, talvez se-
ja verdade. O estado garante
que haja um padrão de vida
mínimo para famílias mono-
parentais. A saúde e a creche
também são gratuitas ou de
custo muito baixo. Há uma re-
de de segurança econômica”,
afirma ela por email.

“Tenho noção dos meus pri-
vilégios nórdicos”, completa.
Mesmo com essas condi-
ções asseguradas num país
em que 22% das mães criam
seus filhos sozinhas (o índice
no Brasil atinge 55%, segun-
do o Datafolha), o cansaço e
a cobrança, de dentro e de fo-
ra, continuam a dar as cartas.

Não é à toa que a protagonis-
ta do livro e alter-ego da auto-
ra, Mia, sonha com o momen-
to em que ela mesma pudesse
deitar em posição fetal den-
tro das famosas caixas-ber-
ço fornecidas aos recém-
nascidos pelo governo finlandês
(o Brasil já teve versões des-
sas caixas, como uma lança-
da por Bela Gil).

“Acho que talvez eu seja
mais crítica de mim mesma
como mãe do que seria se ti-
vesse aprendido a ser mãe
com a segurança e a valida-
ção de um parceiro. Além dis-
so, quando são duas pessoas,
as forças provavelmente serão
diferentes e você não precisa
ser boa em tudo.”
Para ilustrar esse proces-
so duplo de descobrir a ma-
ternidade e sua versão “sol-
teira, sim, sozinha, também”,
Härmälä desenha o momen-
to em que Mia vira o meteoro
que cai na vida pós-puerpério
e aterrissa toda chamuscada
no chão de um supermercado.
“O livro é em parte basea-
do em minhas próprias expe-
riências, em parte em coisas
que estavam acontecendo ao
meu redor ou no meu círculo
de amigos, e eu adicionei um
pouco de ficção aqui e ali pe-



SINGLE MOTHERING

Autoria Anna Härmälä. Edi-
tora Nobrow. Preço 14 libras
esterlinas (R\$ 89,
importado)



Acho que talvez eu
seja mais crítica de
mim mesma como mãe
do que seria se tivesse
aprendido a ser mãe com
a segurança e a validação de
um parceiro. Além disso,
quando são duas pessoas,
as forças provavelmente
serão diferentes e você não
precisa ser boa em tudo

Anna Härmälä
autora do livro

lo bem da história.”

Os obstáculos e solavancos
ganham elementos exagera-
dos e cômicos na narrativa.
Seres parecidos com sibilas
dão logo a real e apresentam
outra caixa a essa nova mãe.

“Querida mãe solo, seu futu-
ro está traçado. Aqui está uma
caixa. Nós queremos colocar
você nela. De agora em dian-
te, você sempre será mais jul-
gada que as outras mães. Sem-
pre vai se apertar para fechar
as contas. Você vai invejar fa-
mílias nucleares e casais feli-
zes. Pensando bem, a caixa
mais parece um caixão”, di-
zem elas, trazendo com o fé-
retro as carpideiras que estão
lá para julgar. E como escapar
desse funeral maluco?

O trabalho de Härmälä mos-
tra que não há engano que um
pouco de perspectiva (ou al-
guma terapia) não corrija. A
idealização das famílias nu-
cleares dá lugar a histórias
mais desagradáveis e com las-
tro na realidade: um “ele pro-
vavelmente cozinha enquan-
to ela amamenta” vira “ele
está é mandando mensagem
para a amante”.

O livro, conta ela, começou a
brotar num passeio com o car-
rinho de bebê depois de uma
consulta “de médico ou tera-
peuta, algo assim, e eu estava
comentando com um amigo
toda essa loucura”.

Nos primeiros anos, porém,
ela não conseguia fazer nada
mais do que algumas fotos e
pequenas anotações. “Tudo
meio que ficou armazenado
na minha cabeça esperando
ser processado. E não havia
como desenhar quadrinhos
quando minha filha era pe-
quena. Eu sou professora de
arte em uma escola em perío-
do integral, então estava con-
stantemente perto do colapso/
em modo de sobrevivência.”

Agora, diz, as coisas se aca-
laram. “Senti que estava
pronta quando minha filha
ficou um pouco maior e tem-
po suficiente havia passado
para eu ganhar perspectiva.
[...] Em março de 2021, come-
cei a testar se as pessoas gos-
tariam dos meus quadrinhos
postando-os no Instagram
anonimamente. Daí explodiu
e acabei no [jornal britânico
The] Guardian.”

“Com os quadrinhos, conhe-
ci muitas mães solo amáveis e
ouvi tantas histórias que são
muito mais difíceis do que a
minha. Se deixarmos as pes-
soas se aproximarem ao com-
partilharmos nossa história,
elas também vão poder com-
partilhar a delas e, de repen-
te, estamos menos sozinhas. A
rede de apoio de outras mães
solo foi inestimável para mim
durante os anos mais difíceis.”

ciência

Morre Peter Higgs, ganhador do Nobel pela ‘partícula de Deus’

Físico britânico foi reconhecido pela teoria do bóson de Higgs, cuja demonstração prática lhe rendeu a láurea

Salvador Nogueira

SÃO PAULO Morreu na segun-
da-feira (8), aos 94 anos, o fí-
sico britânico Peter Higgs, um
dos responsáveis por uma das
mais espetaculares predições
teóricas já confirmadas na his-
tória da física: a existência de
uma partícula que completa-
ria o álbum de figurinhas des-
sas entidades subatômicas e
explicaria como todas as par-
tículas adquirem sua massa.

A informação foi anunciada
pela Universidade de Edim-
burgo, na Escócia, onde ele fi-
gurava como professor emé-
rito. “Morreu pacificamente
em sua casa na segunda-fei-
ra, 8 de abril, depois de uma
curta enfermidade”, disse a
instituição em nota.

O cientista será lembrado
principalmente por causa da
partícula que leva seu nome
—o bóson de Higgs, que te-
ve sua descoberta anunciada
com todo estardalhaço pelo
Cern (Organização Europeia
para Pesquisa Nuclear) em
2012, tornando o pesquisador
famoso em todo o mundo e va-
lidando o esforço de constru-
ção do LHC (Grande Colisor
de Hádrons), maior acelera-
dor de partículas do mundo,
a um custos de € 10 bilhões.

No ano seguinte, Higgs e
François Englert ganhariam
juntos o Prêmio Nobel em Fí-
sica, “pela descoberta teórica
de um mecanismo que contri-
bui para nossa contribuição
da origem da massa das par-
tículas subatômicas”.

Doutorado em física pelo
King’s College de Londres em
1954, o cientista faria sua mai-
or contribuição à ciência em
1964. Já como pesquisador da
Universidade de Edimburgo,
ele escreveria um artigo pu-
blicado no periódico Physics
Letters, delineando sua teoria
para explicar as massas das
partículas. Um segundo arti-
go, submetido no mesmo ano
à revista Physical Review Let-
ters, descreveria o que agora é
chamado de “mecanismo de
Higgs”, modo pelo qual as par-
tículas adquirem suas massas.

Uma forma simples de expli-
car a ideia é pensar que o es-
paço é tomado por um cam-
po que age como uma espé-
cie de arrasto para o movi-
mento de partículas, que en-
tão manifestam suas massas
de acordo com a intensidade
dessa interação. Pense em bo-
linhas de guêde de diversos ta-
manhos em meio a uma pisci-
na, em que cada uma sente de
maneira diferente a resistên-
cia de água a seu movimento.

Só que esse campo de Higgs,
ao qual corresponde uma par-
tícula específica, diferen-
temente de uma piscina, com
seus limites e fronteiras, esta-
ria em todos os cantos do Uni-
verso. Seria onipresente. Por
causa disso, o físico america-
no Leon Lederman apelida-
ria o bóson de Higgs de “par-
tícula de Deus” —o que daria
outro nível de notoriedade ao
trabalho de Higgs (que nun-
ca fora religioso, por sinal).

Outros dois grupos de cien-
tistas (a dupla Robert Brout e
François Englert e o trio Gerald
Guralnik, C. R. Hagen e Tom
Kibble) chegaram às mesmas
conclusões de forma indepen-
dente naquele mesmo ano.

“Há momentos na ciência
nos quais uma certa ideia pa-
rece pairar no ar e acaba sen-
do captada por várias pesso-
as”, diz Sérgio Novaes, físico
da Unesp (Universidade Es-
tadual Paulista) associado ao
Cern e um dos participantes
da descoberta do bóson de

No coração da matéria

Teoria premiada explica por que diferentes
tipos de partícula têm diferentes massas

O que é

O **bóson de Higgs** é uma partícula que dá massa a todas as outras que formam o Universo. Sem ela, a matéria como a conhecemos não existiria

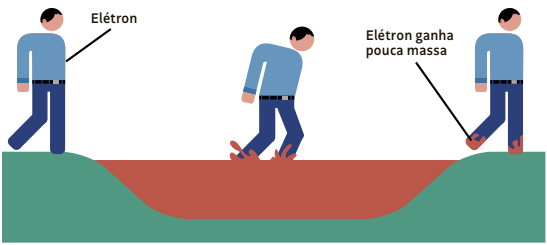
Como ele faz isso?

O conjunto dos bósons de Higgs forma o **campo de Higgs**, que pode ser imaginado como um lamaçal e as partículas como pessoas



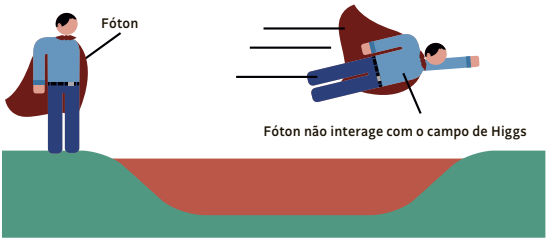
Partículas com massa (quarks)

Partículas como os quarks interagem fortemente com esse lamaçal, como alguém que afunda os pés na lama. Com essa forte interação, elas ganham massa, o que torna sua passagem pelo campo mais difícil —elas vão se arrastando



Partículas com pouca massa (elétrons)

Partículas como os elétrons interagem menos com o campo, ou a “lama”. É como uma pessoa muito leve passando pelo lamaçal: ela não vai afundar muito os pés na lama; assim, o elétron ganha massa, mas muito pouca



Partículas sem nenhuma massa (fótons)

Já os fótons, partículas de luz, não interagem com o campo de Higgs. Eles “sobrevivem” o lamaçal e passam incólumes, portanto não ganham massa

Higgs, em 2012.

“Foi isso o que ocorreu com
o conceito do mecanismo de
Higgs. A proposta funciona-
va um importante problema
que envolvia a massa de cer-
tas partículas. Apesar de não
ter sido o único a conceber es-
se mecanismo, Peter Higgs foi
o primeiro a identificar uma
partícula remanescente no
modelo: o bóson de Higgs.”

Novaes lembra que a ideia
não foi abraçada de imedia-
to pelos cientistas. “Apesar de
bastante interessante, o mode-
lo sofreu grande resistência da
comunidade científica devido
à artificialidade da proposta.”

Também não ajudava que
ele não fosse tão facilmen-
te verificável, considerando
as incertezas envolvidas na
quantidade de energia exigi-
da de um acelerador de par-
tículas para, através de colisões,
conjurar por uma fração de se-
gundo a fugidia existência do
bóson de Higgs antes que ele
pudesse sofrer decaimento.

Contudo, uma falta de mo-
delos alternativos satisfatóri-
os capazes de explicar a ori-
gem das massas das particu-
las por quase 50 anos acabou
fazendo com que a ideia fos-
se vista com melhores olhos.
“Tanto assim que o maior ins-
trumento científico já feito, o
LHC, foi construído com a fi-
nalidade de investigar o Higgs.”

Em 2012, as ideias de Peter
Higgs, François Englert e seus
colegas seriam vingadas pela
descoberta, feita pelos expe-
rimentos Atlas e CMS do LHC,
completando assim o chama-
do Modelo Padrão da Física de
Partículas —o arcabouço te-
órico que reúne todos os en-
tes subatômicos que geram a
matéria e as partículas porta-
doras de três das quatro for-
ças conhecidas da natureza: a
força nuclear forte, que man-
tém os núcleos atômicos coe-
sos; a fraca, que produz certos
decaimentos radioativos; e a
eletromagnética — nada me-
nos que a luz, responsável por
fenômenos elétricos e magné-
ticos. Trata-se da teoria mais
testada da história da ciência.

“O bóson de Higgs possuía
todas as propriedades predi-
tas pelo modelo”, diz Nova-
es. “Foi um sucesso fantásti-
co que coroou a engenhosi-
dade humana e sua capaci-
dade de desvendar o funcio-
namento da natureza.”

Para Peter Higgs, contudo, o
resultado foi agriçoce. Embo-
ra emocionado e feliz de ver
seu trabalho teórico finalmen-
te coroado pelo escrutínio im-
placável da realidade física, o
modesto e recluso cientista se
incomodou com os holofotes
que se projetaram sobre ele.

A conquista do Nobel fez o
cientista ir morar no campo.

Como um titã, Real Madrid se adapta para seguir poderoso

Clube espanhol joga com estratégia e paciência para conquistar elenco estelar

Rory Smith

THE NEW YORK TIMES Florentino Pérez tinha um sorriso satisfeito no rosto. Ele acabara de ver Espanha e Brasil jogarem um empolgante empate no estádio que ele reformou. O todo-poderoso presidente do Real Madrid estava em um túnel caiado, com seu tipo favorito de oportunidade fotográfica.

Ali estava Vinicius Junior, principal atração do Real Madrid, apresentando obedientemente o homem que paga seu salário aos seus companheiros de equipe do Brasil.

Mas o foco de Pérez estava em Endrick, a estrela de

17 anos que completará sua mudança para o Santiago Bernabéu no verão europeu. Diz que os dois tiveram uma conversa seria exagero: nas imagens de seu breve encontro, Endrick não parece falar. Após um aperto de mão, Pérez diz apenas: “Estamos esperando por você aqui”.

O Real Madrid já tinha Endrick em vista havia algum tempo. O clube anunciou acordo para contratá-lo três dias antes da final da Copa de 2022. Ele permaneceria no Palmeiras até completar 18 anos, em julho deste ano.

Esse tipo de planejamento de longo prazo parece um pouco fora do estilo tradi-

cional do Real Madrid. O clube se identifica como um titã e vive como tal, impulsivo, impetuoso e irascível. Demite treinadores por não vencer a Liga dos Campeões, contrata jogadores após uma Copa do Mundo estelar e exibe em seu canal de televisão interno um programa visto como uma tentativa de influenciar e/ou intimidar árbitros.

Tudo isso permanece enraizado no clube. Nos últimos três anos, Pérez não apenas ajudou a conceber uma Superliga que pretendia remodelar o futebol mundial mais ao seu gosto como também a defendeu mesmo depois de ela ser massacrada por todos.

O clube que sempre se considerou o maior do esporte agora pode dizer que é também o mais bem administrado. Seu recorde na Liga dos Campeões comprova isso. Na última década, venceu o torneio cinco vezes.

Um melhor indicador, no entanto, é o que ocorrerá no meio do ano. Além de Endrick, já ungido como o melhor jogador da nova geração, espera-se que o Real Madrid finalmente contrate Kylian Mbappé, o destaque da geração atual. Também chegará Alphonso Davies, lateral esquerdo canadense que hoje defende o Bayern de Munique.

Todos os três acordos mos-

tram como o Real Madrid navegava habilmente no mercado de transferências. Endrick é um achado especial de Juni Calafat, o chefe de recrutamento do clube, que há muito tempo é encarregado de levar os melhores prospectos de todo o mundo para Madri.

Mbappé tem sido um estudo de caso, com o Real Madrid seduzindo o jogador e aguardando o momento certo, posicionando-se lentamente como sua única rota realista para sair do Paris Saint-Germain.

Davies, também, é uma obra-prima de paciência. O Real Madrid apresentará ao Bayern de Munique a escolha de perdê-lo por uma quantia no meio do ano, ou de graça quando seu contrato expirar em 2025. O Bayern vai se ressentir, mas conhece bem esse método de intimidação.

O Real Madrid se adaptou a um cenário financeiro que, como o projeto da Superliga demonstrou, parecia ter se voltado contra os antigos aristocratas da Europa.

O clube não tem dinheiro para intimidar os times da

Premier League a vender jogadores. Então, em vez disso, contratou Antonio Rüdiger do Chelsea em uma transferência gratuita. O clube mantém uma academia impressionantemente produtiva —segundo a empresa de análise CIES, 97 de seus formados estão jogando profissionalmente na Europa—, mas também tem se movido rapidamente para contratar jogadores como Eduardo Camavinga e Jude Bellingham antes que eles caiam nas garras inglesas.

O resultado é um clube que, quase sozinho entre os grandes times do continente europeu, pode olhar para o futuro com entusiasmo.

Entre toda a elite tradicional do futebol, o Real Madrid é agora o que menos precisa de uma Superliga. Pérez gostaria de que ela mudasse para se adequar ao seu clube. O inverso, porém, parece ter funcionado igualmente bem. Ele tem seu estádio moderno e um aglomerado de estrelas.

O mundo continua como sempre foi, muito ao gosto do Real Madrid.



Eduardo Camavinga marca o primeiro dos três gols do Real Madrid contra o Manchester City, que também marcou três na primeira rodada das quartas da Champions, em Madri

Javier Soriano/AFP

Em jogo de 6 gols, clube empata com City nas quartas da Champions

REAL MADRID 3
MANCHESTER CITY 3

SÃO PAULO Em menos de 15 minutos, Real Madrid e Manchester City mostraram nesta terça (9) a razão pela qual o confronto pelas quartas de final da Champions League tem sido descrito na Europa como uma final antecipada desta edição do principal torneio de clubes do continente.

Foram três gols nesse intervalo, com uma virada de pla-

car em favor dos mandantes, além de algumas chances claras desperdiçadas que poderiam ter garantido um início ainda mais avassalador.

Depois do intervalo, com mais três gols no duelo, os visitantes chegaram a buscar uma virada no Santiago Bernabéu, mas os donos da casa conseguiram reagir para decretar o placar final de 3 a 3.

Bernardo Silva surpreendeu o goleiro Andriy Lunin em uma cobrança de falta lo-

go aos dois minutos. O Real empatou após um chute de Camavinga que se desviou no zagueiro Rúben Dias, deixou o goleiro Ortega sem reação e fez o árbitro considerar o lance como um gol contra, aos 12. E, aos 14, Rodrygo avançou em velocidade após um passe de Vinicius Junior e abriu vantagem.

O ímpeto ofensivo das duas equipes seguiu o mesmo depois do intervalo, mas parecia que seria a vez de apenas

o City comemorar. Com gols de Phil Foden, aos 21, e Gvardiol, aos 26, os visitantes tomaram a frente da disputa. Mas não por muito tempo. Aos 34, Valverde deixou tudo igual.

Agora, quem vencer na Inglaterra, na próxima quarta-feira (17), ficará com a vaga. Um novo empate no tempo regulamentar levará a disputa para a prorrogação.

Quem ficar com a vaga vai levar, ainda, uma vantagem no histórico recente entre os dois

clubes. Esse é o terceiro confronto consecutivo entre Real Madrid e Manchester City nas Champions League.

Em 2021/22, pela fase semifinal, a festa foi espanhola. Depois de ter levado 4 a 3 no Etihad Stadium, o time de Carlo Ancelotti venceu de virada por 3 a 1 e avançou para a final, na qual bateu o Liverpool.

Na temporada seguinte, o City deu o troco também nas semifinais. No primeiro confronto, na Espanha, as equipes

empataram por 1 a 1. Em casa, os ingleses avançaram com uma goleada por 4 a 0. Depois da sonora vitória, a equipe de Guardiola conquistou o inédito troféu vencendo a Inter de Milão na decisão.

Antes da partida, as autoridades locais anunciaram reforça na segurança. Na segunda (8), uma publicação nas redes sociais, supostamente atribuída ao grupo terrorista Estado Islâmico, sugeriu que poderiam ocorrer ataques.

Afeto não é apenas para enfeitar

Os jogadores não são apenas um conjunto de órgãos, ossos e músculos

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

O pênalti, bem ou mal marcado, costuma mudar a história de um jogo, de um campeonato, do futebol. O pênalti, muitas vezes, é uma das manifestações do acaso, pois nunca se sabe onde e quando vai ocorrer. Acontece.

Pela lógica do futebol, todo lance que é considerado falta no meio de campo deve ser considerado pênalti quando ocorre dentro da área. Os árbitros, porém, pela importância do pênalti, deveriam ter mais cuidado em marcá-lo. Não se pode banalizar o pênalti.

O pênalti marcado a favor do Atlético-MG, quando o jogo estava 1 x 1, foi corretamente assinalado pela regra do futebol. Porém a regra deveria ser mudada. É impossível para o defensor controlar a posição do braço quando disputa uma bola. O jogador do Cruzeiro estava com o braço esticado. Ele não levou o braço na bola. Foi a bola que tocou no braço.

Já o pênalti marcado a favor do Palmeiras contra o Santos não está nem na regra. O goleiro tentou tirar o corpo para

evitar tocar em Endrick, mas a velocidade do jogador era tão grande que foi impossível não ter o contato. Os árbitros ingleses não marcariam o pênalti. Aliás, parece haver na Inglaterra uma iniciativa dos árbitros de não marcar certos pênaltis. Seria uma tentativa de pressionar os dirigentes para alterar a regra?

Nas finais dos estaduais, os estádios estavam lotados, como tem sido bastante frequente, apesar dos ingressos caríssimos e de espetáculos apenas razoáveis, com muito tumulto

durante os jogos. Algumas pessoas que vão regularmente aos estádios dizem que ainda há muitas pessoas pobres, que fazem grandes sacrifícios financeiros. É o prazer de torcer pelo seu time, participar das belíssimas festas e descarregar suas emoções, uma verdadeira catarse.

Flamengo e Palmeiras confirmaram nos estaduais que são as mais fortes equipes brasileiras. O Flamengo possui mais talento pela região central do campo, de uma área à outra, enquanto o Palmeiras

alterna mais a maneira de jogar, de acordo com o momento e o adversário. Tite é mais contido, repetitivo, racional. Abel Ferreira é mais emocional. São os dois melhores técnicos que atuam no país. Unem conhecimento técnico, tático e humano.

Uma das qualidades do Palmeiras é a organização estrutural, formada por profissionais sérios e competentes. Não há politicagem no clube. Abel Ferreira, a comissão técnica e os atletas são partes importantes do sucesso, que se perpetua ao longo dos anos.

O Atlético-MG conquistou de virada o título mineiro. As alterações corajosas do novo treinador quando o time perdia funcionaram e entusiasmaram os torcedores. Já a troca feita pelo treinador do Cruzeiro, de tirar o meia ofensivo para colocar mais um zagueiro, com a finalidade de forta-

lecer a defesa, foi bastante criticada e levou à sua demissão. Já vi milhares de técnicos fazerem o mesmo. Quando dá certo é elogiado, quando dá errado, bastante criticado.

A demissão do treinador do Cruzeiro é compreensível, porém mais importante que trocar de técnico é contratar uns dois ótimos jogadores.

Os aspectos emocionais dos atletas necessitam ser mais valorizados. Uma partida de futebol é muito mais que fatos estratégicos, tecnológicos, estatísticos, de causas e efeitos definidos. Os atletas não são apenas um conjunto de órgãos, ossos, músculos, vasos sanguíneos, tendões e cartilagens. Possuem também emoções, sentimentos e afetos, que necessitam ser conhecidos e orientados por profissionais da psicologia. O corpo e a alma andam juntos. Os afetos não existem apenas para enfeitar.

A noite americana

OPINIÃO
Lucrecia Zappi

Sentei no canto, observando a plateia desvanecer na sala de cinema, feliz com meu assento contra a parede e o lugar vazio ao meu lado. Sempre fui uma cinéfila territorial, ainda mais naquela tarde, porque queria absorver a joia que estava por começar, “A Noite Americana” de François Truffaut, um filme cuja história é a produção de um filme, entremeado pelas relações humanas em um set de filmagem, mas que também expõe a criação do cinema em toda a sua beleza.

A projeção já tinha começado, quando percebi um vulto, com uma caixa de pipoca e refrigerante. Com licença. Desculpe. Com licença.

Claro que decidiu sentar-se ao meu lado, apesar de outros lugares vagos, e foi tirando lentamente o casaco, logo organizando seu arsenal de gulodices. Notei que puxava do bolso uns saquinhos de bala e eu já antecipava o ruído do celofane amassando infinitamente.

Veio o esbarrão acidental, logo a briga sutil do braço da poltrona que ele venceu, seu celular na mochila aberta no chão com a tela iluminada, em seguida a respiração pesada do desconhecido e a pipoca amanteigada que ele virava na boca.

O hedonista inconveniente deu a primeira gargalhada e decidi que não implicaria mais com ele, até porque a cena no filme era mais ou menos engraçada e tentei rir junto, apostando em uma trégua. Lembrei que a tolerância é uma virtude, e ele não sequestriaria a minha atenção. Afinal de contas, uma das estranhas magias de estar em uma sala de cinema é a experiência compartilhada com desconhecidos.

Talvez tivesse me tornado uma pessoa controladora em minha própria casa. Ousolitaria demais para buscar companhia na escuridão. Não. Ganhava a vontade imensa de uma tela grande, onde o filme me absorveria. Foi por isso que fui ao cinema. Depois bateu também a vontade súbita e irresistível de esganar meu companheiro de assento.

Considerei a diferença das relações sociais estabelecidas na penumbra e plateias em qualquer teatro. Veio uma memória distante, o escuro como o refúgio de muitos jovens, o primeiro beijo furtivo no cinema e, como se o filme me acompanhasse, surgiu o comentário direto da tela: “A adolescência só deixa boas lembranças para adultos com má memória”. Daí eu ri. E ele gargalhou.

Seu agito ruidoso tinha roubado a minha atenção. Abriu um pacote de balas, elas caíram no chão e pressionei o dedo sobre a orelha para tentar ignorá-lo. Com uma certa irritação percebi que o estranho ao meu lado ganhara mais importância que as imagens diante de mim.

Éramos, no melhor dos casos, como Eros e Psiquê, uma troca íntima no escuro, mesmo que sentisse uma profunda antipatia por aquela pessoa que gargalhou mais uma vez durante uma cena que nem era exatamente engraçada, onde o ator Jean-Pierre Léaud avançava de um ponto a outro.

Colecionava diversos monólogos internos, de como expressaria a minha queixa, mas de repente não aguentei e mandei o cara calar a boca.

[...]

Éramos, no melhor dos casos, como Eros e Psiquê, uma troca íntima no escuro, mesmo que sentisse uma profunda antipatia por aquela pessoa que gargalhou mais uma vez durante uma cena que nem era exatamente engraçada

ca. Um silêncio redundante foi sua resposta, seguido de mais risadas retaliativas. O filme foi virando um pesadelo porque não terminava mais. Queria que a sala se iluminasse de uma vez para dar cara àquele indivíduo.

Como Psiquê, busquei adquirir a consciência das coisas na luz acesa. Era como o efeito da “noite americana”, uma cena noturna filmada durante o dia com um filtro para escurecê-la. Como uma escuridão tão ilusória e imperfeita quanto as relações humanas. Vieram os créditos e por fim a sala se iluminou.

Ao encarar o homem ao meu lado, ele sorriu para mim como uma criança. Para minha surpresa, sacudiu uma das mãos para o alto, excitado, e um leve fio de saliva escorreu pelo canto da boca. Teria algum transtorno mental, mas também parecia ser a pessoa mais feliz da plateia.

Com licença, obrigado, ele disse. E me abraçou, selando nosso companheirismo. Fiquei desarmada, envergonhada das minhas impressões mesquinhas. Ao sair do cinema, ainda ouvia seu riso explosivo e solitário.

A tarde estava cinza, granulada, e a sensação era a de caminhar pela rua como se es-

tivesse dentro do filme, entre os personagens excêntricos e atribulados à beira da realidade. Era também como estar sob o efeito de uma noite americana.

Ao entrar no metrô da esquina, lá estava ele.

Gostou do filme? Foi o único que consegui perguntar, forçando simpatia.

Com licença, obrigado, ele repetiu, com seu sorriso eterno. Eu te ajudo, ele disse, indicando as escadas.

Segurou meu cotovelo e eu deixei. Descemos devagar a escadaria da linha 1. Éramos como um casal íntimo que só poderia ter surgido do caos, da escuridão, e, em nosso caso, da noite que foi fabricada no dia.

Tomamos o mesmo trem e saí duas estações depois. Ao olhar para trás, ele acenou para mim do vagão, ainda segurando o copo de refrigerante. Considerei se ele saberia voltar para seu destino, mas o vagão já tinha se fechado e o trem começara a acelerar. Fiquei ali parada, comovida, sem entender direito o que tinha acontecido.

“A vida é muito mais imaginativa do que nós”. Outra latente do filme de Truffaut que não saiu da minha cabeça conforme caminhei para casa.



HOMEM AGUARDA PARA ENCHER TANQUE DE ÁGUA CARREGADO POR BURRO EM MEIO A CRISE DE ABASTECIMENTO NO SUDÃO
Confrontos entre o Exército e forças paramilitares contrárias à junta militar que comanda o Sudão, que se arrastam há um ano, afundaram o país africano em uma grave crise humanitária AFP

Impa Tech e o ensino superior

A gratuidade da universidade pública está longe de ser suficiente

Marcelo Viana

Diretor-geral do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, ganhador do Prêmio Louis D., do Institut de France

Kaio Vitor Ferreira Costa tem 18 anos e vem de Rolim de Moura, município de 56 mil habitantes na zona rural de Rondônia, 480 km ao sul de Porto Velho. Filho de agricultores, cresceu na chácara familiar. Conta que entre suas primeiras lembranças está ter ganhado uma caixa de giz e um pequeno quadro, “onde aprendi a escrever o nome e fiz minhas primeiras continhas”.

O incentivo dos pais ao estudo rendeu frutos: Kaio foi três vezes medalhista da Obmep (Olimpiada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas), criada e realizada pelo Impa em todo o país des-

de 2005. Em 2023, ele concluiu o ensino médio.

Para jovens de família humilde, o passo seguinte não é evidente. A gratuidade da universidade pública é um instrumento crucial de mitigação da desigualdade social. Mas está longe de ser suficiente, pois as despesas de deslocamento e subsistência na cidade grande, para não falar no material didático, não estão ao alcance de todos. Muitos jovens promissores ficam pelo caminho, pela mais injusta das razões.

É preciso ir além, apoiando financeiramente os mais talentosos e mais necessitados. A pró-

pria Obmep-Impa oferece bolsas de estudos universitários financiadas por recursos públicos e privados. E agora o Impa está dando um passo maior nessa direção ao criar o Impa Tech, o seu curso de graduação em Matemática da Tecnologia e Inovação.

O Impa Tech é gratuito e oferece 100 vagas por ano, prioritariamente para medalhistas de olimpíadas de conhecimento vindos da escola pública. Oriundos de todo o Brasil, os estudantes recebem auxílio financeiro do governo federal, por meio do MEC e do MCTI, e dispõem de moradia oferecida pela prefei-

tura do Rio de Janeiro.

A Ilum, criada em 2022 pelo CNPEM (Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais) de Campinas (SP), funciona em moldes parecidos.

Localizado dentro do hub de inovação da cidade do Rio de Janeiro, o Impa Tech tira proveito de seu relacionamento privilegiado com o ecossistema de tecnologia e inovação para oferecer a seus estudantes uma formação prática, mão na massa, bem como para facilitar a sua inserção no mercado de trabalho.

No dia 2 de abril, Kaio participou o palco da inauguração do curso com o presidente Lula, os ministros da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação, o prefeito do Rio de Janeiro, e sua própria colega Maira Mercês Costa Araújo, de Caratinga (MG). Para ambos, e os demais colegas no Impa Tech, começa uma etapa crucial de suas vidas: desafiadora sem dúvida, mas cujo sucesso está em suas mãos.

ACERVO FOLHA
Há 100 anos 10.abr.1924

Alemanha estuda plano de reparações da Grande Guerra

O gabinete do governo da Alemanha estudou superficialmente, na reunião de quarta-feira (9) à tarde, o relatório referente às reparações da Grande Guerra que um grupo de peritos entregou à Comissão Interaliada.

O documento propõe um plano mais amplo para que o país se reabilite e consiga pagar as indenizações exigidas no acordo de paz.

A imprensa de Berlim manifestou geralmente favorável à aceitação da proposta por parte do governo, mas alegou que os encargos impostos são excessivos. Os jornais consideram que os peritos foram muito otimistas na avaliação sobre a capacidade de pagamento da Alemanha.

F LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br



ilustrada

A herança

Herdeiros de Tarsila do Amaral brigam pelos direitos autorais da artista mais cara do país, entre processos de milhões e tela suspeita

João Perassolo

SÃO PAULO Quem certifica uma obra de arte? Na semana passada, uma pintura atribuída a Tarsila do Amaral e apontada por especialistas como falsa deixou colecionadores e herdeiros da artista alarmados.

Primeiro, porque a tela com casas e coqueiros, uma paisagem tipicamente brasileira que seria da fase “Pau-Brasil” de Tarsila, foi vista por pouquíssima gente. Apesar de estar à venda por R\$ 16 milhões na SP-Arte, a maior feira do ramo no país, a obra não estava exposta, mas guardada dentro de uma mala acolchoada.

Segundo, porque o proprietário da pintura, um homem de 60 anos com sobrenome da elite paulistana, que prefere não se identificar, não mostrou documentação relativa ao histórico do quadro. Ele conta ter trazido a obra para o Brasil há pouco, depois de ela ficar com sua família no Líbano pelos últimos 50 anos.

Por fim, porque a tela em disputa, datada de 1925, não consta do catálogo raisonné de Tarsila, tido como referência para as galerias e os museus por reunir todos os 2.318 trabalhos conhecidos da modernista, entre pinturas, desenhos, ilustrações e esculturas.

A história com roteiro cinematográfico levanta a questão do papel dos herdeiros na hora de determinar a autoria de trabalhos da pintora mais cara do país. E caiu como uma bomba na família Amaral, envolvida há anos numa disputa pelo comando dos direitos autorais da mãe de “Abaporu”.

Quando morreu, em 1973, aos 86 anos, Tarsila não deixou filhos nem marido. Em 2005, seu espólio passou a ser administrado por quatro sobrinhos-netos —a homônima Tarsila do Amaral, conhecida como Tarsilinha, de 59 anos, Paulo do Amaral Montenegro, de 66 anos, Luís Paulo do Amaral, de 57, e Heitor do Amaral, de 65.

Juntos, os familiares criaram uma empresa para licenciar produtos e exposições sobre a artista modernista e dividir os lucros entre os numerosos 57 herdeiros da pintora.

Até mais ou menos 2020, Tarsilinha negociava as parcerias comerciais e as exposições, atuando com o aval dos outros três sócios. O dinheiro advindo dos royalties era dividido igualmente entre os quatro, e, além disso, Tarsilinha recebia 10% do faturamento como pagamento por administrar a empresa. Os sócios se encarregavam de repassar os valores que entravam às outras dezenas de herdeiros.

Se hoje a marca Tarsila estampa camisetas e chinelos e serve de inspiração para brincos de quase R\$ 40 mil, isso se deveu à construção da imagem da pintora como ícone pop por anos, durante os quais os valores dos licenciamentos não eram tão significativos.

Tarsilinha conta que “as empresas não queriam fazer licenciamentos de artistas plásticos, queriam fazer da Xuxa, do Mickey, que era o que dava fôlego”. Paulo, outro dos sobrinhos-netos, afirma que em certas épocas pingavam em sua conta bancária R\$ 1.500 de quatro em quatro meses.

No caso de produtos caros, como a coleção de roupas da Osklen e as joias da Sauer inspiradas em Tarsila, as vendas não eram volumosas o suficiente para reverter em faturamento gordo para os herdeiros, acrescenta Paulo.

O dinheiro começou a fluir com as vendas das pinturas “A Lua”, para o Museu de Arte Moderna de Nova York, o MoMA, em 2019, por um valor estimado à época em R\$ 75 milhões, e “A Caipirinha”, leiloadada no ano seguinte pelo marchand Jones Bergamin por R\$ 57,5 milhões.

A venda da tela de 1923 rendeu R\$ 570 mil para os herdeiros, pelo cálculo de Tarsilinha. “Foi o primeiro dinheiro grande que entrou. Dali para a frente eu sabia que os valores dos licenciamentos iam aumentar”, afirma ela.

Continua na pág. C4

Autorretrato de Tarsila do Amaral, pintura de 1923 Divulgação

ilustrada

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

COMO PODE?

O ex-ministro José Dirceu (PT-SP) saiu em defesa do presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, alinhando-se a ministros do governo Lula que defendem a permanência dele no comando da estatal.

DESASTRE Uma das principais lideranças do PT, Dirceu afirmou em um grupo que reúne lideranças da legenda e ex-ministros de governos anteriores de Lula considerar “um desastre o que estão fazendo com o Jean Paul. É um desrespeito a ele”.

DESASTRE 2 O ex-ministro afirmou também que o processo de fritura de Prates, protagonizado pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, é “ruim para a imagem do governo”.

QUEM MANDA “Passa a ideia de que um ministro [Silveira] derruba publicamente o presidente nomeado pelo PR [Lula] da maior e mais importante empresa do país”. Isso tudo, seguiu, “fora as consequências para a Petrobras e para a nomeação do substituto, seja ele [Aloizio] Mercadante ou outro”.

QUEM MANDA 2 “Mais grave ainda: dá a impressão de que [o ministro da Casa Civil] Rui [Costa] derrubará [o ministro da Fazenda, Fernando] Haddad”. Rui Costa estaria disparando contra Prates, enquanto Haddad já o apoiou em outros momentos de divergência.

BUMERANGUE “Jean Paul foi senador e candidato a prefeito de Natal [no Rio Grande do Norte]. É nosso companheiro de partido e merece respeito, independente se deve ou não continuar presidente da Petrobras”, afirmou ainda Dirceu. “Não se faz isso com ninguém sem atingir a imagem do próprio governo”, finalizou.

PORTE A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado irá votar nesta quarta-feira (10) um projeto de lei que autoriza o porte de fuzis para vigilantes em propriedades rurais no país.

PORTE 2 A proposta prevê que esses trabalhadores possam usar armas de calibre 5,56 mm e 7,62 mm. O texto busca alterar a lei que, atualmente, permite que o vigilante use revólveres calibre 32 ou 38.

PORTE 3 O projeto é de autoria de Alan Rick (União-AC). Na justificativa, ele diz que “é fundamental agir de forma proativa a combater o crime organizado.”

PORTE 4 À coluna, o policial federal Roberto Uchôa, conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, diz que a alteração vai na contramão do que se tem adotado em outros países, “onde se discute sobre a restrição desse tipo de armamento”, diz.

MEDIDA O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública abriram na terça-feira (9) as inscrições para uma audiência pública que receberá propostas para melhorar o sistema prisional brasileiro.

MEDIDA 2 A ideia é criar um plano nacional a fim de resolver os problemas das penitenciárias do país.

TERCEIRO SINAL



Fotos Ronny Santos/Folhapress



A atriz **Martha Nowill 1** presitiçou a estreia do espetáculo “Diário de um Louco”, no Teatro Viradalata, em São Paulo, na semana passada. A cineasta **Marcela Lordy 2** compareceu. O ator **Antonio Haddad 3** passou por lá

CRÉDITO O advogado norte-americano Miles Cooley acionou a Amazon MGM Studios na segunda-feira (8) solicitando que a empresa inclua o nome de Lupicínio Rodrigues (1914-1974) como um dos compositores da trilha sonora do filme “Dançarina Loura”, de 1944.

CREDITO 2 A ação é considerada fundamental para que a Academia de Artes e Ciências Cinematográficas de Hollywood reconheça o cantor e compositor brasileiro como indicado ao Oscar de 1945.

CREDITO 3 Desde o ano passado, a família do artista tem se mobilizado para conseguir esse reconhecimento. Considerada um dos maiores sucessos da carreira de Lupicínio, a música “Se Acaso Você Chegasse” é tocada em versão instrumental no longa de Frank Woodruff.

CREDITO 4 O nome do brasileiro, porém, nunca foi creditado no filme, que teve trilha sonora indicada ao Oscar. A história foi revelada pelo documentário “Lupicínio Rodrigues: Confissões de um Sofredor”, de Alfredo Manevy.

ESPAÇO O prefeito Ricardo Nunes (MDB) enviou à Câmara Municipal de São Paulo um projeto de lei que cria o Parque Municipal do Bixiga. O terreno de 11 mil metros quadrados tem sido objeto de disputa por mais de quatro décadas entre o Teatro Oficina e o Grupo Silvío Santos, proprietário da área.

ESPAÇO 3 No final do ano passado, o Ministério Público e a Prefeitura de São Paulo anunciaram a destinação de R\$ 51 milhões para a aquisição do terreno. Segundo informou a coluna Painei, o Grupo Silvío Santos quer receber R\$ 80 milhões pela área.

Arrigo Barnabé e Isca de Polícia homenageiam Itamar em disco

Novo álbum tem uma introdução na qual o artista escreve carta e simula diálogo com seu parceiro de décadas

Vicente Vilardaga

SÃO PAULO Tem biscoito fino para as massas. Arrigo Barnabé acaba de gravar um álbum em que homenageia seu amigo, o músico Itamar Assumpção, morto em 2003. O nome provisório do projeto, um vídeo gravado pelo selo Atração no Centro da Terra, é “Arrigo + Trisca Visitam Itamar”.

São 13 faixas e mais uma introdução em que Arrigo, uma das cabeças da vanguarda paulistana, escreve uma carta e simula um diálogo com Itamar, que foi seu parceiro por décadas. O produto chega ao público neste mês e está previsto um show para 1º de maio.

A tal “trisca” é composta por Paulo Lepetit —nos arranjos, baixo e vocal—, Jean Trad —guitarra e vocal— e Marco de Costa —bateria e também vocal. Os três participaram da banda Isca de Polícia, que acompanhava Itamar, mas nunca estiveram juntos.

Apartir do convite de Lepetit, Arrigo embarcou no projeto, que combina com a carreira de intérprete que tem cultivado. Já fez shows cantando composições de Lupicínio Rodrigues e de Roberto e Erasmo Carlos, preservando as linhas melódicas da maioria das canções, mas impondo sua teatralidade e seu tom gutural, às vezes jocoso.

O projeto sobre Itamar previa um repertório de sambas, mas o trabalho evoluiu para algo mais diverso, com fusões de ritmos e experimentalismos, em parte pela influência de Arrigo, mas também pelos arranjos de Lepetit. Sempre se considerou fazer algo que pertencesse a um certo “universo” de Itamar, que respeitasse a identidade do artista e suas ideias sobre música.

“O que eu destaco é a linguagem que a gente conseguiu. Ela já vem da Isca de Polícia lá atrás. E essa união com o Arrigo criou uma coisa nova”, afirma Lepetit. “A gravação tem esse sentido de álbum, eu estou chamando de álbum-vídeo. É uma obra integral, com começo, meio e fim, como tinham os discos nos anos 1970 e 1980.”

O projeto começou em 2022, e o repertório foi apurado ao longo de seis apresentações. Finalmente, as gravações aconteceram num dos shows, em dezembro do ano passado.

Nesse processo, as composições foram mudando. “Na Cadência do Samba” virou um punk samba, e “De Mais Ningüém”, de Marisa Monte e Arnaldo Antunes, ganhou uma introdução à la Ray Conniff.

São seis composições de Itamar, dois sambas de Nelson Cavaquinho —“Quando me Chamar Saudade” e “Luz Negra”—, dois de Ataulfo Alves —“Errei Erramos” e “Na Cadência do Samba”, que Itamar gravou—, além de composições de Arrigo —“Maldição”, em parceria com o irmão Paulo Barnabé, e “Sentido do Samba”, com Sérgio Espíndola.

Mesmo o clássico Itamar, “Nego Dito”, acabou se fundindo com “Clara Crocodilo”, de Arrigo, criando uma conversa entre as grandes obras.

“Sempre pensei em fazer um encontro do ‘Nego’ com ‘Clara’. Ai eu e o Paulinho [Lepetit] começamos a trabalhar em cima disso, buscando conseguir uma levada para o ‘Ne-

go Dito’ que fosse a mesma do ‘Clara’”, diz Arrigo. “E ‘Quando me Chamar Saudade’ tem essa história de contextualizar a situação do Itamar, do compositor brasileiro e do músico da nossa geração.”

Quanto a “Fico Louco”, Arrigo lembra que adorava cantar a música nos tempos em que morou com Itamar. Segundo ele, todo o processo do álbum envolveu muito diálogo entre os participantes, todo mundo dava algum palpite.

Segundo Arrigo, o projeto tem um peso emocional. “Minha mãe fazia as roupas que o Itamar usava nos festivais, fazia comida para ele, a gente tinha uma convivência muito forte”, diz. Eles se conheceram nos anos 1970, quando participavam de eventos de música e teatro em Londrina, no Paraná.

Itamar nasceu em Tietê, no interior de São Paulo, mas cresceu no município paranaense de Arapongas. Ele chegou a São Paulo em 1974 e foi morar numa república. Tinha dúvidas sobre a carreira musical e treinava futebol no Juventus.

Arrigo lembra, porém, que naqueles dias Itamar foi fazer um teste na Vila Belmiro e retornou desolado, dizendo que não iria mais jogar. “O pior cara lá é melhor do que eu”, disse. “Vou ser músico mesmo.”

Ele se mudou para uma casa com dois amigos, Guará (Ricardo Rego) e Rubão (Rubens Brando), estudantes de medicina. Depois de uns meses, Arrigo foi morar com os três.

Nessa época, Arrigo, Itamar, Eliete Negreiros, Antônio Tonelli e o irmão de Arrigo, Paulo Barnabé, fizeram um show chamado “Coração de Árvore” em Londrina e em Curitiba.

Arrigo lembra que os dois foram presos uma vez num boteco na rua Teodoro Sampaio. A polícia entrou no bar, começou a pedir documentos e viu que Itamar tinha um maço de cigarro no bolso. Mandaram que ele entregasse o maço e, quando tirou do bolso, caiu uma bagana de fumo de corda, que ele enrolava com papel.

“Itamar era muito careta, não fumava maconha, não bebia, era atleta.” A polícia não quis saber e pôs o grupo no camburão. Ficaram três horas rodando pela cidade até irem para uma delegacia, às três da manhã. “O Itamar ficou apavorado. Sorte que o cara que cuidava das celas não era de tendência maligna, e a gente acabou saindo no dia seguinte.”

Quando pensa no projeto atual em homenagem ao amigo, Arrigo vê uma forte relação com o jeito que Itamar tinha de pensar sua música e o desenvolvimento dos discos.

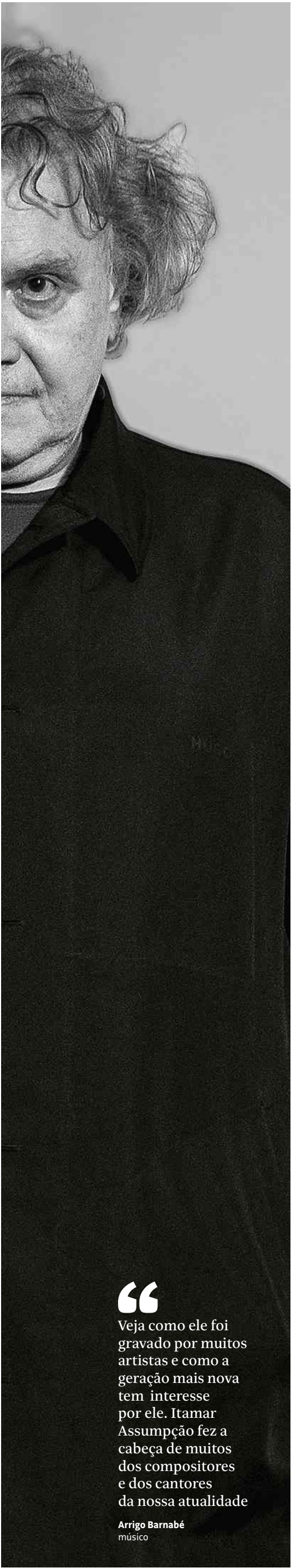
“Ele tinha uma ideia de evolução em tudo, mexia o tempo todo nos arranjos, e tinha essa característica de perceber as camadas das coisas”, diz. Também costumava dizer que não era um cara de vanguarda e sim popular, mas nunca conseguiu furar o bloqueio das grandes gravadoras. De qualquer maneira, seu trabalho foi recompensado.

“Veja como ele foi gravado por muitos artistas e como a geração mais nova tem interesse por ele. Itamar fez a cabeça de muitos dos músicos, compositores e cantores da atualidade.” E “Arrigo + Trisca Visitam Itamar”, além de justa homenagem, é mais uma prova de sua força musical.



O músico Arrigo Barnabé Adriano Vizoni/Folhapress

ilustrada



“

Veja como ele foi gravado por muitos artistas e como a geração mais nova tem interesse por ele. Itamar Assumpção fez a cabeça de muitos dos compositores e dos cantores da nossa atualidade

Arrigo Barnabé
músico

Filarmônica de MG pode perder a sua casa com desmante

SÃO PAULO A Orquestra Filarmônica de Minas Gerais, uma das mais importantes da América Latina, está sofrendo um desmante do governo mineiro e corre o risco de encerrar as suas atividades, tal como o projeto foi concebido há 16 anos. Na última sexta-feira, o Instituto Cultural Filarmônica, organização social que administra a orquestra, foi surpreendido com o anúncio de um contrato firmado entre o Sesi-Minas e a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, a Codemge, para uma gestão compartilhada da Sala Minas Gerais, a casa da Filarmônica. O Instituto Filarmônica não foi consultado durante as negociações e soube da notícia pela imprensa local. O documento prevê que a orquestra desocupe a Sala Minas Gerais até o mês de julho. “Para onde eu vou levar a orquestra? Eu não sei”, afirma Diomar Silveira, presidente do instituto. Em nota, a secretaria da Cultura do estado, pasta liderada por Leônidas de Oliveira no governo Romeu Zema, do Novo, afirma que “a Sala Minas Gerais é de propriedade da Codemge e cabe a ela, na forma da lei, fazer a gestão do espaço”. A nota diz ainda que 60% dos recursos da secretaria são destinados à manutenção das atividades da orquestra. O acordo de gestão pretende transformar a Sala Minas Gerais em um espaço multiuso, podendo abrigar as apresentações da orquestra do Sesi, além de espetáculos cênicos e eventos corporativos. Gustavo Zeitel

Morre Pacífico Mascarenhas, pai da bossa mineira

SÃO PAULO Morreu nesta terça-feira, aos 88 anos, o músico Pacífico Mascarenhas, considerado o pai da bossa nova mineira. A informação foi confirmada pelo Minas Tênis Clube, onde o compositor era diretor social. A causa da morte não foi divulgada. Mascarenhas fez parte da Turma da Savassi, grupo que fazia serestas em Belo Horizonte na década de 1950. Depois, formou o conjunto Sambacana, passou a tocar bossa nova e conheceu os artistas cariocas. O cantor foi responsável pela ida de Milton Nascimento ao Rio de Janeiro, motivo pelo qual foi considerado o padrinho musical de seu conterrâneo.

Rock in Rio terá dia do funk com MC Cabelinho

SÃO PAULO O Rock in Rio anunciou que o line-up do primeiro dia de festival, 13 de setembro, celebrará o rap, o trap e o funk. Ludmilla subirá no palco Mundo, enquanto MC Cabelinho e o Coral das Favelas serão os headliners do palco Sunset. Cabelinho é dono de hits como “Toda Hora”, “Era Uma Vez”, “Zona Sul” e “Que Maravilha”, que refletem a realidade das favelas cariocas. Orochi, Veigh e Kayblack são atrações confirmadas no mesmo palco, depois da apresentação da Funk Orquestra com MC Daniel, Rebecca e MC Soffia. O DJ Snake, francês famoso por misturar hip-hop e música eletrônica e dono de hits como “Lean On” e “Taki Taki” se apresentará no palco New Dance Order.

Disney

O REI LEÃO

©Disney

O ESPETÁCULO DE UMA VIDA!

FINAL DE TEMPORADA

EM CARTAZ NO
TEATRO RENAULT - SP

VENDAS EM TICKETSFORFUN.COM.BR

INGRESSOS A PARTIR DE

PLATEIA: R\$ 115

CAMAROTE: R\$ 120

BALCÃO: R\$ 65

VALORES PARA MEIA ENTRADA

PATROCÍNIO

APOIO

PARCEIROS DE MÍDIA

REALIZAÇÃO

EMS

KMV

uol

S1.3

alpha

Fi

eletrômidia

NEOOH

T4F

ilustrada



A pintura ‘Abaporu’, de Tarsila do Amaral, que faz parte da coleção do Malba, o Museu de Arte Latino-Americana de Buenos Aires

Reprodução

A herança

Continuação da pág. C1

Embora nem “A Lua” nem “Caipirinha” fossem da família, os Amaral receberam pelas vendas graças ao direito de sequência. Essa é uma lei pela qual ao menos 5% do valor da venda de uma obra de arte deve ser revertido para o artista, caso esteja vivo, ou para os seus herdeiros. Em outras palavras, se a autoria da pintura agora em questão se confirmar, a família vai embolsar uma bolada. É importante destacar que os lucros vindos do direito de sequência vão direto para as contas dos herdeiros, sem passar pela empresa gestora dos direitos autorais de Tarsila, porque não são royalties. Cada um dos 57 herdeiros recebe uma porcentagem já estipulada em contrato. Foi após a venda dessas duas pinturas que a discórdia se instalou entre os parentes. Tar-

silinha, uma das herdeiras, relata que a partir daí os três outros sobrinhos-netos passaram a querer participar ativamente da administração dos direitos autorais da tia-avó, pelos quais pouco se interessavam. Segundo Tarsilinha, Paulo, Luís Paulo e Heitor começaram a excluir a antiga responsável pelas decisões, não a deixavam mais assinar os contratos sozinha, como era praxe até então, e tramaram para dar um golpe e a remover do comando do negócio da família. Paulo afirma que de fato os familiares quiseram se aproximar dos negócios à medida que o sucesso de Tarsila crescia. Se antes Tarsilinha assinava os contratos sozinha, ele conta, agora era necessária a aprovação de ao menos um outro sócio. Mas ele nega que tenha havido golpe, dado que os royalties eram divididos em proporções iguais

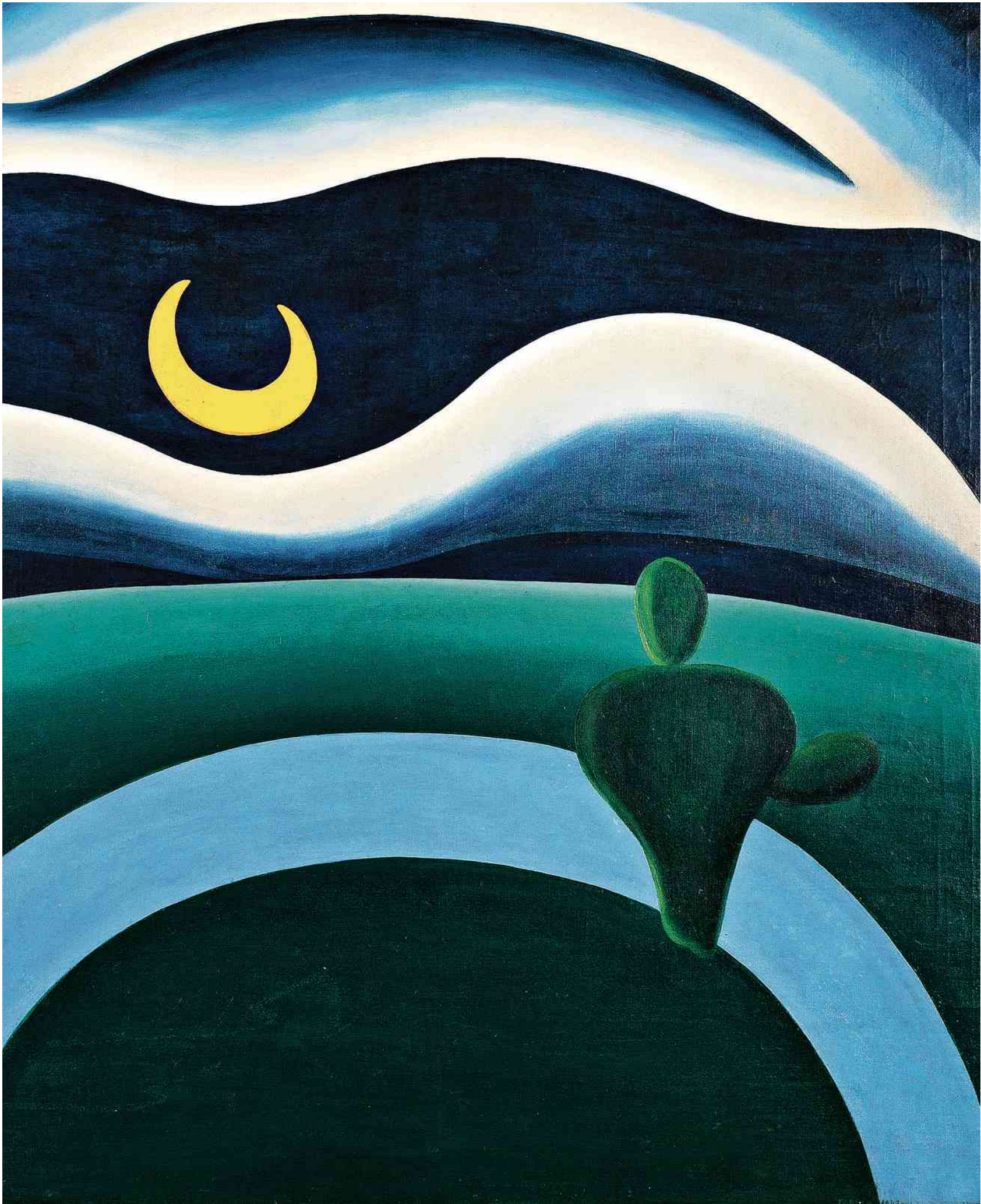
para os quatro sócios e que a herdeira recebia 10% do faturamento da empresa por estar à frente dos negócios. Paulo acrescenta que a decisão de deixar a empresa foi de Tarsilinha —ela renunciou numa carta em 2022. “Não existe golpe. Existe golpe de Estado, que você tira o presidente da República. Vitimismo é a expressão correta. Ela saiu do castelo e agora fica jogando pedra no castelo”, ele afirma. Um ponto central da desavença familiar é um rombo de R\$ 1,5 milhão que Tarsilinha teria deixado na empresa, devido à sua contabilidade falha. O valor, segundo Paulo, foi constatado por uma auditoria que analisou as contas do negócio nos últimos cinco anos —com correções, o buraco hoje soma R\$ 2,2 milhões. O valor é agora cobrado na Justiça pelos outros três sócios. Eles moveram um proces-

so contra Tarsilinha pedindo a ela que explique o destino do dinheiro ou então o devolva para a família. Paulo faz um mea culpa. “Nós fomos de certa forma negligentes nesse aspecto de deixar ela [Tarsilinha] sozinha gerindo a companhia. E foi assim pelos três sócios”, ele afirma. Tarsilinha conta outra versão. “Eles me acusam de uma coisa gravíssima. Eles sempre tiveram acesso às contas da empresa, à gerente e ao contador. Imagina. Isso tudo vai ser provado. Meus advogados estão conduzindo isso para mostrar para o juiz.” Em outro processo, os três herdeiros acusam a sobrinha-neta de concorrência desleal. De acordo com Solano de Camargo, o advogado deles, Tarsilinha teria fechado negócios paralelos envolvendo os direitos da pintora por outra empresa que não a da fa-

mília. “É como se ela concorresse com a própria família e ficasse com o dinheiro só para ela”, afirma o advogado. Tarsilinha nega. Ela diz usar sua outra empresa, a Manacá, para escrever livros e fazer palestras e curadorias sobre sua tia-avó com o conhecimento acumulado em décadas de estudo acerca da obra da artista. O advogado dos três herdeiros, por outro lado, lembra um exemplo em que Tarsilinha usou a empresa paralela para atividades de competência do negócio da família. Em 2015, ela firmou, via Manacá, um contrato com o Theatro Municipal de São Paulo para duas exposições no lugar. Uma trataria da vida de Tarsila e outra teria obras da artista do acervo de Tarsilinha, como alguns desenhos e objetos diversos. Contudo, ambas as mostras acabaram não acontecendo, e o contrato, no va-

lor de R\$ 495 mil, foi desfeito. A prefeitura paulistana abriu um inquérito para averiguar o caso, no âmbito de uma série de investigações de irregularidades na gestão do Theatro Municipal à época. O resultado foi a condenação de Tarsilinha por corrupção, há cinco anos. A sentença determina que ela deve ressarcir aos cofres públicos um valor hoje próximo de R\$ 200 mil. Em relação a esse caso, Tarsilinha afirma que foi vítima de um golpe dos gestores do teatro. Seu advogado, Arys-tóbulos Freitas, argumenta que ela “errou na resolução do golpe” e agora conversa com a prefeitura paulistana para pagar e resolver a pendência. Os gestores do teatro à época foram condenados. A sentença por corrupção serviu como mais munição para os outros três herdeiros.

Continua na pág. C5



'A Lua', pintura de Tarsila do Amaral adquirida pelo MoMA, o Museu de Arte Moderna de Nova York Divulgação

Continuação da pág. C4

O trio entrou com uma nova ação contra Tarsilinha, por danos morais pelo uso indevido da imagem da pintora. Eles pedem R\$ 100 mil de indenização no processo. “Este processo não tem sentido. Eles sabem que ela [Tarsilinha] sofreu um golpe, que não foi beneficiada. Eles sabem que não houve nenhum prejuízo para as obras [de Tarsila]. Mas preferiram entrar com um processo como forma de acirrar a guerra contra ela”, diz o advogado de Tarsilinha. Ele sustenta que os sobrinhos-netos estão numa luta agressiva contra a ex-sócia porque viram uma oportunidade de ganho com as obras de Tarsila, agora avaliadas em milhões, e querem tirar Tarsilinha da jogada. “Eles começaram uma guerra processual contra ela. É uma coisa desproporcional”, diz o advogado.

A defesa dos três sobrinhos-netos rebate, afirmando que o acúmulo de ações na Justiça evidencia as atitudes “criminosas” de Tarsilinha. Em meio às desavenças, a herdeira —profunda conhecedora da obra da tia, que ajudou a negociar as exposições da artista no MoMA e no Masp, o Museu de Arte de São Paulo— deixou a empresa da família. Quem assumiu o comando no seu lugar foi Paola Montenegro, filha de Paulo e sobrinha-bisneta de Tarsila. Montenegro havia sido contratada pela própria Tarsilinha em 2021 para cuidar das redes sociais e do site da pintora. Com 29 anos e um diploma em propaganda, ela passou a dar a palavra final nas exposições e produtos de Tarsila. Também DJ de música eletrônica nas horas vagas em baladas descoladas de São Paulo, Montenegro diz que seu obje-

tivo é aproximar os jovens de Tarsila e “preservar o legado e a brasilidade” da tia-bisavó. Para isso, diz pensar em mostras para crianças ou “imersivas e diferentes”, além de planejar uma exposição comemorativa para o centenário de “Abaporu”, em 2028. Em paralelo, trabalha nos detalhes de uma exposição de Tarsila no Musée du Luxembourg, em Paris, a partir de setembro, com obras que no ano que vem serão exibidas no Guggenheim de Bilbao, na Espanha. Segundo Montenegro, o faturamento com direitos autorais da pintora foi de R\$ 600 mil no ano passado, soma que ela quer aumentar em 30% neste ano. Há sete parcerias comerciais firmadas para 2024, das quais o lançamento de uma linha de camisetas pela marca Chico Rei foi a primeira. Em relação à pintura com a autoria em disputa, Pau-

lo conta que a família ficou muito preocupada “porque existe muita falsificação de obras rondando o mercado de arte”. Ele afirma desconhecer o quadro e só ter descoberto sua existência por meio da reportagem. Por esses motivos, não pode afirmar se a obra é ou não de Tarsila. Os herdeiros contrataram um experiente perito, Douglas Quintale, para certificar a autoria do quadro e de outros trabalhos que vierem a ter a autenticidade questionada. O propósito, diz Paulo, é estabelecer um método para transferir à família a palavra final do que é ou não Tarsila. Hoje, essa prerrogativa está com a comissão que organizou o catálogo raisonné —e que inclui Aracy Amaral, tida como a maior especialista do país na obra da pintora. O colegiado, contudo, não se reúne há mais de dez anos para ava-

[...] Os familiares criaram uma empresa para licenciar produtos e exposições e dividir os lucros entre os 57 herdeiros da artista Foi após a venda de ‘A Lua’ e ‘Caipirinha’ que a discórdia se instalou. A partir daí, Tarsilinha, uma das herdeiras, diz que os outros três sobrinhos-netos passaram a querer administrar ativamente os direitos autorais de sua tia-avó

liar trabalhos atribuídos a Tarsila que vieram à tona após a publicação do livro, em 2008. O proprietário do quadro com a autoria contestada e o galerista que levou a obra para o mercado, Thomaz Pacheco, da galeria OMA, dizem estar seguros da autenticidade. Ainda não se sabe se o cenário de incertezas pode afetar a trajetória ascendente da obra da artista. O certo é que a família Amaral concorda quanto à importância do legado sob a sua responsabilidade. “Mais importante é a divulgação da obra do que o dinheiro. A gente quer fazer da Tarsila do Amaral uma Frida Kahlo”, afirma Paulo, em referência à artista símbolo do México. Tarsilinha segue lógica semelhante. “As pessoas olham para um quadro de Tarsila e têm orgulho de ser brasileiro”, ela diz. “Mais ou menos como era com o Ayrton Senna.”

ilustrada

Santídio Pereira leva natureza exuberante das cores ao museu em sua nova mostra

Artista expõe no MAM um grupo de xilogravuras e pinturas feitas a partir de sua paixão pelos biomas do Brasil

João Perassolo

SÃO PAULO Durante a pandemia, Santídio Pereira saiu de São Paulo para se embrenhar na natureza atrás de bromélias. Ao voltar para seu ateliê na capital, contudo, começou a rabiscar morros, não as flores que tanto inspiram sua obra.

Ele se deu conta do quão fixado estava com a serra da Bocaina e a serra do Mar. A partir daí, passou a criar gravuras e pinturas de morros, um elemento novo em sua obra.

Parte desses montes está exposta agora no Museu de Arte Moderna de São Paulo, o MAM, numa mostra da produção dos últimos sete anos do piauiense. “Santídio Pereira: Paisagens Férteis” reúne 30 trabalhos, alguns dos quais não vistos no Brasil, para dar conta da fixação do artista pelos ambientes naturais.

Pereira cria em grandes dimensões, sejam pinturas com tinta guache ou xilogravuras. Parte considerável das obras é monocromática, e algumas ficam no limite da abstração, como no caso da mancha em amarelo representando as flores de um cactus —um desenho que poderia também ser associado a uma nuvem.

Mas, de modo geral, a impressão de visitar a mostra é a de passear por uma vegetação onde as cores explodem. O artista diz criar inspirado pelos biomas brasileiros, como a mata atlântica e a caatinga.

Ele mantinha uma relação de intimidade com a natureza quando era criança, no interior do Piauí. “Eu comia manga no pé, andava a cavalo, nadava no rio, sentia o cheiro da chuva, pisava no barro vermelho”, conta, ao justificar de onde vem seu interesse principal.

Depois de se mudar para a capital paulista com os pais, ainda criança, tudo mudou. “São Paulo me tirou o horizonte, e eu necessitava de horizonte, assim como eu precisava de natureza”, diz o artista. Pintar plantas é “tentar me deixar mais feliz nesta cidade”.

Organizada por Cauê Alves, curador-chefe do MAM, a exposição traz, além das telas, duas grandes peças de parede em madeira que o artista chama de objetos. Ele nega o parentesco com a escultura porque diz não ser possível circular ao redor delas, além de não considerar as obras tridimensionais o suficiente.

Seus objetos são formados por pedaços de madeira recortados e juntados e vêm da evolução da pesquisa do artista acerca de gravuras.

Eles também funcionam como matrizes e podem ser impressos no papel como gravuras, técnica com a qual o artista tem mais familiaridade, já que foi iniciado na prática quando criança, após ser matriculado pela mãe no Instituto Acaia, da artista Elisa Bracher.

Com menos de 30 anos, o artista já mostrou suas obras na Fundação Cartier, em Paris, e tem peças nas coleções da Pinacoteca do Estado de São Paulo, do Museu de Arte do Rio e da Coleção Cisneros, além de ser representado por galerias dentro e fora do Brasil.

Santídio Pereira

MAM - pq. Ibirapuera, s/nº. Livre, mam.org.br. De ter. a dom., das 10h às 18h. Até 1º de setembro. R\$ 30, em sympla.com.br. Dom., grátis



Obras de Santídio Pereira no MAM
João Liberato/Divulgação

Roubo de arte mais grave da história segue sem resolução 24 anos depois

Tom Mashberg

NOVA YORK | THE NEW YORK TIMES No começo da madrugada de 18 de março de 1990, após um festivo Dia de São Patrício em Boston, dois homens vestidos como policiais entraram no Museu Isabella Stewart Gardner e saíram com cerca de US\$ 500 milhões, cerca de R\$ 2,5 bilhões, em obras de arte.

Apesar dos esforços da polícia, agentes federais, detetives e jornalistas, ninguém encontrou as 13 obras perdidas no maior roubo de arte da história, que incluiu um raro Johannes Vermeer e três Rembrandts.

O legado do roubo é sempre aparente para os visitantes do museu que, décadas depois, ainda se deparam com espaços vazios nas paredes da galeria onde as pinturas costumavam estar. Eles são mantidos ali como um lembrete da perda, dizem os funcionários do museu, e na esperança de que as obras possam eventualmente retornar.

No mês passado, Richard Abath, o vigia noturno que permitiu por engano a entrada dos ladrões, morreu. Ele foi uma figura central em uma investigação que continua ativa, apesar das pistas terem esfriado.

Além das pinturas, que foram retiradas de seus quadros durante o roubo, outros itens de valor inferior foram roubados. Entre eles estavam um vaso de metal chinês, uma águia de bronze e cinco esboços menores de Edgar Degas. Abath foi algemado e amordaçado com fita adesiva. Ele nunca foi nomeado suspeito.

Mas, ao longo dos anos, os investigadores continuaram a revisar seu comportamento porque ele, contra o protocolo, abriu a porta do museu para os ladrões.

O FBI monitorou os bens de Abath por décadas, mas nunca viu nenhuma suspeita. Ele afirmava ter contado aos investigadores tudo o que sabia, e um polígrafo do FBI que ele fez voluntariamente foi considerado “inconclusivo”.

Um autorretrato de Rembrandt aos 23 anos foi retirado pelos ladrões, mas deixado apoiado em um armário. “Eu realmente acredito que eles provavelmente esqueceram”, disse Anthony Amore, o atual chefe de segurança do museu.

A obra estava em um painel de carvalho, o que a deixava mais pesada do que as pinturas em tela que eles roubaram. Mas tinha as mesmas dimensões de “Paisagem com um Obelisco”, de Govaert Flinck, que também estava presa em carvalho e foi roubada.

Os investigadores continuam sem entender o motivo do crime. Em 2015, o FBI nomeou dois criminosos de longa data da área de Boston, George Reissfelder e Lenny DiMuzio, como os prováveis bandidos. Eles nunca discutiram publicamente o motivo.

O museu aumentou sua recompensa para US\$ 10 milhões em 2017. Dedicou várias seções de seu site para educar o público sobre o crime. E abraça a publicidade na esperança de que alguém, um dia, em algum lugar, reconheça uma das obras de arte e entre em contato. “Seguimos todas as pistas e continuamos a investigar novas pistas”, disse Amore. “Tudo o que importa é descobrir onde elas estão hoje e as trazer de volta”, ele acrescentou.

Hmmfalemais



| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Jacqueline Cantore
cantorejac@gmail.com (interina)

Série sobre seita e assassinato nos Alpes franceses está no streaming

Antracite
Netflix, 16 anos
Há 30 anos, o suicídio em massa dos integrantes de uma seita num vilarejo nos Alpes domina as manchetes. Três décadas depois, o assassinato de uma mulher repete os mesmos rituais da seita e volta a tirar a paz dos moradores do lugar. O jovem acusado do assassinato vai ter de olhar para o passado para solucionar o crime atual. Série francesa de suspense em seis episódios.

Iwájú
Disney+, 10 anos
Em uma futurística Lagos, na Nigéria, uma jovem chamada Tola, que vem de uma ilha rica, e seu amigo expert em tecnologia, Kole, descobrem os segredos e perigos de seus mundos. Primeiro filme de animação coproduzido pelos estúdios Disney e uma empresa panafricana, a Kugali.

Elas que Animam
Itaú Cultural Play, livre e gratuito
Dez animações em curta-metragem criadas por mulheres de São Paulo, Pará, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Paraná. Os temas são diversos, do envelhecimento à seca do Nordeste e as tradições afro-brasileiras.

Brandy Melville e o Culto Perverso da Moda
Max, 14 anos
Uma marca popular de moda adolescente americana desenvolveu uma base de fãs em redes sociais que funciona quase como culto. Mas atrás da fachada glamorosa, a produção tem um ambiente tóxico, muitas vezes racista.

Te Devo Essa! Reforma das Estrelas
Home &Health, 19h05, 10 anos
Jonathan Scott e Andrew Scott, os irmãos gêmeos de Irmãos à Obra, criaram este spin-off para que celebridades possam dar reformas como gentileza para quem significa muito para eles. Anna Faris, Sterling L. Brown e Ray Romano participam da nova temporada.

Crescendo Juntas
HBO e Max, 20h10, 12 anos
Margaret é uma pré-adolescente de 11 anos descobrindo as coisas da vida. Seu pai e sua avó são judeus e sua mãe, cristã, mas ela não sente afinidade por nenhuma religião e fala com Deus da sua maneira. Filme protagonizado por Rachel McAdams, com Kathy Bates e Elle Graham.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê **Laerte**



Bicudinho **Caco Galhardo**



Níquel Náusea **Fernando Gonsales**



Não Há Nada Acontecendo **André Dahmer**



Viver Dói **Fabiane Langona**



Péssimas Influências **Estela May**



Vida Besta **Galvão Bertazzi**



SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

				8		4		
9			1				2	
1	4		3					
	1	4			6			7
	3		7		4		6	
6			9			1	4	
				7		8	5	
	5			3				1
		8		9				

O Sudoku é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algoritmos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

	9	8	1	6	5	8	9	4
1	4	6	9	8	7	5	3	2
5	8	9	4	7	1	6	2	3
2	3	1	8	9	6	5	4	7
8	9	5	3	1	4	6	7	2
4	6	5	9	5	2	7	1	8
6	5	8	7	4	9	3	1	2
9	2	4	5	3	1	6	8	7
3	1	7	6	8	9	4	2	5

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Uma virose / O Peter, garoto voador das histórias infantis 2. Vigia 3. Aquecer ou acalorar em extremo 4. De má qualidade / O de uma tonelada é 1.000 kg 5. Povos que habitam a maior península da Terra / Ondas Longas 6. Hipertrofia das glândulas da faringe 7. Que não é maciço / Um pronome para mais de uma pessoa 8. Cor vermelha muito viva 9. Orlando Drummond (1919-2021), humorista / O berço de uma antiga raça humana 10. Carne ensopada ou guisada, com legumes e molho abundante / O galã Brad, de "O Curioso Caso de Benjamin Button" 11. Tirar do lugar 12. Que é firme em seus princípios 13. Caminho para carros, motos e bikes / Movimentações das águas dos oceanos.

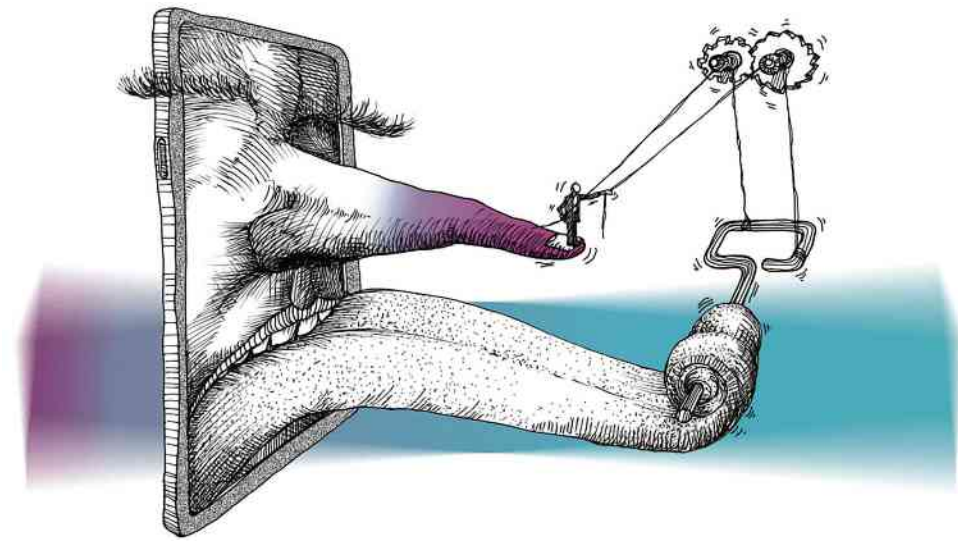
VERTICAIS

1. Parte transparente do ovo / Aparecer à memória ou ao pensamento 2. Grande quantidade de cavidades ou depressões em estrada de rodagem / As letras separadas pelo T 3. Modificador / (Gir.) Moça muito bonita 4. Nome de duas cidades, uma na BA e outra em PE / O Ramos de Oliveira (1930-2002), capitão da seleção bicampeã do mundo de futebol, em 1962 5. Um boleto federal / Uma tecla do PC / O órgão que se extirpa na nefrectomia 6. Erro / (Pop.) Assanhado 7. Placa de trânsito; obriga diminuir a velocidade a zero / Substância ou mistura capaz de deter ou afrouxar determinada transformação química 8. Artificial Intelligence / O habitante da cidade que teve o mesmo destino de Gômorra 9. Importante cidade italiana, capital da Campanha / Em tempo anterior.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
11									
12									
13									

HORIZONTAIS: 1. Covid, Pm, 2. Atalaia, 3. Abrasar, 4. Rm, 5. Pesco, 5. Arábia, 6. Adenóide, 7. Cco, 8. Carmesim, 9. Od, 10. Ragu, 11. Arredar, 12. Estico, 13. Rm, 14. Rm, 15. Pesco, 16. Rm, 17. Rm, 18. Rm, 19. Rm, 20. Rm, 21. Rm, 22. Rm, 23. Rm, 24. Rm, 25. Rm, 26. Rm, 27. Rm, 28. Rm, 29. Rm, 30. Rm, 31. Rm, 32. Rm, 33. Rm, 34. Rm, 35. Rm, 36. Rm, 37. Rm, 38. Rm, 39. Rm, 40. Rm, 41. Rm, 42. Rm, 43. Rm, 44. Rm, 45. Rm, 46. Rm, 47. Rm, 48. Rm, 49. Rm, 50. Rm, 51. Rm, 52. Rm, 53. Rm, 54. Rm, 55. Rm, 56. Rm, 57. Rm, 58. Rm, 59. Rm, 60. Rm, 61. Rm, 62. Rm, 63. Rm, 64. Rm, 65. Rm, 66. Rm, 67. Rm, 68. Rm, 69. Rm, 70. Rm, 71. Rm, 72. Rm, 73. Rm, 74. Rm, 75. Rm, 76. Rm, 77. Rm, 78. Rm, 79. Rm, 80. Rm, 81. Rm, 82. Rm, 83. Rm, 84. Rm, 85. Rm, 86. Rm, 87. Rm, 88. Rm, 89. Rm, 90. Rm, 91. Rm, 92. Rm, 93. Rm, 94. Rm, 95. Rm, 96. Rm, 97. Rm, 98. Rm, 99. Rm, 100. Rm, 101. Rm, 102. Rm, 103. Rm, 104. Rm, 105. Rm, 106. Rm, 107. Rm, 108. Rm, 109. Rm, 110. Rm, 111. Rm, 112. Rm, 113. Rm, 114. Rm, 115. Rm, 116. Rm, 117. Rm, 118. Rm, 119. Rm, 120. Rm, 121. Rm, 122. Rm, 123. Rm, 124. Rm, 125. Rm, 126. Rm, 127. Rm, 128. Rm, 129. Rm, 130. Rm, 131. Rm, 132. Rm, 133. Rm, 134. Rm, 135. Rm, 136. Rm, 137. Rm, 138. Rm, 139. Rm, 140. Rm, 141. Rm, 142. Rm, 143. Rm, 144. Rm, 145. Rm, 146. Rm, 147. Rm, 148. Rm, 149. Rm, 150. Rm, 151. Rm, 152. Rm, 153. Rm, 154. Rm, 155. Rm, 156. Rm, 157. Rm, 158. Rm, 159. Rm, 160. Rm, 161. Rm, 162. Rm, 163. Rm, 164. Rm, 165. Rm, 166. Rm, 167. Rm, 168. Rm, 169. Rm, 170. Rm, 171. Rm, 172. Rm, 173. Rm, 174. Rm, 175. Rm, 176. Rm, 177. Rm, 178. Rm, 179. Rm, 180. Rm, 181. Rm, 182. Rm, 183. Rm, 184. Rm, 185. Rm, 186. Rm, 187. Rm, 188. Rm, 189. Rm, 190. Rm, 191. Rm, 192. Rm, 193. Rm, 194. Rm, 195. Rm, 196. Rm, 197. Rm, 198. Rm, 199. Rm, 200. Rm, 201. Rm, 202. Rm, 203. Rm, 204. Rm, 205. Rm, 206. Rm, 207. Rm, 208. Rm, 209. Rm, 210. Rm, 211. Rm, 212. Rm, 213. Rm, 214. Rm, 215. Rm, 216. Rm, 217. Rm, 218. Rm, 219. Rm, 220. Rm, 221. Rm, 222. Rm, 223. Rm, 224. Rm, 225. Rm, 226. Rm, 227. Rm, 228. Rm, 229. Rm, 230. Rm, 231. Rm, 232. Rm, 233. Rm, 234. Rm, 235. Rm, 236. Rm, 237. Rm, 238. Rm, 239. Rm, 240. Rm, 241. Rm, 242. Rm, 243. Rm, 244. Rm, 245. Rm, 246. Rm, 247. Rm, 248. Rm, 249. Rm, 250. Rm, 251. Rm, 252. Rm, 253. Rm, 254. Rm, 255. Rm, 256. Rm, 257. Rm, 258. Rm, 259. Rm, 260. Rm, 261. Rm, 262. Rm, 263. Rm, 264. Rm, 265. Rm, 266. Rm, 267. Rm, 268. Rm, 269. Rm, 270. Rm, 271. Rm, 272. Rm, 273. Rm, 274. Rm, 275. Rm, 276. Rm, 277. Rm, 278. Rm, 279. Rm, 280. Rm, 281. Rm, 282. Rm, 283. Rm, 284. Rm, 285. Rm, 286. Rm, 287. Rm, 288. Rm, 289. Rm, 290. Rm, 291. Rm, 292. Rm, 293. Rm, 294. Rm, 295. Rm, 296. Rm, 297. Rm, 298. Rm, 299. Rm, 300. Rm, 301. Rm, 302. Rm, 303. Rm, 304. Rm, 305. Rm, 306. Rm, 307. Rm, 308. Rm, 309. Rm, 310. Rm, 311. Rm, 312. Rm, 313. Rm, 314. Rm, 315. Rm, 316. Rm, 317. Rm, 318. Rm, 319. Rm, 320. Rm, 321. Rm, 322. Rm, 323. Rm, 324. Rm, 325. Rm, 326. Rm, 327. Rm, 328. Rm, 329. Rm, 330. Rm, 331. Rm, 332. Rm, 333. Rm, 334. Rm, 335. Rm, 336. Rm, 337. Rm, 338. Rm, 339. Rm, 340. Rm, 341. Rm, 342. Rm, 343. Rm, 344. Rm, 345. Rm, 346. Rm, 347. Rm, 348. Rm, 349. Rm, 350. Rm, 351. Rm, 352. Rm, 353. Rm, 354. Rm, 355. Rm, 356. Rm, 357. Rm, 358. Rm, 359. Rm, 360. Rm, 361. Rm, 362. Rm, 363. Rm, 364. Rm, 365. Rm, 366. Rm, 367. Rm, 368. Rm, 369. Rm, 370. Rm, 371. Rm, 372. Rm, 373. Rm, 374. Rm, 375. Rm, 376. Rm, 377. Rm, 378. Rm, 379. Rm, 380. Rm, 381. Rm, 382. Rm, 383. Rm, 384. Rm, 385. Rm, 386. Rm, 387. Rm, 388. Rm, 389. Rm, 390. Rm, 391. Rm, 392. Rm, 393. Rm, 394. Rm, 395. Rm, 396. Rm, 397. Rm, 398. Rm, 399. Rm, 400. Rm, 401. Rm, 402. Rm, 403. Rm, 404. Rm, 405. Rm, 406. Rm, 407. Rm, 408. Rm, 409. Rm, 410. Rm, 411. Rm, 412. Rm, 413. Rm, 414. Rm, 415. Rm, 416. Rm, 417. Rm, 418. Rm, 419. Rm, 420. Rm, 421. Rm, 422. Rm, 423. Rm, 424. Rm, 425. Rm, 426. Rm, 427. Rm, 428. Rm, 429. Rm, 430. Rm, 431. Rm, 432. Rm, 433. Rm, 434. Rm, 435. Rm, 436. Rm, 437. Rm, 438. Rm, 439. Rm, 440. Rm, 441. Rm, 442. Rm, 443. Rm, 444. Rm, 445. Rm, 446. Rm, 447. Rm, 448. Rm, 449. Rm, 450. Rm, 451. Rm, 452. Rm, 453. Rm, 454. Rm, 455. Rm, 456. Rm, 457. Rm, 458. Rm, 459. Rm, 460. Rm, 461. Rm, 462. Rm, 463. Rm, 464. Rm, 465. Rm, 466. Rm, 467. Rm, 468. Rm, 469. Rm, 470. Rm, 471. Rm, 472. Rm, 473. Rm, 474. Rm, 475. Rm, 476. Rm, 477. Rm, 478. Rm, 479. Rm, 480. Rm, 481. Rm, 482. Rm, 483. Rm, 484. Rm, 485. Rm, 486. Rm, 487. Rm, 488. Rm, 489. Rm, 490. Rm, 491. Rm, 492. Rm, 493. Rm, 494. Rm, 495. Rm, 496. Rm, 497. Rm, 498. Rm, 499. Rm, 500. Rm, 501. Rm, 502. Rm, 503. Rm, 504. Rm, 505. Rm, 506. Rm, 507. Rm, 508. Rm, 509. Rm, 510. Rm, 511. Rm, 512. Rm, 513. Rm, 514. Rm, 515. Rm, 516. Rm, 517. Rm, 518. Rm, 519. Rm, 520. Rm, 521. Rm, 522. Rm, 523. Rm, 524. Rm, 525. Rm, 526. Rm, 527. Rm, 528. Rm, 529. Rm, 530. Rm, 531. Rm, 532. Rm, 533. Rm, 534. Rm, 535. Rm, 536. Rm, 537. Rm, 538. Rm, 539. Rm, 540. Rm, 541. Rm, 542. Rm, 543. Rm, 544. Rm, 545. Rm, 546. Rm, 547. Rm, 548. Rm, 549. Rm, 550. Rm, 551. Rm, 552. Rm, 553. Rm, 554. Rm, 555. Rm, 556. Rm, 557. Rm, 558. Rm, 559. Rm, 560. Rm, 561. Rm, 562. Rm, 563. Rm, 564. Rm, 565. Rm, 566. Rm, 567. Rm, 568. Rm, 569. Rm, 570. Rm, 571. Rm, 572. Rm, 573. Rm, 574. Rm, 575. Rm, 576. Rm, 577. Rm, 578. Rm, 579. Rm, 580. Rm, 581. Rm, 582. Rm, 583. Rm, 584. Rm, 585. Rm, 586. Rm, 587. Rm, 588. Rm, 589. Rm, 590. Rm, 591. Rm, 592. Rm, 593. Rm, 594. Rm, 595. Rm, 596. Rm, 597. Rm, 598. Rm, 599. Rm, 600. Rm, 601. Rm, 602. Rm, 603. Rm, 604. Rm, 605. Rm, 606. Rm, 607. Rm, 608. Rm, 609. Rm, 610. Rm, 611. Rm, 612. Rm, 613. Rm, 614. Rm, 615. Rm, 616. Rm, 617. Rm, 618. Rm, 619. Rm, 620. Rm, 621. Rm, 622. Rm, 623. Rm, 624. Rm, 625. Rm, 626. Rm, 627. Rm, 628. Rm, 629. Rm, 630. Rm, 631. Rm, 632. Rm, 633. Rm, 634. Rm, 635. Rm, 636. Rm, 637. Rm, 638. Rm, 639. Rm, 640. Rm, 641. Rm, 642. Rm, 643. Rm, 644. Rm, 645. Rm, 646. Rm, 647. Rm, 648. Rm, 649. Rm, 650. Rm, 651. Rm, 652. Rm, 653. Rm, 654. Rm, 655. Rm, 656. Rm, 657. Rm, 658. Rm, 659. Rm, 660. Rm, 661. Rm, 662. Rm, 663. Rm, 664. Rm, 665. Rm, 666. Rm, 667. Rm, 668. Rm, 669. Rm, 670. Rm, 671. Rm, 672. Rm, 673. Rm, 674. Rm, 675. Rm, 676. Rm, 677. Rm, 678. Rm, 679. Rm, 680. Rm, 681. Rm, 682. Rm, 683. Rm, 684. Rm, 685. Rm, 686. Rm, 687. Rm, 688. Rm, 689. Rm, 690. Rm, 691. Rm, 692. Rm, 693. Rm, 694. Rm, 695. Rm, 696. Rm, 697. Rm, 698. Rm, 699. Rm, 700. Rm, 701. Rm, 702. Rm, 703. Rm, 704. Rm, 705. Rm, 706. Rm, 707. Rm, 708. Rm, 709. Rm, 710. Rm, 711. Rm, 712. Rm, 713. Rm, 714. Rm, 715. Rm, 716. Rm, 717. Rm, 718. Rm, 719. Rm, 720. Rm, 721. Rm, 722. Rm, 723. Rm, 724. Rm, 725. Rm, 726. Rm, 727. Rm, 728. Rm, 729. Rm, 730. Rm, 731. Rm, 732. Rm, 733. Rm, 734. Rm, 735. Rm, 736. Rm, 737. Rm, 738. Rm, 739. Rm, 740. Rm, 741. Rm, 742. Rm, 743. Rm, 744. Rm, 745. Rm, 746. Rm, 747. Rm, 748. Rm, 749. Rm, 750. Rm, 751. Rm, 752. Rm, 753. Rm, 754. Rm, 755. Rm, 756. Rm, 757. Rm, 758. Rm, 759. Rm, 760. Rm, 761. Rm, 762. Rm, 763. Rm, 764. Rm, 765. Rm, 766. Rm, 767. Rm, 768. Rm, 769. Rm, 770. Rm, 771. Rm, 772. Rm, 773. Rm, 774. Rm, 775. Rm, 776. Rm, 777. Rm, 778. Rm, 779. Rm, 780. Rm, 781. Rm, 782. Rm, 783. Rm, 784. Rm, 785. Rm, 786. Rm, 787. Rm, 788. Rm, 789. Rm, 790. Rm, 791. Rm, 792. Rm, 793. Rm, 794. Rm, 795. Rm, 796. Rm, 797. Rm, 798. Rm, 799. Rm, 800. Rm, 801. Rm, 802. Rm, 803. Rm, 804. Rm, 805. Rm, 806. Rm, 807. Rm, 808. Rm, 809. Rm, 810. Rm, 811. Rm, 812. Rm, 813. Rm, 814. Rm, 815. Rm, 816. Rm, 817. Rm, 818. Rm, 819. Rm, 820. Rm, 821. Rm, 822. Rm, 823. Rm, 824. Rm, 825. Rm, 826. Rm, 827. Rm, 828. Rm, 829. Rm, 830. Rm, 831. Rm, 832. Rm, 833. Rm, 834. Rm, 835. Rm, 836. Rm, 837. Rm, 838. Rm, 839. Rm, 840. Rm, 841. Rm, 842. Rm, 843. Rm, 844. Rm, 845. Rm, 846. Rm, 847. Rm, 848. Rm, 849. Rm, 850. Rm, 851. Rm, 852. Rm, 853. Rm, 854. Rm, 855. Rm, 856. Rm, 857. Rm, 858. Rm, 859. Rm, 860. Rm, 861. Rm, 862. Rm, 863. Rm, 864. Rm, 865. Rm, 866. Rm, 867. Rm, 868. Rm, 869. Rm, 870. Rm, 871. Rm, 872. Rm, 873. Rm, 874. Rm, 875. Rm, 876. Rm, 877. Rm, 878. Rm, 879. Rm, 880. Rm, 881. Rm, 882. Rm, 883. Rm, 884. Rm, 885. Rm, 886. Rm, 887. Rm, 888. Rm, 889. Rm, 890. Rm, 891. Rm, 892. Rm, 893. Rm, 894. Rm, 895. Rm, 896. Rm, 897. Rm, 898. Rm, 899. Rm, 900. Rm, 901. Rm, 902. Rm, 903. Rm, 904. Rm, 905. Rm, 906. Rm, 907. Rm, 908. Rm, 909. Rm, 910. Rm, 911. Rm, 912. Rm, 913. Rm, 914. Rm, 915. Rm, 916. Rm, 917. Rm, 918. Rm, 919. Rm, 920. Rm, 921. Rm, 922. Rm, 923. Rm, 924. Rm, 925. Rm, 926. Rm, 9

ilustrada



Ariel Severino

A Secom e o século

O digital mudou inteiramente a comunicação, só o governo não vê

Wilson Gomes

Professor titular da Universidade Federal da Bahia e autor de 'Crônica de uma Tragédia Anunciada'

Na última visita que fiz a Portugal, ao ouvir a minha declaração de que estava chegando a convite da Universidade da Beira Interior para fazer umas palestras sobre comunicação e política, o funcionário do serviço de imigração do aeroporto de Lisboa brincou: “Ah, professor, bem que o senhor poderia me ajudar aqui. Tenho tantos problemas de comunicação neste posto! E política, então, nem se fala”. Quem não os tem? A crer-se no que vem sendo

noticiado nas últimas semanas, o governo Lula também reconheceu que tem problemas nessa área. A convocação de Sidônio Pereira, o coordenador de comunicação da campanha eleitoral de Lula, para discutir as estratégias da Secom e do Ministério da Saúde é só o ato mais recente do diagnóstico de falha na comunicação governamental. A questão, no entanto, não é apenas ter problemas de comunicação, mas sim o enten-

dimento do que isso significa. É bastante sintomático que, ao pensar em comunicação governamental, a primeira ideia que vem à mente de Lula seja “chamar o marqueteiro”. O diagnóstico de Lula, Rui Costa e vários outros petistas é que o governo está se saindo bem e a situação do país melhorou, mas, como o apoio a Lula e a aprovação ao governo diminuiram, eles presumem que isso se deve à dificuldade em comunicar o que

está sendo feito.

Portanto, profissionais de marketing, publicidade ou assessores de imprensa são a primeira solução que vem à mente quando se trata de “mostrar ao público” o que o governo anda fazendo de bom.

Se esse modelo já fazia água na era da televisão, em plena era digital é que não faz sentido mesmo. O cidadão médio não está mais sentado no sofá da sala, onde mensagens publicitárias transmitidas nos

intervalos comerciais da programação de TV eram absorvidas inadvertidamente. Vinte e cinco anos de intensa transformação digital na forma como consumimos informação e interagimos em ambientes digitais mudaram quase tudo. Quando a propaganda governamental chega ao cidadão, se é que chega, ele já leu, ouviu ou viu centenas de outras mensagens políticas que usará como filtro, inclusive para ignorar o que o governo, sobre o qual já tem uma opinião formada, quer lhe dizer. A ideia de “mostrar ao público” o que governo fez por meio de vídeos de propaganda é tão antiquada quanto ingênua. Especialmente em meio à polarização infernal em que nos encontramos, em que todo mundo já tomou posição e não parece disposto a sair dela. Especialistas tendem a ter uma ideia de comunicação governamental bem diferente dessa. Trata-se de uma atividade estratégica que produz e entrega mensagens consistentes, sim, mas conforme metas bem planejadas, para públicos bem caracterizados, supondo um ambiente politicamente competitivo, plural e hostil. Uma análise de públicos precede tudo. Fazer um vídeo com a mesma mensagem para todos os públicos e achar que a coisa está resolvida é tão tolo quanto imaginar que lulistas, evangélicos conservadores, o agro, antipetistas, pessoas que taparam o nariz, mas votaram em Lula, moradores de territórios dominados por milícias e habitantes do interior de Santa Catarina podem ser convencidos

pelos mesmos argumentos. É preciso dizer coisas distintas para públicos diferentes, mas naturalmente depois de entender o que eles são, a que mensagens seriam sensíveis e por quais meios poderiam ser alcançados. Além disso, a comunicação governamental é parte da comunicação política horizontal que se espalha em ambientes sociais baseados em plataformas e aplicativos. Precisa ser, portanto, também uma ação estratégica articulada e consistente para disputar na esfera pública a interpretação dos fatos do dia, a agenda pública, a imagem do governo, as narrativas predominantes. Mas isso supõe uma infraestrutura de redes de comunicação interpessoal em mídias digitais que leva tempo para ser construída. Assim como supõe permanente análise de redes e análise de sentimentos para identificar os temas da conversa pública, os detratores e apoiadores, as controvérsias principais, as inquietações de cada público. A comunicação governamental hoje supostamente deveria ser baseada em dados —big data— e evidências, ágil para identificar os movimentos da opinião pública e reagir a eles, com um planejamento coerente, entrega segmentada e foco preciso. Mas isso realmente está no radar da comunicação governamental? Duvido muito. Na mente do governo, a Secom deveria ser essencialmente uma assessoria de imprensa combinada com um setor de marketing e propaganda. Como nos tempos dos faraós.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | **QUI. Drauzio Varella**, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti



O escritor Luis Fernando Verissimo em cena do documentário 'Verissimo', de Angelo Defanti, em exibição no festival É Tudo Verdade Divulgação

‘Verissimo’ é sábio ao retratar escritor introspectivo

Vida privada do autor exposta em filme, em exibição no festival É Tudo Verdade, é menos comédia que poesia gentil

CINEMA
Verissimo
★★★★★

Brasil, 2024. Direção: Angelo Defanti. Livre. SP: Qua. (10), às 20h30, no Espaço Itaú Augusta; qui. (11), às 19h30, na Cinemateca Brasileira. RJ: Qua. (10), às 17h30 na Estação Net de Cinema Rio

Walter Porto

“Quando eu falo em público, não sei quem sofre mais, eu ou o público”, brinca Luis Fernando Verissimo numa das cenas do novo documentário sobre ele no É Tudo Verdade. Dá para ver que a declaração é sincera. É como se Deus tivesse despejado tanto, mas tanto carisma na maneira co-

mo o cronista se expressa no papel que sobrou só um pouquinho dessa mesma desenvoltura para o trato ao vivo. Deixemos claro desde já: estamos falando de um dos maiores autores brasileiros vivos, raro artífice de um estilo próprio de humor, raro comediante que brilha ao falar de coisa séria, raríssimo escritor ainda hoje adulado e festejado enquanto anda pelas ruas. Mas como o filme “Verissimo” permite entrever, Verissimo é um péssimo entrevistado. Dá respostas óbvias, recorre a clichês, volta e meia se repete. Faz tudo o que não faz no papel. Conte quantas vezes ele faz a brincadeira “a gente se distrai e quando vê, está fa-

zendo 80 anos” ao longo dos 90 minutos de filme. Quatro. Um documentário erigido em torno do campeão gaúcho da introspecção é um desafio e tanto —contornado com habilidade pelo diretor Angelo Defanti. Principalmente ao reconhecer que a timidez não é problema, mas traço de um personagem curiosíssimo, dono de uma voz destacada que, por milagre ou maldição, só se manifesta por escrito. Há uma cena de gargalhar quando o cronista vê um jogo de futebol na sala de casa e o Inter, seu time do coração, marca um ponto no adversário. E a reação de Verissimo vem em decimais de decibéis: “gol”. Lucia, sua companheira de

língua mais solta, trata de equilibrar a dinâmica familiar que domina o longa afável —e diz que gosta de ouvir o marido falar em eventos porque “é aí que descobre o que ele está pensando sobre o mundo”. Mas esta vida privada é menos comédia que poesia gentil. O filme acompanha os 15 dias que precedem o aniversário de 80 anos de Verissimo —hoje afastado da escrita devido a um AVC sofrido em 2021. O autor está recolhido agora aos 87 anos, mas ali, naquelas imagens de 2016, podemos vê-lo sendo escalado pelos netinhos, acossado por fãs emocionados, celebrado em eventos. Dono de uma paciência extraordinária, ele pouco se

exalta e nunca é rabugento. Nisso o filme encontra um equilíbrio feliz, refletido numa cena já nos primeiros minutos: enquanto a família tem um papo animado sobre política no jardim, o velho Luis Fernando está recluso no seu escritório, e a câmera captura o momento justo em que ele vira o pescoço do escuro para espiar fora da janela. Defanti não força a mão para tornar seu protagonista o que ele não é —toma a sábia decisão de adaptar seu filme a ele. Não o provoca, não fala com ele, não o põe em situações constrangedoras: observa imóvel como seu personagem. É assim que o documentário se permite bater asas:

o cotidiano prosaico de um homem idoso se torna mesmerizante entre o brilho e a monotonia. A presença mais chamativa de todo o filme é o som diegético de um relógio de parede, tic, tac, tic, tac, fazendo os dias passarem sob os dedos do escritor. Numa das frases que o tornaram mestre, Verissimo diz passar seus dias tentando se esquecer da morte. “E espero que ela faça o mesmo comigo.” E este filme parece menos interessado em ser uma eulogia que em capturar uma vida que repousa em compasso lento, discreto, contido em tudo menos na quantidade de amor no qual Luis Fernando Verissimo se vê inundado.

Lula assina MP para reduzir conta de luz e amplia pressão sobre tarifa no futuro

Governo ainda fez mudança de última hora para atender a lobby regional do Congresso

BRASÍLIA O presidente Lula (PT) assinou nesta terça-feira (9) uma MP (medida provisória) com o objetivo de cortar as tarifas de luz no país. A iniciativa, porém, pode levar o consumidor a arcar com custo ainda maior no futuro. O preço da energia, hoje, é uma das principais preocupações de Lula em meio à queda de popularidade identificada em pesquisas de opinião. A iniciativa foi lançada em cerimônia no Planalto. Não houve discurso do presidente.

O texto permite a antecipação de recursos que seriam pagos no futuro pela Eletrobras, privatizada em 2022, à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que custeia subsídios a consumidores e geradores de energia. A MP autoriza usar o dinheiro para baixar a conta de luz. O governo prevê queda entre 3,5% e 5%.

Apesar do alívio a curto prazo, a antecipação reduz o ingresso de recursos na CDE no futuro —o que, sem revisão no tamanho dos subsídios, gera pressão por reajustes mais salgados para bancar a fatura dos próximos anos. Por isso, a MP sofreu resistências dentro do governo.

Uma ala dentro do Executivo disse que a medida pode representar politicamente um “tiro no pé” diante do risco de um aumento na conta de luz nos próximos anos.

Usar os recursos da antecipação da Eletrobras de forma espaçada, para suavizar reajustes tarifários que estão por vir, faria mais sentido na visão de parte dos técnicos e ajudaria a minimizar o impacto sobre a inflação, variável-chave para que o Banco Central continue a cortar a taxa de juros.

Representantes do setor afirmam que a MP, da forma como foi concebida, é o mesmo que pegar um empréstimo para pagar a fatura estourada do cartão de crédito. Lá na frente, a dívida precisará ser quitada com juros.

O ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) reconheceu que será um desafio manter a tarifa mais baixa nos anos seguintes.

“É um desafio que nós não teremos trégua. Vocês [da imprensa] sempre demandando e nós sempre tentando dar respostas, buscando cada vez mais criatividade e vigor na busca de equilibrar”, disse ele em entrevista, quando questionado sobre o risco de alta na conta de luz no futuro.



O presidente Lula (PT) e o ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) durante cerimônia no Planalto

Pedro Ladeira/Folhapress

OMME (Ministério de Minas e Energia) diz que são R\$ 26 bilhões a serem securitizados. Desse total, R\$ 11 bilhões vão quitar prestações de dois empréstimos feitos pelo setor elétrico em momentos de crise.

O primeiro deles é a Conta Covid (que cobriu perdas com a queda no consumo na pandemia), e o segundo, a Conta Escassez Hídrica (que bancou térmicas durante a seca de 2022). Sem a antecipação, esses pagamentos pesariam no bolso do consumidor.

“Vamos corrigir um erro grotesco do governo anterior. Alguém achou uma ótima ideia fazer negócios com juros elevadíssimos e jogar o boleto no colo dos brasileiros e das brasileiras mais pobres e da classe média, que são os consumidores regulados”, afirmou Silveira na cerimônia.

À **Folha** o ministro já havia responsabilizado a gestão Jair Bolsonaro (PL) pelos empréstimos. No evento, ao lado de Lula, reforçou as críticas.

“Mas eles não contavam que o presidente Lula seria novamente eleito pela nossa gente e chegamos aqui para corrigir mais esse erro do desgoverno anterior”, disse ele, para quem os gestores anteriores não pensavam no povo, “mas somente em narrativas de rede social”.

Em um segundo ponto, a MP também prorroga o prazo para que projetos de energias renováveis (eólica, solar e biomassa) ganhem desconto no uso do sistema de transmissão de energia.

O argumento é que o prazo precisa ser ajustado ao cronograma de implantação das linhas de transmissão leiloadas pelo atual governo para o escoamento dessa energia até

os centros de maior consumo.

De acordo com o ministério, a ação foi necessária porque o governo anterior não fez os leilões, o que estaria inviabilizando os investimentos estimados em R\$ 165 bilhões, além de 400 mil empregos.

Técnicos do Executivo e especialistas do setor, porém, dizem que não há demanda para parte desses projetos, que, ainda por cima, estão longe

dos grandes centros.

Por isso, se saírem do papel, vão exercer uma pressão adicional sobre a conta de luz. Como mostrou a **Folha**, o impacto pode ser de R\$ 6 bilhões.

Em um terceiro ponto, a MP autoriza o uso de dinheiro originalmente destinado à redução de custos de geração em áreas da Amazônia Legal para a redução da tarifa de energia elétrica nas áreas beneficiadas por essas verbas.

O objetivo principal é resolver o problema do Amapá, que teria reajuste de 44% na conta de luz —até o momento suspenso. O artigo foi idealizado após um acordo entre Lula, Silveira e o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Esse ponto da MP passou por negociações de última hora, conforme noticiou a **Folha**.

Versão anterior do texto incluía também a possibilidade de redirecionar para a conta os recursos carimbados para outras duas áreas de interesse dos parlamentares: a revitalização do rio São Francisco e da bacia hidrográfica na área de influência da usina de Furnas.

Segundo participantes das negociações, a autorização para redirecionar recursos desses investimentos regionais para a redução de tarifa desagradou ao presidente

do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que é mineiro e já atuou em defesa da preservação de verbas para a região de Furnas em outros momentos.

Ainda que os artigos fossem autorizativos, fazendo com que o uso do dinheiro dependesse de aprovação de comitês, Pacheco transmitiu aos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais) a mensagem de que a MP seria mal recebida no Senado se permitisse a redução dos recursos carimbados para investimentos. O recado foi dado em reunião na segunda (8).

Diante da insatisfação manifestada por Pacheco e com o objetivo de evitar a derrota em votações no Senado, o governo retirou os pontos que afetavam o São Francisco e Furnas e manteve só o trecho que beneficia o Amapá.

Em entrevista, Silveira disse a questão do Amapá é “um problema mais sério e premente” e que a autorização legal busca dar maior segurança jurídica ao redirecionamento dos recursos. Segundo ele, no entanto, há um entendimento da área jurídica do governo de que o MME já teria autonomia para redirecionar o dinheiro dos investimentos para abater a conta de luz “de forma administrativa” mesmo que o conteúdo não esteja na MP.

“A retirada dos outros dois fundos [do alcance da MP] não impede que isso seja autorizado no curto e médio prazo. O que espero é que a gente segure os subsídios e com o maior respeito ao Parlamento, debatendo e dialogando”, afirmou.

Os investimentos nessas regiões foram exigência do Congresso para aprovar a privatização da Eletrobras em 2021, sob Bolsonaro, e estão entre os “jabutis” incluídos na lei para ampliar sua aceitação. Vem daí a sensibilidade de qualquer alteração nesses temas.

O investimento obrigatório a ser realizado pelas concessionárias de energia, segundo a lei aprovada pelo Congresso em 2021, é de R\$ 3,5 bilhões para a bacia dos rios São Francisco e Parnaíba e de R\$ 2,3 bilhões para a região de Furnas. Os valores serão pagos ao longo de dez anos e devem ser corrigidos pela inflação.

A Câmara também tem interesse na manutenção desses investimentos. A cúpula da Casa, no entanto, ainda manifesta resistência à MP. Deputados argumentam que, ao contrário de Pacheco, não foram procurados pelo governo para discutir o texto.

Além disso, o grupo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), costuma se posicionar contra alterações na legislação sobre a privatização da Eletrobras. **Idiana Tomazelli, João Gabriel, Fábio Pupo, Bruno Boghossian, Catia Seabra e Adriana Fernandes Leia mais na coluna Vinícius Torres Freire, na pág. 8**

Subsídio previsto em medida pode aumentar custos em até 7%

Alexa Salomão

SÃO PAULO Texto de difícil compreensão e ações incoerentes. Foram com essas palavras que especialistas de energia definiram a MP (medida provisória) que o governo assinou nesta terça-feira (9) em cerimônia no Palácio do Planalto, anunciada como alternativa para reduzir a tarifa e promover energia verde.

O resultado é um alívio momentâneo no preço, entre 3,5% e 5%, segundo a gestão Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas que gerará a prorrogação de subsídios para empresas que não precisam e o aumento da conta de luz, a partir de 2029, em no mínimo 7%, segundo cálculos privados.

“É preciso uma pedra de roseta para decifrar a MP”, afirmou Jerson Kelman, ex-diretor-geral da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em referência ao objeto

que possibilitou a tradução dos hieróglifos egípcios.

“Qual será o aporte para a modicidade tarifária, quem fará o cálculo? Suponho que a Aneel. Talvez esteja dito na MP, mas é preciso um trabalho de detetive para decifrar”, disse Kelman, que também é colunista da **Folha**.

Na cerimônia, não se falou em detalhes técnicos ou números, mas a dinâmica proposta na MP para a redução do preço da energia, vista no conjunto, não tem vantagem para o consumidor no longo prazo, dizem especialistas.

O ponto mais controverso foi a prorrogação dos subsídios ao setor de energia renovável no uso de linhas de transmissão. Já há lei determinando o fim do benefício, porque as empresas são lucrativas e não precisam dele.

No entanto, há forte pressão dos estados do Nordeste, onde se concentram par-

ques solares e eólicos, pela prorrogação.

Um estudo sobre o efeito dos subsídios, realizado pela consultoria PSR, avaliou que, se a extensão do desconto na transmissão fosse autorizada para 63,8 GW de renováveis, o custo anual, a partir da entrega dos projetos em 2029, elevaria o custo da conta de luz em R\$ 4,5 bilhões ao ano pelo prazo que durasse a concessão —isso representaria aumento de 2,3% na conta de luz.

O ex-diretor da Aneel Edval-

do Santana buscou os dados e identificou que ao menos 90 GW em projetos de renováveis estariam aptos a reivindicar a prorrogação do subsídio. Nesse caso, por suas estimativas, o adicional ficaria entre R\$ 17 bilhões e R\$ 19 bilhões.

Esse montante, por baixo, elevaria a conta de luz em 7%. “Até vão conseguir agora uma redução pequena com as medidas, mas eu fico chateado porque estão contraindo um aumento, e é logo ali, em 2029”, afirmou à **Folha**.

“

Até vão conseguir agora uma redução pequena com as medidas, mas eu fico chateado porque estão contratando um aumento, e é logo ali, em 2029

Edvaldo Santana
ex-diretor da Aneel

mercado

PAINEL S.A. | [Julio Wiziack](#)
painelsa@grupofolha.com.br

R\$ 1 milhão por dia

Sob pressão pelo cargo, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, tenta convencer a ministra Marina Silva (Meio Ambiente) a interferir junto ao Ibama pela liberação da licença ambiental de um bloco de petróleo e gás no litoral do Amapá na foz do rio Amazonas. Pessoas que participam das discussões afirmam que não será possível retornar com a sonda de perfuração, caso a decisão do órgão não saia até o fim de abril.

DESVIO A petroleira decidiu deslocar o equipamento para o Sudeste se não houver resposta a tempo. Isso evita-
rá um gasto diário, e em vão, de R\$ 1 milhão com o aluguel.

PARADA Marina Silva foi co-
brada por Prates sobre esse im-
passe no fim de março. A

conversa ocorreu durante o almoço oferecido ao presiden-
te da França, Emmanuel Ma-
cron. A ministra se mostrou
solicita, mas, segundo asses-
sores do Planalto, sua inércia
é avaliada como engajamento
contra a exploração na área.

AUTONOMIA Consultado, o
ministério disse que “o licen-
ciamento ambiental em cur-
so é competência do Ibama,
que atua de forma indepen-
dente.” Em janeiro, o institu-
to se manifestou em um re-
latório e informou que os li-
cenciamentos para produção
de óleo e gás se dão quando a
descoberta já é uma realidade.

CHEGA! O presidente do Tri-
bunal de Contas da União,
Bruno Dantas, não quer que
a corte atue mais como se fos-
se uma agência reguladora em
processos de supostos danos
ao erário causados por transa-
ções no mercado financeiro.

METAMORFOSE A decisão
ocorre após o arquivamen-
to, nesta terça (9), de três pro-
cessos envolvendo emprésti-
mos do BNDES investigados
pela Lava Jato. No passado,
o TCU fez questão de fisca-
lizá-los. Por isso, Dantas cri-
ou um grupo de trabalho que
terá três meses para apresen-
tar uma proposta de atuação.

TIROTEIO Sob ataque do cen-
trão, a ministra da Saúde, Ní-
sia Trindade, entrou na mira
do TCU. Um processo relatado
pelo ministro Augusto Nardes
vai avaliar se a pasta poderia
ter distribuído por sua conta
R\$ 214 milhões em emendas
não impositivas. A represen-
tação ao tribunal foi feita pe-
la deputada Carla Zambelli
(PL-SP) e outros parlamenta-
res. Para a Saúde, não houve
irregularidades nos repasses.

TURMA DO TRI Os supermerca-
dos romperam a barreira de
R\$ 1 trilhão em faturamento
no ano passado, o correspon-
dente a 9,2% do PIB, segundo

a Abras, que representa o se-
tor. O Carrefour segue na li-
derança com R\$ 115,5 bilhões
em vendas. É seguido por As-
saí (R\$ 72,8 bilhões) e Grupo
Mateus (R\$ 30,2 bilhões).

QUERO VER A Justiça de São
Paulo decidiu que Michael
Klein terá de apresentar os
documentos que atestam as
doações do pai, Samuel, aos
filhos, que disputam a heran-
ça do fundador da Casas Ba-
hia morto em 2014. Michael é
o inventariante e Saul foi à Jus-
tiça para ter acesso às trans-
ferências feitas pelo pai. Ele
acha que recebeu a menos.
Os irmãos não comentaram.

com Diego Felix

Só 0,5% do orçamento da Aneel
foi para a fiscalização em 2023

Pessoas ligadas ao setor citam poucos servidores, política e falta de atualização

AGÊNCIAS
REGULATÓRIAS

Lucas Marchesini
e Fábio Pupo

BRASÍLIA Os problemas recor-
rentes de fornecimento de
energia na cidade de São Pau-
lo têm levantado discussões
sobre a eficácia da regulação
e da fiscalização do setor no
Brasil, tarefas que nacional-
mente ficam sob responsabi-
lidade da Aneel (Agência Na-
cional de Energia Elétrica).

Levantamentos feitos ao
longo dos últimos anos por
órgãos como a CGU (Contro-
ladoria-Geral da União) apon-
tam a necessidade de uma sé-
rie de aperfeiçoamentos para
que a capacidade do órgão se-
ja fortalecida. Entre eles es-
tão a melhora do orçamen-
to, que em 2023 só destinou
0,5% dos recursos para fisca-
lização, e aumento no núme-
ro de servidores —que vem ca-
indo de forma contínua des-
de 2014, de 730 naquele ano
para 558 em 2024.

Um dos relatórios da CGU,
feito em parceria com o Es-
critório das Nações Unidas
de Serviços para Projetos
(Unops) em 2020 e intitula-
do “Projeto de Avaliação da
Capacidade Institucional para
a Regulação”, destaca ainda
o orçamento da Aneel como
um dos entraves para a fisca-
lização de empresas e o co-
reto funcionamento do ser-
viço de teleatendimento aos
consumidores.

Em 2023, a agência teve um
orçamento de quase R\$ 5,1 bi-
lhões. Desse total, R\$ 1,9 bi-
lhão para a Conta de Desen-
volvimento Energético, R\$ 1,8
bilhão para a compensação
de uso de recursos hídricos e
R\$ 1,1 bilhão para o pagamen-
to da cota-parte da compensa-
ção pela usina de Itaipu.

Ou seja, 92% do total repre-
sentam pagamentos que não
contribuem diretamente para
as atividades de regulação
da Aneel

Dos R\$ 329 milhões restan-
tes, R\$ 168 milhões vão para
o pagamento dos salários
dos servidores e R\$ 54,9 mi-
lhões para gastos de admi-
nistração da agência regula-
dora. Só R\$ 23,6 milhões fo-
ram para a ação orçamentá-
ria de fiscalização do setor (ou
0,5% do total).

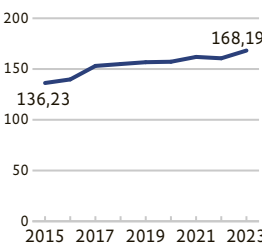
Enquanto isso, os autos de
infração feitos pela agência
têm caído desde 2021. Naquele
ano foram 214, contra 157 em
2022 e 72 em 2023. A agência
tem adotado uma política de
negociação com as empre-
sas, em vez da multa, por en-
tender que o processo é me-
nos conflituoso e mais eficaz.

Uma das apurações que a
Aneel precisa fazer agora diz

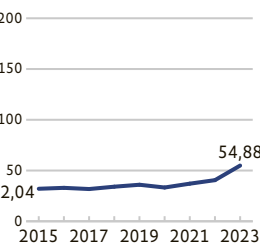
Orçamento da Aneel por ano sem o pagamento de compensações da União

Em R\$ milhões

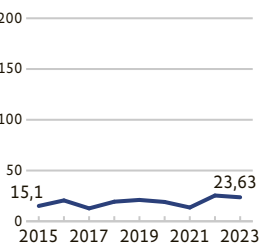
Servidores ativos



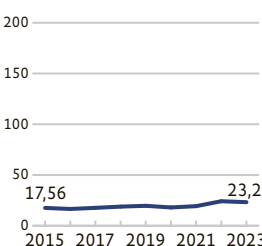
Administração



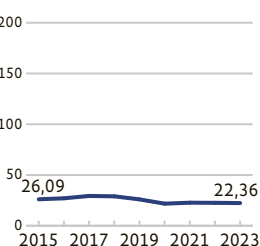
Fiscalização dos serviços
de energia elétrica



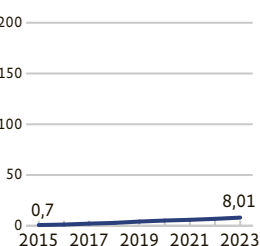
Ouvidoria da Aneel



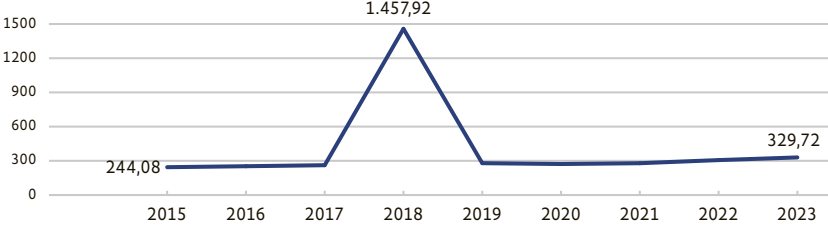
Contribuição para o
regime de previdência



Aposentadorias

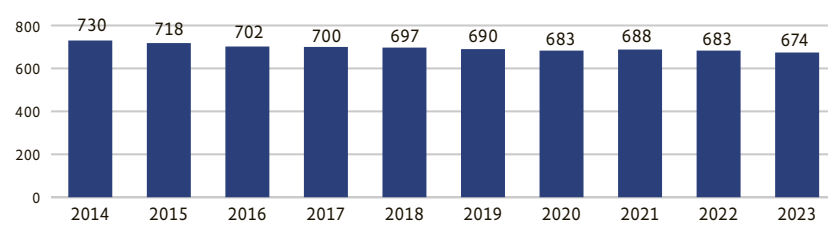


Total geral



Fonte: Siga Brasil

Número de servidores na Aneel



Fonte: Paineel Estatístico de Pessoal



Série aborda
atuação das agências
reguladoras federais

A **Folha** inicia série sobre
a atuação das agências
reguladoras federais.
Serão 11 reportagens para
traçar um raio-X dessas
instituições na regulação
e supervisão de setores
como energia, petróleo,
planos de saúde, vigilância
sanitária, transportes,
mineração, águas, aviação
civil e áudio visual



Por dentro da Aneel

O QUE É

Autarquia vinculada ao
Ministério de Minas e
Energia, criada para regular
o setor elétrico brasileiro
(incluindo geração,
transmissão, distribuição
e comercialização)

ATRIBUIÇÕES

Regular o setor, fiscalizar
empresas diretamente
ou mediante convênios
com órgão estaduais,
estabelecer tarifas, dirimir
divergências entre empresas
e consumidores, além
de outorgar concessões,
permissões e autorizações
de empreendimentos
de energia

criação

1996, durante o governo de
Fernando Henrique Cardoso

ORÇAMENTO

R\$ 5,1 bilhões (2023)

SERVIDORES

558

DIRETORES

• **Sandoval Feitosa**, diretor-
geral (mandato até 13
de agosto de 2027)

• **Hélvio Neves Guerra**
(mandato até 24 de
maio de 2024)

• **Ricardo Lavorato**
Tili (mandato até 24
de maio de 2025)

• **Fernando Luiz Mosna**
Ferreira da Silva (mandato
até 13 de agosto de 2026)

• **Agnes Maria de Aragão**
da Costa (mandato até 2
de dezembro de 2028)

Ele diz que o corpo técnico
é o maior patrimônio do
órgão e que as agências regula-
doras são grandes geradoras
de recursos aos cofres públi-
cos. “Estão tentando econo-
mizar onde não faz sentido. É
uma economia que não é rati-
onal, não tem lógica”, afirma.

Entre especialistas da área
de energia, são levantadas
ainda outras fragilidades na
agência. É comentado em ca-
ráter reservado que a Aneel
tem um corpo técnico forte,
mas com uma cúpula conta-
minada por interesses políti-
cos e empresariais.

Um ex-ministro ouvido pela
Folha afirma que o processo
de captura já começa no pro-
cesso de escolha dos diretores,
muitas vezes por indicação do
Congresso, e que a situação
se agrava porque o setor de
energia é complexo e domi-
nado por lobbies bem estru-
turados. Por isso, a avaliação
é de que o essencial seria es-
colher diretores com compe-
tência técnica e que tenham
como missão fundamental fa-
zer as melhores escolhas para
o consumidor.

Procurada, a Aneel não se
manifestou até a publicação
deste texto.

Joisa Dutra, diretora do Cen-
tro de Regulação em Infraes-
trutura da Fundação Getú-
lio Vargas (FGV Ceri) e ex-di-
retora da Aneel, afirma que a
agência funciona e que não
tem evidências de que o pa-

pel dela esteja ligado aos pro-
blemas em São Paulo. Ela afir-
ma que a Aneel tem um acor-
do em São Paulo para parte da
fiscalização do setor com a Ar-
sesp (Agência Reguladora de
Serviços Públicos do Estado
de São Paulo), vista por Du-
tra como um órgão com tra-
dição e experiência.

Por outro lado, ela afirma
que análises feitas por ela so-
bre o setor têm apontado a
necessidade de revisão dos
instrumentos legais de regu-
lação. “Existe uma transfor-
mação em curso no setor, que
tem se tornado mais comple-
xo, com mais participantes e
com aumento da frequência
da severidade de eventos cli-
máticos extremos. É claro que
um setor mais complexo e su-
jeito a mais riscos precisa de
atualização”, diz.

“Uma regulação preparada
para esses tempos que deman-
dam resiliência. Tem que ge-
rar incentivos para que as em-
presas invistam para torna-
rem mais robustas suas redes
e sua infraestrutura para en-
frentar esses eventos”, afirma.



Fachada da sede da Aneel (Agência Nacional
de Energia Elétrica), em Brasília

Divulgação

Banco alerta para bomba-relógio em concessões de energia

UBS aponta risco regulatório e de intervenção política e também de perdas para investidores em distribuidoras

Alexa Salomão

SÃO PAULO Tic tac boom. A frase, que reproduz o som de uma bomba-relógio, foi título em um relatório do banco suíço UBS divulgado a investidores. O texto alerta para o aumento dos riscos regulatórios e políticos para as distribuidoras de energia no Brasil. Há 34 empresas de energia listadas na B3, a Bolsa brasileira, das quais 7 são grupos que controlam distribuidoras e cujas ações constam de fundos que movimentam bilhões de reais. O relatório, distribuído em nível global, chamou a atenção pelo tom crítico.

O texto enviado na segunda (7) relembra que os investidores buscam ações de distribuidoras de energia porque têm fluxo de caixa estável e atuam em um segmento com estabilidade regulatória nos anos recentes. Mas avalia que o ambiente está se deteriorando rapidamente no Brasil. “Na nossa opinião, o recente fluxo de notícias no setor dos serviços públicos levantou uma bandeira amarela”, destaca o relatório. “Existe um maior risco de interferência política no setor.” O texto cita dois acontecimentos como sinalizadores da piora no ambiente: o con-

gelamento da tarifa de energia do Amapá e o persistente movimento de aumento de subsídios na tarifa de energia promovido pelo Congresso. No primeiro caso, o congelamento foi ratificado por três votos a dois em reunião sobre o tema na Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). A decisão surpreendeu o mercado. O aumento previsto era de 44%. A área técnica a Aneel avaliou que poderia ser 35%. Ninguém esperava zero. No dia seguinte, o cenário piorou. Em vídeo nas redes sociais, o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) disse que o congelamento era fru-

to de negociação com os ministros Alexandre Silveira (Minas e Energia) e Waldez Góes (Desenvolvimento Regional), o que foi visto pelo mercado como interferência do governo no órgão regulador. “Diante do que aconteceu no Amapá, levantamos preocupações sobre as concessionárias de energia que atuam em estados com menor renda per capita, onde os consumidores são muito mais sensíveis aos reajustes tarifários de energia”, diz o relatório, destacando que as empresas sob maior risco são Equatorial, Neoenergia e Energisa, que atuam nessa áreas. A análise se estendeu para os efeitos da interferência política no processo maior, a renovação das concessões de distribuição de energia, que vai afetar 19 empresas do setor de 2026 a 2031. As regras já deveriam ter sido anunciadas, mas estão ainda em suspenso. Com o aumento do risco regulatório e político, os analistas do UBS temem que as empresas que estão no ciclo de renovação também possam ser impactadas. “A infeliz notícia é que esta saga provavelmente terá novos episódios. Por exemplo,

ainda há incertezas quanto à renovação das concessões de distribuição de energia”, afirma o relatório. “Se os órgãos reguladores responsáveis pela aplicação das regras contratuais optarem por adiar os ajustes, poderiam levar a problemas de fluxo de caixa para concessões. Em última análise, estas decisões recentes poderão levar a uma maior instabilidade regulatória.” No caso das interferências do Congresso no setor de

energia, o relatório usa certa ironia para destacar que o Brasil conseguiu um feito único: ter as tarifas mais elevadas do mundo, apesar de sua energia ser barata. O texto diz que as teorias econômicas sobre efeitos dos desequilíbrios de oferta e demanda são conhecidos há séculos. Cita que até a “A Riqueza das Nações”, publicado em 1776, por Adam Smith, investigou o fenômeno e identificou que os mercados se ajustam. Se houver um excesso de oferta de um produto em relação à procura, os preços tendem a diminuir até que a demanda corresponda à oferta. Por outro lado, se houver escassez de um produto em relação à demanda, os preços tendem a subir, incentivando a produção. “O setor elétrico brasileiro conseguiu a façanha de criar um cenário onde há excesso de oferta de energia, mas algumas das tarifas mais elevadas do mundo”, destaca o texto. “Nossa visão é que esta distorção resulta de subsídios excessivos, políticas de expansão da matriz energética longe dos centros de carga [consumo], instabilidade política e regulatória, além de atrasos na resolução das distorções.”

O recente fluxo de notícias no setor dos serviços públicos levantou uma bandeira amarela. Existe maior risco de interferência política no setor

UBS em relatório distribuído a investidores em nível global



Passagem conhecida como Avenida Brasil no navio-plataforma P-71, instalado no campo de Itapu, na bacia de Santos, a 200 km da costa do Rio de Janeiro Tânia Régio - 28.set.23/Agência Brasil

Petrobras anuncia segunda descoberta de petróleo na margem equatorial brasileira

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A Petrobras informou nesta terça (9) que encontrou uma acumulação de petróleo em águas ultraprofundas na bacia Potiguar, na margem equatorial brasileira. É a segunda descoberta neste ano na região, alvo de embate entre as áreas energética e ambiental do governo. Foi a primeira vez que a estatal encontrou na região reservatórios semelhantes aos das descobertas gigantes da Guiana e do Suriname, o que deve reforçar a pressão pela liberação de licenças ambientais na área. Batizado de Anhangá, o poço da segunda descoberta foi perfurado perto da divisa entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, a 190 quilômetros de Fortaleza e a 24 quilômetros da primeira descoberta, Pitu Oeste. A descoberta é inédita na região por ter sido feita em um tipo de reservatório chamado turbidítico. “É isso que estamos esperando na margem equatorial”, disse o geó-

logo Pedro Zalán, que fez carreira na estatal. Para ele, o resultado reforça indícios de que reservas gigantes como as dos países vizinhos podem ser encontradas em bacias como Barreirinhas e Foz do Amazonas, para cuja exploração a Petrobras já ouviu negativas do Ibama (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis). A estatal disse em nota que as descobertas ainda demandam avaliações de viabilidade econômica. E voltou a defender a busca por petróleo na região, alvo de críticas também de organizações ambientalistas pelos compromissos de redução dos combustíveis fósseis. “As atividades exploratórias na margem equatorial apresentam mais um passo no compromisso da Petrobras em buscar a reposição de reservas e o desenvolvimento de novas fronteiras exploratórias que assegurem o atendimento à demanda global de energia durante a transição energética”, disse.

No texto, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, disse que a empresa tem histórico de quase 3.000 poços perfurados em águas profundas ou ultraprofundas, sem impacto ao meio ambiente, o que a habilita “a abrir novas fronteiras e lidar com total segurança suas operações na margem equatorial”. Alíquota ambiental para os dois poços na bacia Potiguar foi emitida pelo Ibama no fim de 2023, levando a Petrobras a rever o planejamento e enviar para a região a sonda de perfuração que seria usada no bloco 59 da bacia da Foz do Amazonas, no litoral do Amapá. Mas a empresa mantém esperança de mudar a posição do Ibama sobre o bloco, considerado pelo setor de petróleo um teste importante para avaliar se o Brasil tem potencial para encontrar na região reservas gigantes como as encontradas em países vizinhos. “O sucesso exploratório na Guiana e no Suriname corrobora a importância de a Petrobras continuar sua campanha

nas bacias da margem equatorial brasileira, conforme previsto no seu Plano Estratégico 2024-2028”, diz o comunicado. O plano prevê US\$ 3,1 bilhões (cerca de R\$ 15 bilhões) para a exploração da margem equatorial, com a previsão de 16 poços na região. O texto distribuído pela empresa reforça o argumento de que o Brasil precisa de novas reservas para não se tornar importador de petróleo. “Daí a importância da diversificação energética, garantindo tanto a oferta de petróleo, como também investimentos em novas energias de baixo carbono”, diz. A descoberta é anunciada em meio à fritura do presidente da estatal, Jean Paul Prates, que vive um embate com os ministérios de Minas e Energia e da Casa Civil. Na semana passada, rumores sobre sua demissão ganharam força após entrevista do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, à Folha. Embora tenha sondado o presidente do BNDES (Ban-

co Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Aloizio Mercadante para presidir a estatal, o presidente Lula (PT) ainda não falou publicamente sobre o caso.

Silveira pede paz e acena a Prates após fritura do executivo

BRÁSILIA O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou nesta terça (9) ter carinho, respeito e admiração pelo presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, após ter reconhecido à Folha haver um conflito “salutar” entre a atuação dos dois. Desde o início da crise, a empresa oscilou bilhões de reais em valor de mercado, aumentando a insegurança dos investidores. O ministro afirmou que a possibilidade de Prates deixar seu cargo é especulação, e pediu que a estatal tenha paz para crescer. “Que a Petrobras tenha um pouco de paz para continuar ganhando valor de mercado, aumentando seu potencial para poder gerar emprego renda”, afirmou Silveira. A saída de Prates da Petro-

bras é ventilada há meses, mas foi intensificada após entrevista de Silveira à Folha. O titular da pasta reconhece haver conflito entre seu papel e o do presidente da Petrobras —embora tenha acrescentado que vê a divergência como salutar, não pessoal—, disse não abrir mão de sua autoridade nas discussões, evitou avaliar o trabalho do presidente da empresa e culpou o executivo pelo ruído no caso dos dividendos. “Fiz minha manifestação espontânea sobre minhas posições”, disse nesta terça, sobre a entrevista à Folha. “De lá para cá, foram todas especulações. Cargo de presidente da Petrobras é do [guarda-chuva] presidente da República. Tenho o mais profundo respeito e admiração pelo trabalho que desenvolveu como parlamentar o Jean Paul [Prates], profundo carinho e respeito pelo ser humano que ele é”, concluiu. Os dois foram colegas no Senado. A declaração se deu após evento no qual Lula (PT) assinou uma medida provisória para antecipar recursos da privatização da Eletrobras com objetivo de reduzir a conta de luz. Fábio Pupo, João Gabriel e Marianna Holanda

mercado **folha em defesa da energia limpa**

Sopro de otimismo na transição para as energias limpas

Principal conferência global de energia traz boas novas para quem sonha com a descarbonização no planeta

Ricardo Mussa

Engenheiro de produção, é CEO na Raizen desde 2020 e lidera a força-tarefa de transição energética e clima do B2o Brasil

Quem é contra a transição energética?

Pode parecer estranho, mas esse não era um tema de consenso há bem pouco tempo. A boa notícia: o cenário, finalmente, parece que mudou.

É o que ficou claro na principal conferência global de energia, a CeraWeek2024, realizada em Houston, no Texas (EUA), em março.

Tive a oportunidade de acompanhar o evento, e o que vi me deixou entusiasmado. As maiores empresas de energia

do mundo, tanto de gigantes do setor de óleo e gás como de grandes marcas focadas em tecnologias renováveis, enfim, parecem alinhadas com a visão de que o mundo precisa incorporar, cada vez mais, as energias limpas.

Melhor: a abordagem saiu das posições outrora mais defensivas para uma perspectiva de integração. Há uma visão bastante assentada de que, mesmo os combustíveis fósseis ainda sendo necessários num futuro próximo, o mundo efeti-

vamente precisa dar essa guinada. Como? A partir do diálogo.

Um exemplo desse avanço é uma fala categórica do vice-presidente sênior de transição energética do Fundo de Defesa Ambiental (EDF), Mark Brownstein: “Há 20 anos não era possível conversar aqui sobre as alterações climáticas. Ponto final”, declarou o executivo ao portal Vox.

Todas as palestras apontaram para a transição energética, em direção à gestão de carbono, eficiência e tecnologia

limpa, e uma posição marcante partiu da secretária de Energia dos EUA, Jennifer Granholm.

Ela disse que, mesmo sendo seu país o maior produtor de petróleo e gás do mundo, é necessário avançar com as energias renováveis. E mais: indústria e governo devem trabalhar juntos nessa direção. “Essas verdades não estão em conflito”, exclamou Granholm, afirmando que consumidores, comunidades e investidores estão pedindo mudanças. “Temos o poder de gerir essa transição

de forma responsável”, acrescentou.

O mais animador é perceber que o Brasil, conhecido por ter uma matriz elétrica destacadamente renovável, vem sendo observado —e ouvido— mundialmente como uma referência global também pelas perspectivas de limpar a matriz de transportes, via biometano, etanol de segunda geração (E2G), com o combustível sustentável para a aviação (SAF, na sigla em inglês) e navegação (biobunker), ou a própria eletrificação, que também vem ganhando espaço no país, com a chegada de novos fabricantes e o aumento da rede de abastecimento.

Os biocombustíveis, naturalmente, são parte da transição. E vender expertise representa mais uma oportunidade para o Brasil. Mais do que a matéria-prima, o que o mundo mais precisa é o desenvolvimento de um mix de soluções limpas competitivas. E uma das conclusões da CeraWeek é que a indústria de óleo e gás é uma das que mais têm recursos para investir em tecnologia.

Qual é o grande desafio, então?

Um deles foi destacado pelo empresário e filantropo Bill Gates, fundador da Microsoft e presidente do conselho de administração da Breakthrough Energy initiative, criada para investir em cem companhias dedicadas ao desenvolvimento de tecnologia para transição energética. Em sua apresentação, Gates explicou que os investidores precisam de uma melhor noção do custo e da eficiência das novas tecnologias de transição. É isso que vai dar segurança para atrair mais recursos.

Mas importante: as tecnologias ainda precisam ser acessíveis para a maioria das pessoas em todo o mundo —afinal, é nos países em desenvolvimento em que está o maior potencial de expansão de demanda energética.

Em suma: as melhores estratégias de energia limpa, as que vão ajudar a descarbonizar o planeta, são as viáveis, competitivas e, acima de tudo, para todos.



Divulgação

Transição para elétrico será longa no Brasil, diz presidente da Renault

Ricardo Gondo afirma que diferentes tecnologias irão conviver; montadora desenvolve motorização híbrida flex

ENTREVISTA
RICARDO GONDO

Eduardo Sodré

GRAMADO (RS) A frase escolhida pela Renault para lançar o SUV compacto Kadian é “A mudança que muda tudo”.

Nas entrelinhas, a montadora de origem francesa diz que carros rústicos e pouco rentáveis, como Sandro e Logan, são passado. Para o futuro, a chegada de modelos híbridos flex já está confirmada.

Em entrevista à **Folha**, Ricardo Gondo, presidente da fabricante no Brasil, fala sobre o novo momento da empresa, o programa do governo para a indústria automotiva, a concorrência com marcas chinesas e o desenvolvimento de veículos eletrificados.

*

A Renault está lançando novos produtos em meio a mudanças na legislação ambiental, que exigem aportes mais altos. Qual a expectativa da montadora para reaver o que está sendo investido? O mais importante é ter as regras do jogo claras. Já fizemos as adequações dos carros à sétima

fase do Proconve [Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores], que começou em 2022.

Teremos a fase 8, e sabemos tudo o que precisamos fazer ano a ano. Portanto, acho que a primeira coisa é ter previsibilidade, e isso permite fazer investimentos para atender temas regulatórios.

O segundo ponto é o investimento que fazemos em novos produtos. Para o ciclo entre 2021 e 2025, a Renault já anunciou R\$ 5,1 bilhões.

Um dos lançamentos é o Kadian, com investimento em nova plataforma, novo motor e novo carro que é fabricado aqui no Brasil [em São José dos Pinhais, Paraná].

Essa plataforma vai dar origem a modelos híbridos e elétricos? Sim, é exatamente isso quando falamos de flexibilidade. É uma plataforma que permite ter distâncias entre os eixos diferentes, de 2,6 a 3 metros, e, portanto, possibilita carros de tamanhos diferentes, entre 4 e 5 metros. É possível também ter motores distintos, desde térmicos até eletrificados.

Essa flexibilidade nos per-

mite oferecer automóveis que atendem não só à demanda de mercado mas também a todos os temas regulatórios que mudarão nos próximos anos aqui no Brasil.

A Renault pretende produzir modelos 100% elétricos no Brasil ou vai oferecê-los apenas como importados? Nossa visão é que o mercado está indo na direção dos veículos elétricos. Mas acho que a grande dúvida ou discussão que se tem hoje é: quanto tempo levará esse futuro?

Quando analisamos o que está acontecendo na Europa, por exemplo, vemos que a comercialização de veículos elétricos começou em 2012, e a transição vai até 2035.

Se pegarmos dados de 2023 na Europa, metade das vendas ainda é de veículos 100% a combustão interna. A outra metade se divide entre 33% híbridos e 17% elétricos. Acreditamos que, aqui no Brasil, essa transição também vai ser longa e ocorrerá por meio dos veículos híbridos flex.

Muitas vezes se diz que é ou um ou outro, mas não. Vemos todas as tecnologias convivendo ao mesmo tempo, isso vai

Ricardo Gondo, 54 Presidente da Renault do Brasil, está na montadora desde 1996. Ocupou o cargo de presidente da empresa para Espanha e Portugal entre 2013 e 2016. Engenheiro mecânico formado pelo Instituto Mauá de Tecnologia, tem pós-graduação em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas

acontecer também no Brasil.

Não tenho dúvida de que a primeira tecnologia que já está chegando e que vai acelerar é a hibridização. Em seguida, virão os elétricos, em razão da demanda e do volume de escala, e tudo junto com o desenvolvimento de fornecedores, com quem é preciso trabalhar para ter componentes e desenvolver uma plataforma, um veículo 100% elétrico produzido no Brasil.

Um dos problemas do setor automotivo no Brasil foi justamente a redução do número de fornecedores por causa das crises recentes e da pandemia de Covid-19. Hoje, com a necessidade de novos componentes, o parque industrial precisa de retomada? O Brasil tem um parque potente de fornecedores. Nós, na Renault, estamos sempre trabalhando com os fornecedores para aumentar o nosso índice de integração local, ou seja, fornecedores que produzem aqui. É um trabalho contínuo.

Quando falamos de eletrificação, falamos com grandes fornecedores globais da indústria, que, sem dúvida, têm capacidade para desenvolver e fornecer aqui no Brasil.

Como o sr. avalia o programa Mover? Quando comparamos com o último programa, o Rota 2030, vemos que o Mover é bastante positivo. Está incentivando a indústria no desenvolvimento de tecnologias para veículos mais sustentáveis.

As regras ainda não estão totalmente definidas, estão em discussão, mas a Renault vê de forma bastante positiva.

No governo, a maioria dos temas ligados à transição energética está sob responsabilidade do Ministério da Economia, não do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Como o setor vê essa configuração? O Mover saiu no fim do ano passado, há toda uma agenda de neointustrialização, com programas de crédito para a indústria via BNDES. São pontos positivos e que demonstram que a indústria, via Anfavea [associação das montadoras], está trabalhando bem com o governo brasileiro.

O que falta agora é definir as regras que devem ser publicadas nos próximos meses, mas estamos vendo que toda a indústria automobilística, não só a Renault, está anunciando grandes investimentos no Brasil, e esse é um ponto positivo.

É um segmento que lidera a inovação, que paga salários maiores do que a média e emprega muita gente.

A chegada das marcas chine-

sas de forma competitiva ao mercado nacional preocupa a Renault? A competição é sempre saudável para toda a indústria, porque todos têm de avançar rapidamente para serem mais eficientes. São mais competidores que estão chegando, e temos de nos adaptar a esse novo mercado, a essa transformação.

Um dos grandes problemas no setor automotivo é a disponibilidade de crédito. Isso tem atrapalhado os planos da montadora? O mercado de automóveis, historicamente, sempre dependeu do crédito para o cliente. Alguns dados históricos: antes, 30% dos clientes compravam à vista, enquanto 70% sempre buscavam financiamento no mercado.

Nos últimos cinco anos, essa proporção se inverteu. Isso se deve a vários fatores, não só ao poder de compra dos consumidores. Houve também o aumento da taxa Selic, que chegou a 13,75%, mas agora está baixando. Essa redução da taxa básica de juros vai ajudar no financiamento para o cliente final.

No caso da Renault, já nos últimos meses, as compras financiadas representaram 60% das vendas. Sentimos que há disponibilidade de crédito, e acho que sempre teve. O que está ocorrendo agora é uma taxa menor, com inadimplência sob controle.

Os bancos estão aprovando mais financiamentos para os clientes, a proporção está quase no nível pré-pandemia. O Kwid é o carro que, proporcionalmente, depende mais de financiamento do que carros de maior valor.

Sobre carros de maior valor, a Renault já anunciou que vai lançar um SUV de porte médio. Será em 2025? Ainda não comunicamos o plano, mas é um projeto que já está em curso, os investimentos foram anunciados no final do ano passado. Vai ser um carro produzido no Brasil, na mesma plataforma do Kadian.

Esse modelo já será lançado com versões híbridas? Estamos trabalhando, já há algum tempo, no motor híbrido para o Brasil.

Em relação aos compactos elétricos lançados pela Renault na Europa, há previsão de algum desses modelos chegar ao Brasil? Não, hoje não há nada previsto. Continuamos vendendo o Kwid E-Tech e o Megane E-Tech, ambos 100% elétricos, que lançamos no ano passado. Temos também o [furgão] Kangoo, e estamos trabalhando para trazer a [van] Trafic elétrica.

O Jornalista viajou a convite da Renault do Brasil



www.equatorialenergia.com.br

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS

agundes e endereços eletrônicos: <https://in.equatorialenergia.com.br/jp/br/vuagcao-a-resultados/central-de-resultados/>; <https://www.gov.br/cnpq/pt-br>; <https://www.b3.com.br/jp/pt-br/>; <https://omparcial.com.br/>; e <https://publicidade.folha.uol.com.br/>. O referido relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis completas foi emitido em 25 de março de 2024, sem modificações na opinião e conteúdo. A descrição de breves sobre a perspectiva de crescimento de outros setores a serem "criados estrategicamente - Fapac" nos Fatos Relevantes Independentes 2/5/3 lista

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora	2023	2022	Controlado
	2023	2022		2023
Receita operacional líquida	-	-	40.985.071	21.130.222
Outras receitas operacionais	-	-	(28.842.545)	(18.565.336)
Despesa com vendas	-	-	12.142.532	8.566.771
Despesa geral e administrativa	-	-	(862.349)	(780.978)
(Reversão) reversão de perdas estimadas em efeitos de liquidação de débitos	-	-	-	-
Resultado das equivalências patrimonial	2.750.916	1.797.781	-	(642.822)
Outras despesas operacionais, líquidas	(907)	(34.714)	(591.407)	(603.339)
Resultado antes do resultado financeiro	2.678.130	1.691.360	(4.495.123)	(3.269.558)
Imposto de renda e contribuição social	2.678.130	1.691.360	7.674.609	5.272.213
Resultado financeiro, líquido	(791.424)	(258.951)	(4.612.620)	(2.584.476)
Resultado antes do imposto de renda	1.252.712	1.432.429	3.040.789	2.686.737
Resultado da contribuição social	123.871	(59.491)	(158.585)	(770.734)
Imposto sobre o lucro	2.015.598	1.973.338	2.876.284	1.922.003
Resultado líquido do exercício	2.015.598	1.973.338	2.876.284	1.922.003
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas resumidas				

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora	2023	2022	Controlado
	2023	2022		2023
Receitas	-	-	17	54.220.481
Imunismos adquiridos de terceiros (incluindo ICMS e IPI)	(38.471)	(81.149)	(20.955.931)	(19.056.053)
Valor (lucros) adicionado bruto	(115)	(115)	(115)	(115)
Depreciação e amortização	(115)	(115)	(115)	(1.028.716)
Valor (aplicado) adicionado líquido gerado pela Companhia	(39.586)	(81.265)	(23.251.259)	16.602.432
Valor adicionado recebido em transferência	3.259.265	2.170.422	2.956.481	3.305.782
Valor adicionado total a distribuir	3.259.265	2.089.157	26.187.740	19.598.214
Distribuição do valor adicionado	3.259.265	2.089.157	26.187.740	19.598.214
Emprego	3.259.265	2.089.157	26.187.740	19.598.214
Tributos	104.891	66.612	140.201.612	107.875
Remuneração de capitais de terceiros	(129.624)	822.659	8.032.204	6.100.679
Remuneração de capitais próprios	-	1.373.598	2.876.284	1.922.003
Valor adicionado	3.259.265	2.089.157	26.187.740	19.598.214
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas resumidas				

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora	2023	2022	Controlado
	2023	2022		2023
Receitas	-	-	17	54.220.481
Imunismos adquiridos de terceiros (incluindo ICMS e IPI)	(38.471)	(81.149)	(20.955.931)	(19.056.053)
Valor (lucros) adicionado bruto	(115)	(115)	(115)	(115)
Depreciação e amortização	(115)	(115)	(115)	(1.028.716)
Valor (aplicado) adicionado líquido gerado pela Companhia	(39.586)	(81.265)	(23.251.259)	16.602.432
Valor adicionado recebido em transferência	3.259.265	2.170.422	2.956.481	3.305.782
Valor adicionado total a distribuir	3.259.265	2.089.157	26.187.740	19.598.214
Distribuição do valor adicionado	3.259.265	2.089.157	26.187.740	19.598.214
Emprego	3.259.265	2.089.157	26.187.740	19.598.214
Tributos	104.891	66.612	140.201.612	107.875
Remuneração de capitais de terceiros	(129.624)	822.659	8.032.204	6.100.679
Remuneração de capitais próprios	-	1.373.598	2.876.284	1.922.003
Valor adicionado	3.259.265	2.089.157	26.187.740	19.598.214
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas resumidas				

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS

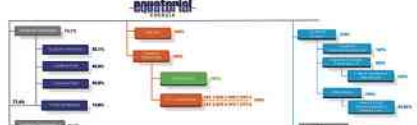
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamentos para futuro aumento de capital	Ações em tesouraria	Reservas de lucros	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido de controladora	Participação das acionistas não controladoras	Patrimônio líquido consolidado
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ações em 31 de dezembro de 2021	4.625.281	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	4.217.009	-	7.141	-	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções de compra (Wasting period)	-	-	-	-	25.477	-	-	-	-	-
Opção de recompra	-	-	-	-	5.950	-	-	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS RESUMIDAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS RESUMIDAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Reserva de perdas em liquidação em relação aos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos acumulados de 2021 distribuídos	-	-	-	-	(17.008)	17.008	-	-	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	(55.176)	-	(55.176)	(70.628)	(125.804)
Realização da reserva de lucro a realizar	-	-	-	-	-	-	-	(181.334)	(181.334)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	(54.877)	-	(54.877)	(54.877)	(54.877)
	-	-	-	-	-	99.609	99.609	1.834	101.443
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.373.938	1.373.938	548.065	1.922.003
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	68.687	-	-	-	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(326.310)	(326.310)	(100.005)	(426.315)
	-	-	-	-	9.074	-	-	-	-

[illegible]

mercado

Remendo na conta de luz

Ideia de diminuir uns reais da conta de energia até vale, mas veio com bobagem

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O governo deve dar um jeito de diminuir a conta de luz em alguns reais, graças à medida provisória que baixou nesta terça-feira (9). Até aí, não haveria nem problema nem solução relevantes. O governo vai vender o direito de receber uns pagamentos devidos pela Eletrobras privatizada (com algum desconto) e assim vai pagar a dívida das distribuidoras (vendedoras finais de energia). Que dívida? A que fizeram a fim de tapar rombos das crises da Covid de 2020 e da falta d'água de 2021. Essa dívida é paga pela

nossa conta de luz. Será liquidada, talvez com algum custo, com aqueles dinheiros a receber da Eletrobras. O governo, enfim, vai antecipar o recebimento de recursos e a contenção da tarifa. Mas a medida provisória também prorroga subsídios para produtores de energias renováveis. Isto é, dá descontos de tarifas para essas empresas, mais um desconto que virá a ser pago pelo consumidor residencial ou pequeno, como se sabe. Logo, se mais nada mudar, a redução da conta de luz deve diminuir,

talvez desaparecer, no futuro. E daí? Não vai acontecer nada nem de longe parecido com o desastre no setor elétrico causado por Dilma Rousseff a partir de 2012, como se diz por aí. O que temos é um remendo provisório (a redução da conta de luz) acoplado a favores permanentemente pagos pela mesma conta de luz, os tais subsídios (além de uma gambiarra para evitar o aumento brutal da tarifa no Amapá, que tem poder no Senado). Subsídios são um dos tantos problemas da grande bader

na que é o setor elétrico. Esses subsídios somaram cerca de R\$ 40 bilhões no ano passado. Equivaleram em média a uns 13% da tarifa dos consumidores residenciais, segundo a Aneel. Cerca de R\$ 11,3 bilhões pagaram grosso modo a conta de fontes de energia poluentes para consumidores que vivem em lugares remotos da Amazônia Legal, desconectados do sistema nacional (cadê a solução para essa velharia?). Outros R\$ 10,8 bilhões eram incentivos para a produção de energia com fontes renováveis, que

já não precisam mais de subsídios. Mais R\$ 7 bilhões foram para o que se chama no jargão de “geração distribuída”, enfim um estímulo para o consumidor instalar energia solar para si. Beneficia gente de renda alta. Para gente pobre, do Bolsa Família, teve o subsídio da tarifa social, de uns R\$ 5,8 bilhões; para levar luz a gente que vive em rincão, mais R\$ 1,7 bilhão. Etc. O subsídio social é de interesse óbvio. O incentivo para criar empresas de fonte renovável era razoável quando tais negócios não paravam em pé. De qualquer modo, por que tais transferências de recursos, de um consumidor para outro ou para produtores etc., têm de passar pela conta de luz? Trata-se na prática de impostos e de concessões tributárias maquiados. É um Orçamento secreto. Como se diz faz décadas, deveriam estar no Orçamento federal, como receita e

despesa, discutidos segundo critérios de eficiência econômica e social (embora a maior parte do Orçamento não seja assim discutida. Mas temos de tentar, né?). Não estando lá, abre-se mais uma oportunidade enorme de passar lei dando subsídios a amigos elétricos, do gás, do carvão etc., como o Congresso tem feito mais e mais. Um exemplo revoltante ocorreu na privatização porca da Eletrobras, em 2021. Além do favor e da política, criam-se ineficiências, o que empobrece o país, como produzir energia em região inapropriada (cara, longe de centro de consumo). O governo até agora anunciou algum esforço sério para lidar com a baderna do setor elétrico? Não. Gosta de gambiarra, demagogia, como quer fazer de novo na Petrobras, ou é incapaz de pensar algo maior. O desânimo é grande. vinicius.torres@grupofolha.com.br



O ministro Luiz Marinho; proposta que regula trabalho de motoristas de app enfrenta resistência Antonio Cruz - 27.mar.24/Agência Brasil

Governo teme derrota e recua em projeto para motorista de app

Matéria deve perder urgência e passar pela análise em comissões temáticas na Câmara e ir ao plenário até junho

Victoria Azevedo

BRASÍLIA O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recuou e vai retirar, nesta semana, a urgência do projeto de lei de regulamentação do trabalho de motoristas de aplicativos. A proposta foi apresentada em março após um ano de debate. A decisão foi tomada nesta terça-feira (9) após reunião entre o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Há pressão da categoria e de congressistas. Com a urgência constitucional, os deputados precisam deliberar sobre o tema em 45 dias. Caso contrário, a pauta da Casa é travada. A pauta ficaria travada a partir do dia 20. A retirada de urgência é uma derrota para o ministro do Trabalho. Se o texto fosse à votação, o governo provavelmente seria derrotado. Mais cedo nesta terça, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), havia

indicado que levaria a sugestão de retirar a urgência para discussão no colégio de líderes, propondo que fosse estabelecido um cronograma para a aprovação da matéria na primeira quinzena de junho. “Vamos negociar com o presidente [da Câmara] Lira. O caminho é retirar a urgência e estabelecer um calendário. É preciso que ele defina o relator da matéria para que haja um debate com o país, com a sociedade”, disse Guimarães, que defendeu um limite para votação até dia 15 de junho. Marinho, por sua vez, defendia que a urgência fosse mantida. Ele participou de reunião pela manhã com Guimarães, líderes da base de Lula e vice-líderes do governo na Casa. Após o encontro, o ministro chegou a afirmar que o debate da retirada não estava colocado no momento. À tarde, ele se reuniu com a bancada do PT para discutir o projeto e, no começo da noite, com Lira. Ficou acerta-

“Vamos negociar com o presidente [da Câmara] Lira. O caminho é retirar a urgência e estabelecer um calendário. É preciso que ele defina o relator da matéria para que haja um debate com o país, com a sociedade

José Guimarães
líder do governo na Câmara

do que o texto deverá passar pela análise de três comissões temáticas da Casa. Ainda não há definição sobre quem será o relator da matéria. O deputado Luiz Gastão (PSD-CE) é um dos cotados. Interlocutores de Marinho afirmavam que o ministro relutava em retirar a urgência, uma vez que ela dá celeridade à tramitação do texto. Membros do Palácio do Planalto, entretanto, avaliam que a proposta gerou um desgaste desnecessário ao Executivo —promessa de campanha de Lula, o texto também representa um gesto do petista aos motoristas, classe mais ligada ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A crítica principal, segundo relatos, foi a forma como o texto foi apresentado. Líderes afirmam, sob reserva, que não houve diálogo do Ministério do Trabalho na elaboração da proposta e que poucos parlamentares tinham conhecimento sobre o seu conteúdo. Nesta manhã, Marinho minimizou as críticas sobre a falta de comunicação sobre o texto, afirmando que há uma “desconstrução do conteúdo” do projeto nas redes sociais. “Ficamos 15 dias praticamente com o Parlamento com uma pauta pouco efetiva, isso atrapalhou muito o debate e diálogo com as lideranças”, afirmou ele. “Viemos mostrar cada item do projeto. Ele se trata de proteção ao trabalho, criar mínimas condições, e ao mesmo tempo enquadrar as empresas para cumprir uma

lei que precisa ser estabelecida”, completou. O ministro também disse que está aberto para sugestões dos parlamentares, indicando que o texto pode sofrer alterações em seu conteúdo. “O Parlamento é o local apropriado para mudanças eventuais, se assim o parlamento entender. Não é um projeto meramente de governo, ele foi construído com lideranças de trabalhadores e empregadores”, disse. Vice-líder do governo na Câmara, o deputado Alencar Santana (PT-SP) afirmou na reunião que é preciso um esforço dos parlamentares para reforçar a comunicação acerca do conteúdo da proposta. “Nós temos de ter uma ofensiva de comunicação, porque se todos nós aqui entendemos que o projeto é bom, há no imaginário de alguns que não. A gente precisa de retaguarda, justamente, para poder ecoar melhor a nossa defesa”, afirmou. Há uma avaliação ainda de que a falha de comunicação gerou críticas com os próprios motoristas —houve manifestações dos trabalhadores contra a proposta em algumas capitais do país—, o que trouxe prejuízos à imagem do governo. Diante disso, membros do Executivo passaram a avaliar se vale a pena seguir com a proposta. Na tentativa de contornar as críticas e medir a temperatura no Congresso, Marinho se reuniu na semana passada com um grupo de parlamentares governistas e com o ministro Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais) para tentar traçar uma estratégia. Também participaram membros da Secom (Secretaria de Comunicação Social) da Presidência. Ficou acertado que a pasta fará iniciativas para dar mais visibilidade à proposta. O projeto do Executivo prevê contribuição ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), auxílio-maternidade e pagamento mínimo por hora de trabalho no valor de R\$ 32,10 (que corresponde a um salário mínimo, hoje em R\$ 1.412). O governo calcula que a regulamentação poderá ter um impacto de mais de R\$ 280 milhões na arrecadação por mês. A estimativa é que empresas contribuam com R\$ 203 milhões por mês para a Previdência —já trabalhadores da categoria, com R\$ 79 milhões. O texto prevê que a jornada de trabalho em uma mesma plataforma não poderá ultrapassar 12 horas diárias. Os trabalhadores devem realizar pelo menos 8 horas diárias para receber o equivalente ao salário mínimo mensal. Entidades que representam os motoristas criticam alguns itens da proposta, como o limite de jornada e o valor da remuneração.

Quase metade das crianças até 5 anos vivia na pobreza em 2022, diz IBGE

Leonardo Viecelli

RIO DE JANEIRO Quase metade das crianças de 0 a 5 anos vivia em situação de pobreza no Brasil em 2022, segundo dados divulgados nesta terça (9) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Nessa faixa etária, 49,9% dos brasileiros eram considerados pobres à época. É a maior taxa dos dez grupos analisados pelo instituto. O percentual havia sido ainda mais elevado em 2021, quando 54,1% das crianças de 0 a 5 anos estavam em situação de pobreza, recorde da série iniciada em 2012. A taxa mais recente (49,9%), de 2022, é a menor desde 2020 (46%), ano inicial da pandemia. Os dados integram a publicação “Criando Sinergias entre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o G20”. No trabalho, o IBGE reúne estatísticas relacionadas aos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da Agenda 2030, que incluem erradicação da pobreza. O instituto utiliza dados da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua). Considerando a população como um todo, a taxa brasileira de pobreza diminuiu do recorde de 36,7% em 2021 para 31,6% em 2022. O patamar mais recente é o menor desde 2020 (31%). O IBGE já havia apontado em dezembro que a redução da pobreza em 2022 refletiu os impactos da retomada do mercado de trabalho e da ampliação do Auxílio Brasil (hoje Bolsa Família) no ano eleitoral. A linha de pobreza usada pelo instituto é de US\$ 6,85 em PPC (paridade do poder de compra). Quem vive com menos que isso por dia é considerado pobre. Depois dos de 0 a 5 anos, os grupos com as maiores taxas foram os de 6 a 14 (48,5%) e de 15 a 17 (46,6%). Os dados mostram que o indicador cai conforme aumenta a idade. A menor taxa foi registrada entre a população idosa de 70 anos ou mais: 11,6% em 2022. A publicação também traz comparativo que abrange a população ocupada nas áreas urbanas e rurais. A pobreza rural foi de 38,7% em 2022, bem maior que o patamar da urbana, 15,3%.

agrofolha

Seguro rural exigirá imagem de satélite para comprovar perdas

Ajustes no Proagro devem poupar R\$ 2,9 bi entre 2024 e 2025, calcula BC

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidiu apertar as regras do Proagro, programa de seguro rural bancado com subsídio do governo federal. O objetivo é sanar problemas e coibir fraudes que contribuíram para a explosão de gastos com a política nos últimos anos.

As mudanças entram em vigor em 1º de julho, coincidindo com o próximo ano agrícola, e devem gerar economia de R\$ 2,9 bilhões em 2024 e 2025, informou o Banco Central.

Entre as medidas estão redução do percentual de cobertura do seguro quanto maior for o risco de cultivo da lavoura em determinada região e exigência de imagens de satélite para comprovar perdas.

A área econômica criou uma força-tarefa para mapear as razões por trás da trajetória explosiva dos custos com o programa, focado em pequenos e médios produtores.

De 2020 a 2023, o custo saltou de R\$ 1,9 bilhão para R\$ 9,4 bi. Neste ano, foram reservados R\$ 3,86 bilhões, e havia o temor de que fosse necessário colocar mais recursos. As medidas ajudam a reduzir essa pressão sobre o Orçamento.

Para o governo, uma das falhas do programa é que os bancos que concedem o finan-

ciamento são os mesmos que julgam se o seguro deve ou não ser pago em caso de sinistro.

Relatório do TCU (Tribunal de Contas da União) apontou que a regra reduz o incentivo para que as instituições monitorem as lavouras adequadamente e permite condutas negligentes por parte do produtor, que recebe a indenização integral em caso de perdas.

A avaliação de técnicos é que o desenho favoreceu fraudes e até a criação de lavouras fictícias apenas para embolsar o seguro —prática que foi apelidada de “plantar Proagro” nos bastidores do governo.

As mudanças aprovadas nesta segunda (8) pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) não resolvem o conflito de interesse, que só poderá ser sanado com mudança na lei. Mas elas restringem o alcance do seguro e endurecem as exigências para acessá-lo.

Uma das resoluções rebaixa o limite de enquadramento obrigatório no programa de R\$ 335 mil para R\$ 270 mil por ano agrícola. Esse é o valor máximo do crédito para custeio que será coberto pelo seguro do Proagro.

Segundo o BC, a medida vai aumentar a focalização do programa nos agricultores familiares e pequenos produtores e reduzir custos. O governo estima economizar R\$ 1,2

Entenda o Proagro

O QUE É?

Política que funciona como seguro rural, pois garante o pagamento de financiamentos rurais de custeio agrícola quando a lavoura amparada tiver sua receita reduzida por causa de eventos climáticos, além de pragas e doenças sem controle

MUDANÇAS

• **1. Limite de enquadramento:** cai de R\$ 335 mil para R\$ 270 mil por ano agrícola. Esse é o valor máximo do crédito para custeio que será coberto pelo seguro

• **2. Valor da indenização:** cai para 50% do valor do custeio nas zonas de maior risco (40% de perda) e para 75% nas zonas com risco intermediário (30%). Pagamento integral da indenização só é mantido para áreas de menor risco (20% de perda)

• **3. Teto para garantia mínima:** espécie de seguro-desemprego para o produtor, será limitada a R\$ 9.000 ao ano. Hoje, teto fica entre R\$ 22 mil e R\$ 40 mil, a depender da cultura

• **4. Uso de imagem por satélite:** governo vai exigir emprego de ferramentas de sensoriamento remoto para comprovar perdas no lugar do método atual, via apresentação de notas fiscais

ECONOMIA ESPERADA COM AS MUDANÇAS

2024: **R\$ 935 milhões**

2025: **R\$ 2 bilhões**

O PROAGRO EM 2023, SEGUNDO O BC

330 mil

Operações seguradas

75 mil

Sinistros comunicados

R\$ 1,96 bi

Arrecadado dos agricultores

R\$ 10,4 bi

Pagos pelo BC para cobrir sinistros, incluindo R\$ 9,4 bi repassados pelo Tesouro

bilhão só com essa alteração.

Outra mudança é a implementação de uma escada para o percentual de cobertura do seguro, conforme as faixas de risco das zonas de plantio.

O governo tem uma ferramenta chamada Zarc (Zoneamento Agrícola de Risco Climático), que indica o risco de perda em caso de cultivo de determinada cultura em uma área do país. O objetivo é permitir aos produtores identificar a melhor época de plantio nos diferentes tipos de solo.

Os estudos indicam as zonas onde as probabilidades de perdas de rendimento são de 20%, 30% ou 40%. Quanto maior o percentual, maior o risco de prejuízos.

Hoje, o produtor recebe indenização integral independentemente da classificação. A partir de 1º de julho, o pagamento total passará a ser devido só a quem está na zona com risco de perda de 20%. Na área com 30% de risco, a cobertura será de 75% do valor do custeio. Na com 40%, 50%.

A mudança deve gerar economia de R\$ 938 mi entre 2024 e 2025, mas os ganhos podem ir além. Segundo técnicos do governo, além de poupar recursos, o ajuste pode trazer mais produtividade e eficiência, já que produtores terão maior incentivo ao planejamento. A expectativa é de que as quebras de safra diminuam, o que melhoraria a segurança alimentar.

O BC detalhou que as resoluções tornarão obrigatório o emprego de ferramentas de sensoriamento remoto para verificar se de fato houve o sinistro na lavoura e se as recomendações do Zarc foram respeitadas. Hoje, o processo de comprovação de perdas é feito por meio de notas fiscais.

Técnicos ouvidos reservadamente afirmam que a ideia é que haja monitoramento constante das áreas seguradas para verificar se o plantio foi feito na época certa e se o manejo da terra está adequado.

Pela resolução do CMN, a tarefa de monitoramento por satélite caberá aos agentes do Proagro —normalmente, as instituições financeiras.

Uma quarta alteração reduz o teto anual para pagamento da GRM (Garantia de Renda Mínima) em operações do Proagro Mais. Trata-se de uma espécie de seguro-desemprego para o produtor que perdeu sua lavoura e estava coberto pelo seguro.

Além da indenização para quitar o crédito de custeio, o beneficiário recebia garantia mínima de até R\$ 40 mil para culturas permanentes (como café ou laranja) ou olericultura (hortaliças para consumo alimentar) e de até R\$ 22 mil para as demais culturas.

A partir das modificações, o limite anual será de R\$ 9.000, para qualquer cultura.

O corte deve poupar R\$ 800 milhões neste e no próximo ano, segundo o BC.

A partir das mudanças, o setor vai pleitear o redirecionamento dos recursos poupados para o PSR (Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural), outra modalidade de seguro, com regras mais próximas às de mercado.

Enquanto no Proagro o governo subsidia as indenizações, no PSR o incentivo é dado em forma de desconto no prêmio a ser pago pelo produtor para contratar o seguro. Em 2022, o Executivo destinou R\$ 933 milhões ao PSR.

O agro demanda incremento de R\$ 2 bilhões ao orçamento da modalidade.



FEIRA AGRÍCOLA EM GOIÁS ESPERA ATRAIR 140 MIL VISITANTES

Estandes na Tecnoshow, evento em Rio Verde que reúne mais de 650 expositores e termina na sexta (12)

Tecnoshow Comigo/Divulgação



PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRI

ENCERRAMENTO DE LICITAÇÃO

O Pregão Presencial nº 010/2024, foi encerrado pela absoluta ausência de empresas proponentes.

Iacri, 09 de abril de 2024.

Carlos Alberto Freire - Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Estância Turística de Guaratinguetá

Aviso de abertura de Licitação

Processo: Pregão Eletrônico nº 014/2024

Objeto: Registro de preços para futura aquisição de ferramentas.

Edital e local da sessão pública: www.licitacoesguaratingueta.com.br. Data da sessão: 22/04/2024 às 09:00 horas.



CAFÉ UTAM S.A.

CNPJ/MF nº 56.012.420/0001-42 - NIRE 533.0006927-7

CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados todos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia **18 de abril de 2024, às 09:00 horas**, em 1ª convocação, na sede da empresa. **Ordem do Dia:** a) Exame, discussão e votação das contas da diretoria e das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31/12/2023; b) Outros assuntos de interesse da sociedade.

(10, 11 e 12/4)



Aeroglass Brasileira S.A. Fibras de Vidro

CNPJ/MF nº 61.665.212/0001-82 - NIRE 35.300.057.970

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas da **Aeroglass Brasileira S.A. Fibras de Vidro** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a qual será realizada no dia 24 de abril de 2024, às 10h, na Rua Balão Mágico, n. 1.003, Bairro do Rio Cotia, Cotia/SP, CEP 06715-780, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: I) as demonstrações financeiras da Companhia e as contas da administração, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/23; II) destinação de resultado; III) eleição da diretoria; IV) outros assuntos. Cotia/SP, 09/04/2024. **Aeroglass Brasileira S.A. Fibras de Vidro, p. Francisco Xavier Lopes, Diretor.**

(10, 11 e 12/04/2024)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRODOWSKI

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024

A Prefeitura Municipal de Brodowski torna público o **Pregão Eletrônico nº 006/2024**, tipo menor valor unitário; cujo objeto é o registro de preço para eventuais e futuras aquisições de leite e itens de padaria. **Início do cadastro das propostas:** 11/04/2024, às 08h00. **Término cadastro das propostas:** 26/04/2024, às 08h00. **Abertura das propostas:** 26/04/2024, às 09h00. **Início da disputa de preços:** 26/04/2024, às 09h00. **Local da realização da licitação:** Plataforma BLL (www.bllcompras.com). **Retirada do edital:** disponível no site da Plataforma BLL (www.bllcompras.com). Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@brodowski.sp.gov.br. Brodowski, SP, 09 de abril de 2024. **José Luiz Perez - Prefeito Municipal**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

CREDECENCIAMENTO Nº 04/2024

Processo Administrativo nº 1.405/2024

Objeto: Credenciamento de Leiloeiros(as) Oficiais por Chamamento Público para a realização de leilões nas modalidade online/virtual através de plataforma eletrônica, mediante demanda, destinados à alienação de bens móveis inservíveis (ociosos, antieconômicos, irrecuperáveis, sucatas e outros), imóveis pertencentes ao patrimônio público Municipal e bens móveis legalmente apreendidos.

Recebimento do Credenciamento: Até 25/04/2024 às 08:30 horas

Data e Hora de Abertura para Sessão Pública: 25/04/2024 às 09h00.

Local: Paço Municipal, sito na Praça José Rodrigues do Nascimento, 30, Água Fria - Cajamar/SP.

Esclarecimentos: Endereço acima, no horário das 08:30 horas às 16:30 horas e/ou através do e-mail disposto no Edital.

Edital disponível no site www.cajamar.sp.gov.br.

Todos os horários mencionados obedecerão ao horário Oficial de Brasília - DF.

Cajamar, 09 de abril de 2024

João Paulo Machado - Secretário Municipal de Administração



FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024

Objeto: Fomento parcelado de cestas básicas, destinadas ao grupo de voluntariado do programa de suplementação alimentar da FUMAS. "Com reserva de cotas para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual". **ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL:** pelo site: www.jundiai.sp.gov.br - link "Licitações/Compra Aberta. Acesso ao Sistema - Pregão Eletrônico - Consultar Pregão eletrônico" até às 09h30 do dia 24 de abril de 2024.

Marcos Valentim Reynaldo - Pregoeiro



AVISOS DE LICITAÇÕES.

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé torna público que se encontram abertas as seguintes licitações:

CONCORRÊNCIA Nº 02/24. PROC. Nº 1891/24

Objeto: contratação de empresa especializada para execução de obra de recapetamento asfáltico no loteamento vale das flores, 17/05/24 às 09h.

CONCORRÊNCIA Nº 03/24. PROC. Nº 2104/24.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução de obra de pista de caminhada no entorno do campo de futebol do bairro retiro feliz, 17/05/24 às 14h.

PREGÃO Nº 05/24 - PROC. Nº 1586/24.

Objeto: Registro de preços para futura contratação de empresa especializada para eventual fornecimento de concreto usinado. 23/04/24, às 09h.


PREGÃO Nº 06/24 - PROC. Nº 1889/24.

Objeto: Aquisição de insumos para execução dos cursos ofertados pelo fundo social de São Paulo, 23/04/24, às 09h.

PREGÃO Nº 07/24 - PROC. Nº 1997/24.

OBJETO: registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de transporte de pacientes para realização de exames fora da unidade e transferências entre unidades de saúde, em ambulâncias de suporte avançado (TIPO D), 23/04/24, às 09h.

Informações: licitacoes@tremembe.sp.gov.br ou (12) 3607-1013/1059. **Editais e anexos:** <https://tremembe.sp.gov.br> - link "licitações" OU www.novobrasilnet.com.br/.



Prefeitura Municipal de Estância Turística de Guaratinguetá

Aviso de abertura de Licitação

Processo: Pregão Eletrônico nº 015/2024

Objeto: Registro de preços para futura aquisição de tubos de concreto. Edital e local da sessão pública: www.licitacoesguaratingueta.com.br. Data da sessão: 22/04/2024 às 10:00 horas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI

SECRETARIA DE OBRAS

NOVAS DATAS - PREGÃO PRESENCIAL SO/Nº 007/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NA RUA PARANAPANEMA - JARDIM GRAZIELA. **Data de Encerramento:** Dia 24/04/2024 às 09h00min, para abertura na Secretaria de Obras, Avenida 26 de Março, 1057 - Centro Barueri/SP.

Edital: Disponível GRATUITO no site www.barueri.sp.gov.br ou poderá ser retirado no endereço em epígrafe mediante o fornecimento de Pen drive para que sejam gravados o Edital e seus anexos.

Rosângela S. D. Martins - Presidente da Comissão de Licitações



MUNICÍPIO DE NARANĐIBA

AVISO DE REABERTURA DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2024

Encontra-se reaberto na Prefeitura Municipal de Naranđiba, Estado de São Paulo, sito à Av. Laudelino Ferreira, nº 540, Naranđiba, a **CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2024**, a qual será regido pela Lei Complementar nº 195/2022, regulamentada pelo Decreto nº 11.525/2023, e suas alterações, destinada à **SELEÇÃO DE PROJETOS DOS DEMAIS SEGMENTOS CULTURAIS PARA RECEBIMENTO DE APOIO FINANCEIRO (LEI PAULO GUSTAVO)**. A abertura dos envelopes será dia **02/04/2024, às 14:00 horas**, e o Edital completo será fornecido na Prefeitura Municipal de 2ª a 6ª feira, em horário comercial, na Sala do Setor de Licitações, licitacao@naranđiba.sp.gov.br ou pelo telefone (18) 3992-9082.

Naranđiba, 12 de março de 2024.

ITAMAR DOS SANTOS SILVA - Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IARAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 023/2024

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, o registro de preços para a Aquisição de Produtos de Hortifrutigranjeiros, para o Departamento de Alimentação Escolar - Cozinha Piloto, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA:** 24/04/2024 às 09h00 (horário de Brasília). **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço por item. **MODO DE DISPUTA:** Aberto. **AMOSTRA:** Não. **PREFERÊNCIA ME/EPPE/EQUIPARADAS:** Sim. **LINK:** Bolsa de Licitações do Brasil: www.bll.org.br

IARAS, 09 DE ABRIL DE 2024.

MARCOS JOSÉ ROSA - PREFEITO MUNICIPAL DE IARAS



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024 - UASG 80011 Nº Processo: 35428/2023

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, nas funções de Auxiliar de Serviços Gerais e Encarregado de Serviços Gerais. **Data e horário da abertura do pregão:** 24/04/2024, às 14h00. **Local:** Compras.gov.br - <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Cadastro das Propostas até a abertura do pregão. A íntegra do edital encontra-se disponível no endereço eletrônico acima e no site do TRT: https://docs.google.com/spreadsheets/d/18nxxrx5fTjFOA_DbAOH4fTejFuvWDUWoxbeXpsJaB0/edit#gid=0&fvid=237527314.

Informações: Coordenadoria de Licitações, e-mail: licita@trt15.jus.br.

Devemos regular as redes sociais?

Faz sentido buscar maneiras inteligentes, não draconianas, de regulá-las

Bernardo Guimarães

Doutor em economia por Yale, foi professor da London School of Economics (2004-2010) e é professor titular da FGV EESP

O embate entre o dono do Twitter, Elon Musk, e o ministro Alexandre de Moraes traz novamente à pauta a discussão sobre regular redes sociais.

Esse tema toca em questões políticas, econômicas e sociais.

O foco da discussão do momento é o aspecto político das redes. Deixar ideias circularem livremente permite que as pessoas acessem mais informação e formem suas opiniões. Contudo, há a preocupação com a disseminação de notícias falsas.

Em princípio, a perda de reputação de quem espalha fake

news poderia, com o tempo, resolver o problema. Contudo, na prática, isso não acontece (pe-lo menos em um tempo razoável). Assim, faz sentido pensar em que ações podemos tomar.

O problema é que delegar a um grupo de iluminados a tarefa de decidir o que é fake news e o que é verdade pode ser pior que o problema original. A meu ver, a regulação deveria buscar dificultar a propagação de notícias falsas evitando ao máximo delegar esse poder de decisão sobre o que é verdade a um grupo de pesso-

as. Não é fácil achar esse equilíbrio, mas deveríamos tentar.

Esse é o aspecto da regulação de redes sociais que está em foco no momento. Eu vou pegar uma carona para discutir questões econômicas e sociais envolvidas.

Algumas questões econômicas dizem respeito a direitos autorais e propriedade intelectual.

Um jornal concorrente não pode copiar uma reportagem da **Folha** e publicar em suas páginas. Se pudesse, ninguém teria incentivo para gastar dinheiro produzindo reporta-

gens, e aí, no limite, não teríamos jornais.

O problema é que @PedroPatriota e @Pikachu1234 podem copiar e colar reportagens de jornal nas redes sociais. E então, a culpa é de quem? Da rede social? De uma @ que não tem cara e CPF? De ninguém?

É fácil ver que isso vai contra o espírito da proteção de direitos autorais. A consequência é que há incentivos de menos para produzirmos jornalismo de qualidade. Pode ser difícil achar a melhor solução, mas dá para melhorar a situação atual.

Além dos direitos autorais, há a discussão sobre o efeito das redes sociais sobre as pessoas.

Muita pesquisa tem sido feita sobre isso. Artigo recente de Guy Aridor, Rafael Jimenez-Duran, Ro'ee Levy e Lena Song faz um apanhado da pesquisa empírica em economia sobre rede de sociais.

A pesquisa na área confirma algumas das impressões que temos, mas questiona várias outras. Por exemplo, quem assiste a vídeos no YouTube vai sendo levado, aos poucos, a assistir a vídeos com conteúdo mais extremista? Pesquisadores encontram que esse efeito, se existe, não é forte.

Há efeito de redes sociais em polarização política, como esperaríamos, mas o efeito não parece forte o suficiente para explicar o aumento recente na polarização.

Por outro lado, há evidência convincente do efeito de redes

sociais em protestos políticos e em violência fora das redes.

E qual o efeito das redes sociais sobre o bem-estar dos usuários?

Por um lado, participantes estão dispostos a abrir mão de um bom dinheiro para continuar acessando o Facebook (entre US\$ 50 e US\$ 150 mensais nos EUA, menos na Europa).

Por outro lado, participantes que recebem dinheiro para não acessar redes sociais por um tempo passam a utilizá-las menos depois que já podem voltar a usar. Além disso, muitos estudos encontram efeito causal negativo de redes sociais em medidas subjetivas de bem-estar e em medidas mais objetivas de saúde mental.

Por isso tudo, faz sentido, sim, buscar maneiras inteligentes (e não draconianas) de regular as redes para reduzir seus impactos negativos.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecília Machado | QUA. Bernardo Guimarães | **QUI. Cida Bento**, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

OpenAI e Meta preparam IA que dizem ser capaz de raciocinar

Atualizações fazem parte de onda de grandes modelos de linguagem a serem lançados neste ano

TEC

LONDRES | FINANCIAL TIMES OpenAI e Meta estão prestes a lançar novos modelos de inteligência artificial que, dizem, serão capazes de raciocinar e planejar —atividades essenciais para máquinas superarem a capacidade humana.

Nesta semana, executivos da OpenAI e da Meta sinalizaram que se preparam para lançar as próximas versões de seus grandes modelos de linguagem, os sistemas que alimentam aplicações de IA generativa como o ChatGPT.

A Meta disse que começará a lançar o Llama 3 nas próximas semanas, enquanto a OpenAI —apoiada pela Microsoft— indicou que seu próximo modelo, o GPT-5, chega ao público “em breve”.

“Estamos trabalhando duro para descobrir como fazer com que esses modelos não apenas falem, mas realmente raciocinem, planejem, tenham memória”, disse Joelle Pineau, vice-presidente de pesquisa em IA da Meta.

O diretor de operações da OpenAI, Brad Lightcap, disse ao Financial Times que a próxima geração do GPT mostrará progresso na resolução de “problemas difíceis” como o raciocínio.

“Vamos começar a ver IA que pode lidar com tarefas mais complexas de uma maneira mais sofisticada”, disse. “Estamos apenas começando a arranhar a superfície da capacidade que esses modelos têm de raciocinar.”

Os sistemas de IA hoje são “realmente bons em tarefas pequenas isoladas”, acrescentou, mas ainda “bastante limitados”.

Empresas como Google, Anthropic e Cohere também trabalham nesse desafio, o que gera expectativa para grandes modelos de linguagem inovadores.

A medida que as empresas de tecnologia correm para criar IA generativa cada vez mais sofisticada —software que pode criar palavras, imagens, código e vídeo humanos de qualidade

indistinguível da produção humana—, o ritmo do progresso acelera.

Raciocínio e planejamento são passos-chave em direção ao que os pesquisadores de IA chamam de “inteligência artificial geral” —cognição em nível humano— porque permitem que chatbots e assistentes virtuais completem sequências de tarefas relacionadas e prevejam as consequências de suas ações.

Nesta terça (9), o cientista-chefe de IA da Meta, Yann LeCun, disse que os sistemas de IA atuais “produzem uma palavra após a outra sem realmente pensar e planejar”.

Isso porque têm dificuldade em lidar com perguntas complexas ou reter informações por um longo período. “Cometemos erros estúpidos”, disse.

Adicionar raciocínio significaria que um modelo de IA “busca possíveis respostas”, “planeja a sequência de ações” e constrói um “modelo mental do que será o efeito de suas ações”, explicou.

Esta é uma “grande peça faltante na qual estamos trabalhando para fazer com que as máquinas alcancem o próximo nível de inteligência”, acrescentou.

A Meta planeja incorporar seu novo modelo de IA no WhatsApp e nos óculos inteligentes Ray-Ban. E se prepara para lançar o Llama 3 para diferentes aplicativos e dispositivos.

Lightcap acrescentou que a OpenAI terá “mais a dizer em breve” sobre a próxima versão do GPT.

“Acho que com o tempo veremos os modelos avançarem para tarefas mais longas, mais complexas”, disse ele. “E isso implicitamente requer a melhoria de sua capacidade de raciocínio.”

Chris Cox, diretor de produto da Meta, disse que câmeras nos óculos Ray-Ban da Meta poderiam ser usadas para olhar uma máquina de café quebrada, e um assistente de IA —alimentado pelo Llama 3— explicaria como consertá-la.



Sam Altman, da OpenAI, dona do ChatGPT, que prepara novos modelos de inteligência artificial

Joel Saget - 26.mai.23/AFP

Imprensa, artistas e OAB pedem remuneração de autor em marco legal da inteligência artificial

SÃO PAULO Vinte e seis entidades e organizações, entre elas a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), a ANJ (Associação Nacional de Jornais) e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), enviaram uma carta ao Senado pedindo que o marco regulatório da inteligência artificial preserve os direitos autorais de jornalistas e artistas e garanta a remuneração dos profissionais quando as ferramentas utilizarem seus trabalhos.

O ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) afirmou na segunda (8) que há ambiente para votar “o mais rápido possível” o projeto de lei que trata sobre o tema. Ele também anunciou que o governo federal vai apoiar o relatório do senador oposicionista Eduardo Gomes (PL-RO).

O ponto central da reivindicação das entidades é sobre a chamada inteligência artificial generativa, em que algoritmos estimulam o aprendizado de máquinas, tornando-os capazes de produzir novos conteúdos a partir da mineração de informações e dados em larga escala em bases disponíveis na internet.

Em muitos desses casos, argumentam, a variação de informações cooptadas por essas ferramentas torna muito difícil identificar de onde tal informação foi extraída, o que prejudica a localização do autor daquele conteúdo.

“Trata-se de clara violação dos direitos de propriedade intelectual, que desvaloriza as obras originais, prejudica au-

tores e titulares e causa enorme perda para a indústria criativa, sendo imperativo impedir a prevalência desse nocivo cenário”, afirmam.

“Nesse sentido, como forma de preservar a sociedade, é importante garantir a mineração por meio de bases de dados seguras, imparciais, livres de tendências ideológicas e que sejam acessadas sem violar direitos de terceiros, incluindo direitos de propriedade intelectual, a fim de evitar usos indevidos que venham a reproduzir modelos prejudiciais aos legítimos interesses dos titulares de direitos autorais”, afirmam.

Regulação da tecnologia deveria ser setorizada

OPINIÃO

Ricardo Campos

Docente na Faculdade de Direito da Goethe Universität (Alemanha), é membro da comissão de juristas para reforma do código civil do Senado.

Não é exagero dizer que existe uma corrida global pela regulação da inteligência artificial. Em março, o Parlamento Europeu aprovou o seu regulamento sobre IA. Estados Unidos e China também têm discutido legislações afins.

No Brasil, destacam-se duas propostas legislativas para a regulação da matéria: uma influenciada pela norma europeia, e outra focada em ques-

tões éticas, levantando o debate sobre a adoção ou não do modelo europeu.

A regulação da IA se difere de outras searas por um motivo: não há experiência significativa sobre o tema em lugar algum do mundo. Enquanto no campo da proteção de dados a Europa teve amadurecimento legislativo de quase 50 anos, a regulação da IA tem sido um caminho percorrido às cegas. Ainda não é possível saber se o modelo adotado terá um impacto positivo ou negativo para o bloco, sobretudo no que diz respeito à inovação.

No caso da proteção de dados, o Brasil acertou ao se inspirar no modelo europeu já amadurecido. Mas, em relação à IA, qual direção devemos seguir? É preciso cautela.

O primeiro passo reside em não relegar ao mercado sua própria regulação. O segundo, e mais importante, em criar designs regulatórios adequados para o atual momento de incerteza.

O modelo europeu é incerto, pois o direito regulatório moderno somente se concretiza efetivamente na forma legislada após o acúmulo de experiência sobre riscos e danos. O tráfego aéreo somente foi regulado depois que aviões começaram a voar, e a empírica demonstrou onde os danos surgem ou podem surgir; regular no momento anterior afetaria o desenvolvimento da tecnologia e seus benefícios.

O mesmo ocorre com IA: apesar da urgência do tema, danos concretos ainda são in-

cipientes e setoriais, podendo ser absorvido por estruturas normativas já existentes.

Por exemplo, a polêmica propaganda com uma deepfake da cantora Elis Regina não deveria implicar a necessidade de criar uma nova lei, pois o aparato normativo do Conar é capaz de lidar com a questão.

Seguir o modelo do AI Act implica, dada a pouca experiência regulatória, fazer um perigoso exercício de futurologia sobre um dos mais importantes assuntos da nossa era. Um regime regulatório ideal deveria setorizar a regulação, criando mecanismos para que setores distintos possam monitorar e fiscalizar novas tecnologias, emitindo alertas caso elas gerem danos ou riscos.

Não é razoável acreditar que uma lei geral regularia de forma efetiva diferentes setores, como a saúde e os transportes, o agronegócio, a educação etc. sem engessar a inovação. Setorizar a regulação da IA significaria atribuir aos agentes reguladores de cada setor a possibilidade de construir o aparato normativo mais adequado para a sua realidade.

A criação de uma autoridade reguladora para IA, outra inovação legislativa, também é temerária. O mais racional seria que os órgãos regulatórios setoriais se debruçassem sobre o tema, com a criação de comitês especializados dentro das agências reguladoras, ou até mesmo, de um órgão que atue como coordenador dos setores, mas não como um regulador centralizado.